

**A INFLUÊNCIA DA PERTENÇA GRUPAL NO TRATAMENTO DE  
INFORMAÇÃO SOCIAL**

A Pertença Ideológica na avaliação e processamento de informação sobre o 25 de Abril

**Sónia Alexandra Castro Rocha Dantas Ferreira**

**Dissertação de Mestrado em Psicologia Social**

**sob a orientação do**

**Prof. Doutor José M. Marques**

**Universidade do Porto**

**Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação**

**2000**

*À minha família (extensa e alargada), pela infinita paciência*

*À Cláudia, pela inquietude (re)colocada do outro lado do espelho*

*Ao professor Rogério, pelo gosto das interrogações*

*Ao Carl Sagan, pela beleza poética do conhecimento*

### **Agradecimentos**

Agradeço ao Prof. Dr. José Marques, a disponibilidade e rigor na orientação deste trabalho.

Agradeço ao Instituto Superior de Ciências Empresariais e Turismo (ISCET), o apoio para a realização dos estudos; aos colegas a disponibilidade e aos alunos que participaram nas experiências, a colaboração prestada.

Agradeço à Cláudia, à Nana e ao Ernesto pelo apoio demonstrado e pela análise crítica e os comentários sempre pertinentes.

Agradeço também a todos aqueles, que com infinita paciência, me foram demonstrando o seu apoio (e salutar preocupação) com a sacrossanta pergunta «E a tese?».

## Índice

<b>Introdução</b>	<b>7</b>
 <b>Capítulo 1 – A perspectiva cognitivista no estudo do tratamento da informação</b>	 <b>9</b>
1. Linhas de emergência e desenvolvimento da Cognição Social	9
1.1. Pressupostos teóricos	11
2. Modelos e conceitos críticos na abordagem cognitivista do tratamento da informação social	12
2.1. As estruturas de conhecimento	13
2.2. O processamento da informação	15
2.3. A memória como sistema integrador da informação	20
3. Breve reflexão crítica sobre as limitações da Cognição Social	22
 <b>Capítulo 2 – As Teorias da Identidade Social e da Auto-Categorização</b>	 <b>25</b>
1. Linhas de emergência e desenvolvimento da Teoria da Identidade Social	25
2. A Teoria da Identidade Social	26
3. A Teoria da Auto-Categorização	30
4. A formação das Ideologia e as funções sociais dos estereótipos	33
 <b>Capítulo 3 – A identidade política no tratamento de informação política</b>	 <b>38</b>
1. A dimensão social da política	39
1.1. A perspectiva de socialização política	40
1.2. A dimensão política e o sistema de valores	42
2. As estruturas de conhecimento e o tratamento de informação política	45
2.1. Esquemas e estereótipos políticos	45
2.2. O processamento e avaliação de informação política	51
3. A dimensão ideológica da política	57
4. O 25 de Abril de 1974: um evento político inscrito na memória	



social portuguesa	62
4.1. A evolução das configurações político-partidárias e ideológicas no Portugal democrático	66
<b>Capítulo 4 – Estudo empírico: o efeito da pertença ideológica no tratamento de informação sobre o 25 de Abril</b>	71
1. Objectivos do estudo	71
2. Recapitulação teórica	72
3. Hipóteses	76
4. Estudo 1	79
4.1. Método	79
4.1.1. Plano e participantes	79
4.1.2. Procedimento	79
4.2. Resultados e discussão	81
4.2.1. Atribuições de autoria dos textos e género	81
4.2.2. Efeito da ordem de apresentação	81
4.2.3. Análise das atribuições de autoria aos textos	82
4.2.4. Caracterização da esquerda e da direita	86
5. Estudo piloto	91
5.1. Método	92
5.1.1. Plano e participantes	92
5.1.2. Procedimento	92
5.2. Resultados e discussão	93
5.2.1. Relação entre valores e pertença ideológica	93
5.2.2. Relação entre questões políticas e pertença ideológica	93
6. Estudo 2	94
6.1. Método	94
6.1.1. Plano e participantes	94
6.1.2. Procedimento	95
6.2. Resultados e discussão	100
6.2.1. Medidas da pertença ideológica	100
6.2.2. Medidas de avaliação dos textos	100
6.2.3. Pertença ideológica e avaliação dos textos	101
6.2.4. Pertença ideológica e avaliação do 25 de Abril	103

6.2.5. Pertença ideológica e avaliação das frases	104
6.2.6. Pertença ideológica e reconhecimento das frases	105
6.2.7. Relação entre a pertença ideológica, a avaliação e as distorções	112
7. Discussão geral e conclusões do estudo empírico	121
 <b>Conclusão geral</b>	 124
 <b>Referências</b>	 128
 <b>Anexos</b>	 140

## Introdução

O nosso propósito neste trabalho é o de reflectir sobre o modo como a informação social, particularmente a informação política, é filtrada, interpretada e tratada pelos sujeitos a partir da sua posição ideológica, pelo que procuraremos analisar criticamente muitas das concepções que utilizaremos para esse objectivo.

O presente trabalho divide-se em 4 partes: na primeira faremos a apresentação do quadro teórico da cognição social, no que se refere ao tratamento da informação, base de construção das nossas hipóteses; na segunda apresentaremos, com o mesmo objectivo, o quadro teórico da perspectiva socio-cognitiva; na terceira focaremos a relação entre a identidade política e o tratamento de informação política e na quarta parte faremos a apresentação do nosso estudo empírico.

Assim, desenvolveremos no capítulo 1 - partindo da importância no quadro da Psicologia actual, das questões relativas à cognição social, enquadradas numa perspectiva temporal - as linhas de emergência deste paradigma e a sua afirmação como referencial conceptual e metodológico na Psicologia Social. Da diversidade de problemáticas relevadas dentro deste paradigma, centraremos a nossa análise nas teorias e modelos que se relacionam com as estruturas de conhecimento, processamento da informação e sistema de memória. Focaremos ainda a nossa atenção na questão da categorização social e, finalmente, discutiremos as limitações da abordagem sustentada pela Cognição Social.

No capítulo 2, apresentaremos a Teoria da Identidade Social, nomeadamente os aspectos relacionados com a identidade social, a categorização social, os processos de comparação social, os fenómenos de estereotipização e as suas implicações nas relações intergrupais. Abordaremos ainda as conceptualizações da Teoria da Auto-Categorização, na medida em que alguns dos seus conceitos-chave se configuram como fundamentais para o nosso estudo empírico. O papel e função da ideologia e a sua relação com os estereótipos e as relações entre os grupos será também analisado.

No capítulo 3, tomando como ponto de partida as linhas de confluência das perspectivas da Cognição Social e da Teoria da Identidade Social, desenvolveremos uma análise da dimensão política na construção do mundo social, na percepção deste pelos indivíduos e procuraremos fazer a articulação entre os processos identitários e o tratamento de informação política. Traçaremos ainda as linhas definidoras da situação

recente portuguesa, na medida em que será essa realidade histórico-social que servirá de enquadramento ao nosso estudo empírico.

No capítulo 4, resumiremos as principais ideias teóricas que sustentam as hipóteses do estudo empírico, bem como discutiremos as questões metodológicas pertinentes para este. Partindo de interrogações gerais sobre o modo como os indivíduos tratam a informação política recebida e de que modo esse processo é afectado pela sua pertença ideológica, construiremos um conjunto de hipóteses que pretendemos testar. Apresentaremos ainda os procedimentos e resultados dos estudos experimentais bem como a sua discussão.

Para além disso, numa conclusão geral, faremos uma reflexão sobre o modo como a identidade social dos sujeitos afecta a organização e interpretação do mundo social, permitindo-lhes fazer inferências, julgamentos e avaliações. Reflectiremos também sobre de que modo o processamento da informação social é afectado pelos esquemas previamente elaborados pelos sujeitos e contribui ele próprio para a construção de estruturas cognitivas de conhecimento.

## Capítulo 1

### A perspectiva cognitivista no estudo do tratamento da informação

Ao longo deste capítulo evocaremos brevemente as linhas que permitiram a emergência da Cognição Social como um dos paradigmas mais importantes nas últimas décadas, no domínio da Psicologia Social, relacionando alguns dos seus conceitos base com o estudo da construção e avaliação da realidade social pelos sujeitos. Procuraremos ainda comentar criticamente a importância das perspectivas cognitivistas «tradicionais» para a compreensão das relações sociais estabelecidas entre grupos humanos.

#### 1. Linhas de emergência e desenvolvimento da Cognição Social

Adoptando como linha de orientação metateórica a proposta de Doise (1982), referente aos níveis de análise utilizados pela Psicologia Social Experimental na construção dos seus modelos e teorias explicativas, iremos enquadrar alguns dos desenvolvimentos teóricos desta área nesses níveis.

Podemos dizer que, dum modo geral, as abordagens cognitivistas da Psicologia Social, denominadas de Cognição Social, se situam no primeiro nível de análise proposto por Doise (1982) - o nível intra-individual -, quando focam a sua atenção nos mecanismos, estruturas e processos que permitem aos sujeitos organizar e elaborar a informação social ou no segundo nível - nível interpessoal - quando procuram compreender os quadros de actuação dos indivíduos na sua relação como os outros.

O campo de actuação da Cognição Social organiza-se a partir da confluência de duas vertentes distintas: a primeira releva do desenvolvimento e aplicação do método experimental às áreas de estudo da percepção, armazenamento e utilização do conhecimento social; e a segunda, das concepções teóricas do funcionamento psicológico dos sujeitos herdadas do Gestaltismo. Ambas procuram responder às interrogações colocadas pelos psicólogos sociais sobre a forma como os sujeitos organizam o mundo físico e social. Assistimos ao desenvolvimento dos estudos sobre a percepção social, nomeadamente no que diz respeito à forma como os sujeitos

apreendem a informação social, a processam e organizam internamente e também o modo como avaliam e actuam sobre o mundo social.

Na linha das preocupações sobre a percepção encontramos os trabalhos desenvolvidos, antes da II Guerra Mundial, pela escola do *New Look*. Estas pesquisas experimentalistas tiveram um papel de relevo no fortalecimento da visão cognitivista na Psicologia Social, passando os comportamentos sociais a serem entendidos como resultantes de uma actividade cognitiva realizada pelos sujeitos, na qual os processos de atenção, retenção, codificação e armazenamento e manipulação da informação têm uma importância decisiva.

Da escola do *New Look* salientam-se os estudos que destacam o impacto dos factores internos cognitivos referidos, não eliminando a importância da contribuição dos factores emotivos e motivacionais sobre a percepção - Bruner e Goodman (1947); Bruner (1957); Bruner e Tagiuri (1954). No entanto, o desenvolvimento posterior da Cognição Social focalizou-se sobretudo na análise dos factores internos cognitivos, relegando para segundo plano os factores motivacionais, como posteriormente destacaremos.

Numa outra linha de pesquisa, Turner (1994) considera que os estudos de Asch (1946, cit. por Turner 1994) sobre Formação de Impressões, e os estudos de Heider (1958, cit. por Turner, 1994) sobre a Teoria do Equilíbrio Cognitivo, abriram caminho às investigações actuais sobre percepção e Cognição Social, visto serem autores que contribuíram para um deslocamento dos interesses da Psicologia Social dos processos de grupo para as bases cognitivas dos comportamentos sociais.

Os trabalhos de Asch (1946), sobre o modo como os indivíduos formam impressões acerca dos outros, fundam um dos domínios da pesquisa cognitivista que se debruça sobre «el proceso mediante el cual se infieren características psicológicas a partir de la conducta - así como de otros atributos de la persona observada - y se organizan estas inferencias en una impresión coherente » (Moya, 1994: p. 99)<sup>1</sup>.

A ampla produção teórica e empírica realizadas, neste domínio, a partir da

---

<sup>1</sup> Asch (1946) vai propor uma concepção gestáltica para a formação de impressões segundo a qual os vários elementos informativos estão organizados como um todo em que cada elemento afecta e é afectado pelos restantes. Daí resulta a formação de uma impressão dinâmica e não facilmente predictível quando se toma separadamente cada um desses elementos. Uma alternativa à perspectiva holística é a desenvolvida pelos modelos lineares (Anderson, 1965) de integração de informação os quais partem da assunção de que cada traço de informação empresta uma contribuição específica para a formação da

década de 70 (cf. revisões da literatura de Hewstone, 1990; Pleban e Richardson, 1979; Sousa, 1988), marcaram definitivamente o campo da Psicologia Social ao nível do estudo dos processos de representação cognitiva do mundo social, abrindo espaço ao aparecimento de vários centros de interesse naquilo a que chamamos a Cognição Social.

Como foi anteriormente referido anteriormente, um outro domínio desta linha de pesquisa é iniciado com os trabalhos de Heider (1958), ao desenvolver um conjunto de teorias que afirmam ser o «campo da psicologia social dirigido para os processos de imputação de causalidade» (Sousa, 1993, p. 141)<sup>2</sup>.

De um modo geral, podemos dizer que os desenvolvimentos conceptuais das abordagens apresentadas expressam os pressupostos da Cognição Social - a compreensão da forma pela qual a informação social é percebida pelo sujeito, processada e guardada em estruturas internas ao sujeito e utilizada em operações cognitivas como inferências, julgamentos e avaliações (Markus e Zajonc, 1985).

### 1.1. Pressupostos teóricos

Segundo Schneider (1991), a Cognição Social tem como implícito um conjunto de pressupostos que, embora de natureza diversa, sustentam a maioria da investigação dentro desta área. Esses pressupostos permitem efectuar ligações diversas entre disciplinas do saber social (Linguística, Antropologia) e entre áreas e estudos do campo da Psicologia (como seja as da aprendizagem e memória ou desenvolvimental).

A Cognição Social partilha com outras áreas do saber a concepção da existência de um processo geral de abordagem cognitiva, universal e independente dos conteúdos. Deste modo, compreende-se a utilização de modelos e concepções importados dos estudos sobre percepção de objectos e a sua aplicação ao domínio dos

---

impressão.

<sup>2</sup> Das teorias de atribuição causal destacamos, por um lado, Jones e Davis, (1965, cit. por Sousa, 1993) que conceptualizaram um modelo teórico atribucional que permite analisar a forma como as pessoas explicam os comportamentos e atitudes sociais dos outros, procurando, deste modo, estabelecer uma base preditiva que lhes permita inferir o modo de funcionamento dos outros em novas situações, sendo essa relação mediada por diversos factores; também de referir Kelley (1967) que propõe um modelo explicativo do processo atribucional que partilha com o anterior a mesma perspectiva cognitivista. É interessante notar que os princípios que este autor estipula como fundamentais para o processo de inferência (a distintividade, o consenso e a consistência do comportamento) sejam processos de comparação social, semelhantes aos que estão na base das teorias sobre a construção da identidade social, como veremos no capítulo 2.

objectos sociais (cf. Rosch, 1978).

Outro pressuposto importante da Cognição Social é o que postula a existência de estruturas de conhecimento que afectam a codificação e armazenamento de informação sendo que o processamento da informação é baseado nos esquemas cognitivos que possuímos, transformando estes a informação a que temos acesso em representações mais abstractas.

Apesar da dimensão social ter vindo a ganhar terreno (Levine e Resnick, 1993), continuam-se a considerar como suporte conceptual desta abordagem as teorias gerais sobre as estruturas do conhecimento, baseadas nas propostas de Rumelhart (1984) e Minsky (1975, cit. por Brewer e Nakamura, 1984). Em consequência, a relação entre o social e o cognitivo encontra a sua expressão máxima no estudo dos vários níveis de processamento da informação, nos quais a memória desempenha um papel fundamental.

O desenvolvimento de várias perspectivas centradas no estudo das estruturas cognitivas de conhecimento, quer ao nível da sua natureza, quer ao nível da sua actuação nos processos de organização do mundo social, torna-se assim o cerne da Cognição Social, contribuindo para uma releitura dos diferentes quadros teóricos desenvolvidos pelos pioneiros desta abordagem.

## **2. Modelos e conceitos críticos na abordagem cognitivista do tratamento da informação social**

Um dos eixos centrais da própria definição da Cognição Social é o da construção de teorias e modelos que expliquem o modo como a informação social é tratada e organizada pelos sujeitos, ao nível das estruturas cognitivas (Fiske e Taylor, 1991; Wyer e Srull, 1984; Markus e Zajonc, 1985; Levine e Resnick, 1993, Martin e Tesser, 1992).

Se, tal como referem Paez, Marques e Insúa (1994, p. 125), «por cognición social se entiende el conocimiento de cualquier “objecto humano”, bien sea individuos, sí mesmo grupos, roles o instituciones» - definição esta que se aproxima da concepção de cognição social proposta por Fiske e Taylor (1991) e ainda da referida por Schneider (1991) - podemos, então, subscrever que os trabalhos da cognição social circunscrevem o estudo dos processos mentais pelos quais o mundo social é conhecido pelo sujeito,



nomeadamente as fases do processamento cognitivo - como a codificação, armazenamento e recuperação - e as estruturas de representação - como esquemas, estereótipos e protótipos (Landman e Morris 1983, cit. por Paez, Marques e Insúa, 1994).

## 2.1. As estruturas de conhecimento

A construção das estruturas cognitivas de conhecimento permite dar um significado ao mundo, simplificá-lo de forma a torná-lo compreensível e inferir relações para além das informações disponíveis através de um conjunto de procedimentos mentais. Deste modo, as estruturas cognitivas podem ser entendidas quer como as representações cognitivas dos objectos sociais, quer como as regras operatórias que regem as relações entre as várias representações. As funções de organização e estruturação do meio ambiente representam um aspecto fulcral da sua conceptualização como estruturas dinâmicas, dependentes da elaboração activa da realidade social pelo sujeito, bem como das suas aprendizagens anteriores.

Podemos considerar que «cognitive structures are organizations of conceptually related representations of objects, situations, events, and of sequences of events and actions » (Markus e Zajonc, 1985, p. 143).

A necessidade de ordenação dos estímulos do meio em estruturas de significância permite conceber a formação e desenvolvimento das estruturas cognitivas a par com o processamento de informação, bem como a sua utilização como matriz interpretativa dos dados processados, sendo os conceitos de esquema, protótipos e *scripts*, os que melhor representam as preocupações teóricas da cognição social, dominando claramente a produção empírica da área (Markus e Zajonc, 1985).

Destes, o conceito de esquema é um conceito central na área da cognição social, sendo talvez o mais utilizado como referencial organizador da diversidade de estudos empíricos produzidos desde os anos 70 (Markus e Zajonc, 1985). Apesar disto, não tem sido este conceito alvo de uma definição conceptual precisa, sendo possível encontrar sob o mesmo conceito concepções operatórias diversas, com implicações ao nível dos estudos empíricos realizados e ao nível da integração dos resultados desses estudos (Head, 1920; Bartlett, 1932; Oldfield e Zanwill, 1942; Piaget, 1954, cit. por Markus e Zajonc, 1985).

A dispersão conceptual sobre os esquemas, enquanto estruturas cognitivas de conhecimento, recobre, no entanto, alguns aspectos comuns, como seja o facto de estes serem considerados unidades globais de informação, com implicações a todos os níveis do processamento da informação, de interpretação e actuação sobre a realidade social. Para além disso, os esquemas são processos activos de construção da realidade na medida em que permitem construir uma lógica consistente para os dados exteriores ao sujeito, relacionando variáveis de acordo com procedimentos lógicos, que permitem a sua assimilação às estruturas existentes ou a criação de novas (Brewer e Nakamura, 1984; Rummelhart, 1984; Fiske e Taylor, 1991).

Consideramos assim, que os esquemas se referem a «unidades estructuradas de conocimientos que reúnen conceptos, categorías y relaciones entre ellos, en conjuntos de bloques de conocimiento basados en la experiencia social. Los esquemas serían unidades molares de la memoria, estructuras de conocimiento complejas y totalizantes que procesan activamente la información del medio, de manera que el conocimiento sería una reproducción y reconstrucción activa de los estímulos sociales y no un mero reflejo de ellos» (Paez, Marques e Insúa, 1994, p.156).

No entanto, existem ainda outros conceitos que ilustram também a concepção de estruturas de conhecimento, com por exemplo os conceitos de protótipo<sup>3</sup>, *script*<sup>4</sup> ou estereótipo.

O conceito de estereótipo está intimamente relacionado com o conceito de esquema. Nesta perspectiva, podemos dizer que os estereótipos são considerados esquemas socialmente partilhados que organizam o conhecimento sobre traços, motivos e condutas associados à pertença a grupos e categorias sociais, são os esquemas de papéis mais genéricos (por exemplo, os comunistas, os pretos, os judeus, para referir um universo ideológico – de carácter fascizante - no qual os estereótipos desempenham um papel fundamental).

Podemos, no entanto, referir que os estereótipos sociais poderão ser

---

<sup>3</sup> De acordo com esta concepção das estruturas cognitivas, assume-se que os sujeitos, para uma dada categoria social, armazenam um conjunto de atributos definidores dessa categoria num único protótipo, que será uma média das instâncias classificadas, mas que pode corresponder ou não a um membro específico dessa categoria. Podemos referir que os protótipos são independentes do contexto, sendo estruturas de conhecimento que não permitem muitas inferências sobre as acções dos indivíduos em determinadas situações sociais.

<sup>4</sup> Quanto ao conceito de *script*, entendido também como uma estrutura cognitiva de conhecimento, este pode ser considerado um tipo particular de esquema, isto é, uma estrutura cognitiva integrada por um corpo de conhecimentos associados a uma sequência de acontecimentos que ocorrem frequentemente e com regularidade em uma cultura dada (Markus e Zajonc, 1985).

considerados como base de apoio dos *scripts*, na medida em que são estruturas de conhecimento socialmente partilhadas no interior dos grupos sociais e cujo conteúdo está dependente não de uma sequência de acontecimentos, mas da construção pelo grupo social de uma associação de acontecimentos com uma frequência elevada. Por exemplo, as interacções intergrupais podem seguir lógicas sequenciais baseadas em estereótipos e consequentemente darem origem à construção de *scripts*.

Paez, Marques e Insúa (1994) propõem uma relação entre os conceitos considerados na qual os protótipos e as suas listas de atributos estariam associados a funções de categorização e de conhecimento dos esquemas, enquanto que os *scripts* estariam associados a funções de orientação da acção.

Podemos dizer, em síntese, que os esquemas se situam a um nível mais global, constituindo um conjunto de conhecimentos, um quadro de expectativas, ou seja, os esquemas cognitivos são estruturas de pensamento, teorias implícitas sobre uma área do mundo social, assim como processos de conhecimento, enquanto os protótipos e os *scripts* são formas de estruturação mais específicas, situados ao nível da ordenação da informação.

Deste modo, os esquemas pressupõem geralmente a existência de vínculos ou relações entre os atributos do conceito, isto é, admite-se que o esquema tem uma organização interna de tipo explicativo (Fiske e Taylor, 1991). É exactamente esse carácter explicativo que permite a conceptualização dos estereótipos como um tipo de esquema específico, na medida em que os estereótipos, ao permitirem a simplificação do mundo social, constróem um significado e explicação para este.

Percebemos, então, que as estruturas de conhecimento desempenham um papel activo na construção do mundo social, não só ao nível da representação cognitiva do sujeito, mas ao nível dos seus quadros de referência e de actuação e será nesta perspectiva que as reteremos - com especial incidência nos esquemas e estereótipos - como quadro conceptual de referência para o nosso trabalho de investigação.

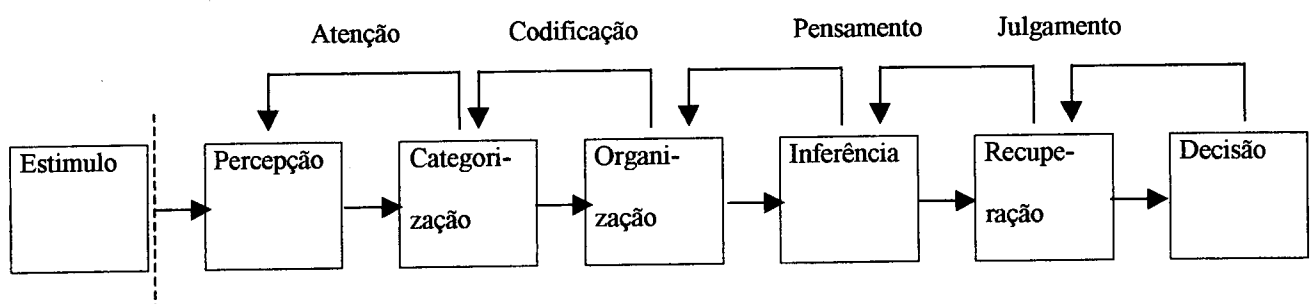
## **2.2. O processamento da informação**

Dada a dificuldade actual de construir, dentro do paradigma cognitivista, uma teoria geral das estruturas de conhecimento, os investigadores têm procurado

desenvolver de uma forma aprofundada um modelo sobre o processamento da informação social que lhes permita elaborar conjecturas sobre a diversidade de estruturas cognitivas e determinar o grau de influência destas no processamento da informação (Markus e Zajonc, 1985).

Se, como vimos anteriormente, a Cognição Social não só se preocupa com as estruturas mentais como com a influência destas nas fases de processamento da informação torna-se necessário definir conceptualmente quais as fases do processo de tratamento da informação e como se articulam.

Fiedler (1996), partindo da análise do campo da cognição social, mas não se limitando a este, propõe um modelo no qual procura definir o enquadramento conceptual das fases de processamento da informação.



Adaptado de Fiedler (1996)

Este é um esquema familiar, importado da psicologia cognitiva, em que a sequência dos processos cognitivos se decompõe em fases interdependentes entre si de tal forma que cada uma delas pressupõe a anterior.

A fase inicial (percepção) tem a ver com o efeito recíproco entre os processos cognitivos internos e os estímulos externos, sendo ténue a linha de fronteira em relação à fase da categorização embora se possa considerar que enquanto a primeira está centrada nas características da informação (*stimulus driven*) a segunda põe a tónica na importância das estruturas de conhecimento, nomeadamente no modo como o conhecimento se organiza internamente.

O modo como esse processo de categorização da informação social se desenvolve e o modo como se organizam as categorias sociais têm dado origem a modelos diversos, dos quais destacaremos os modelos baseados numa representação da

informação por protótipos, Abstract Based Model (ABM)<sup>5</sup>, e os modelos baseados em exemplares, Exemplar Based Model (EBM)<sup>6</sup>.

Actualmente, pensa-se que estas duas abordagens da organização cognitiva da informação em categorias não são exclusivas antes podem coexistir os dois processos de categorização. É um facto que os modelos baseados em exemplares não podem explicar a formação de categorias de conhecimento que não estejam baseadas em experiências directas, mas podemos afirmar que na categorização estão implicados diversos processos, advindo daí implicações na formação e manutenção de estereótipos (Park e Hastie, 1987; Judd e Park, 1988).

Por seu turno, a fase da organização - crucial para o nosso estudo empírico - é complexa porque fortemente afectada, entre outros factores, pelo objectivo do processamento e também pelas instruções dadas para a realização da tarefa (Markus e Zajonc, 1985; Hamilton, Katz e Leirer, 1980, cit. por Fiedler, 1996).

Daí que, por um lado, os estudos sobre organização de informação consistente ou inconsistente referiam que as informações inconsistentes ou inesperadas estão muitas vezes mais disponíveis na memória do que aquelas que são consistentes com a expectativas derivadas da categorização (Hastie, 1980, cit. por Fiedler, 1996) mas também que esta vantagem para a informação inconsistente desaparece quer quando o estímulo se refere mais a grupos do que a indivíduos, quer quando se apoia em uma significativa estrutura prévia de conhecimento.

Markus e Zajonc (1985), salientam a dificuldade em definir de forma

---

<sup>5</sup> Para estes modelos o que reunirá os membros de uma categoria social, será a zona comum onde se interceptam esses traços ou atributos, sendo cada traço ponderado em função do seu grau de associação com a categoria. Em suma, segundo a concepção prototípica das categorias sociais, os conceitos estariam definidos de maneira difusa ou abstracta, por atributos; e os atributos mais importantes para definir uma categoria social serão os que expressam as propriedades mais frequentes, típicas ou modais. Num estudo realizado por Messick e Mackie (1989), os resultados parecem vir demonstrar que a imagem geral do grupo influi no processamento de informação sobre os exemplares que o compõem.

<sup>6</sup> É entendido que os indivíduos armazenam representações de instâncias identificadas, que nos julgamentos que vão fazendo face aos estímulos do ambiente, comparam esses estímulos com exemplares bem conhecidos. De acordo com o modelo de Linville et al (1989, cit. por Schneider, 1991), a categorização baseia-se no grau de similaridade que a informação apresenta quando comparada com exemplares recordados e não com protótipos abstractos. E tanto assim é que alguns aspectos como a média e a distribuição de determinados traços relevantes ao longo de uma dada categoria, são tidos em conta a partir das representações armazenadas na memória e recordadas face a nova informação social. Uma série de estudos efectuados por diferentes investigadores (Linville e Jones, 1980; Judd e Lusk, 1984; Judd e Park, 1988) procuraram dar conta da relação existente entre a organização do conhecimento segundo o modelo proposto por Linville et al e os julgamentos que os sujeitos fazem relativamente ao ambiente que os rodeia. Um excelente exemplo do processamento de informação por recurso a exemplares é o modo como a personagem de ficção criada por Agatha Christie, Mrs. Marple, resolve e soluciona os crimes...As pessoas que ela encontra fazem-lhe sempre lembrar alguém da sua aldeia

inequívoca o modo como a organização da informação se processa, apresentando uma revisão da literatura sobre processamento de informação consistente *versus* inconsistente que apresenta resultados contraditórios.

Posteriormente, a partir de uma revisão da literatura dos estudos relevantes sobre a memória para informação inconsistente em oposição a informação consistente a que procederam Stangor e McMillan (1992), pode-se concluir que, apesar dos resultados aparentemente contraditórios desses estudos envolvendo várias variáveis, a informação congruente surge como mais pronta a ser recordada quando categorias superordenadas (ou *schemata*) são chamadas a conduzir o processo de resgate (fase igualmente de fronteira ténue com a fase de inferência, sendo que o traço distintivo residiria no seu carácter de invenção criativa da informação) da memória.

Um outro dado importante, também salientado por estes autores, é o que reside no facto dos indivíduos realizarem inferências para informação congruente com as expectativas, independentemente da sua existência ou não. Assim, e como exemplo, num discurso político muito marcado ideologicamente – como por exemplo o dos partidos de extrema-esquerda no período pós-25 de Abril – poderíamos recordar como marcas linguísticas não só, *soldados, marinheiros, operários e camponeses*, mas também *revisionistas, social-fascistas* (nas referências ao PCP) independentemente da sua presença nesse discurso específico.

Estes aspectos revelam-se de primordial importância para a construção das nossas hipóteses no estudo empírico que nos propusemos realizar, dado que aí pretendemos analisar o processamento de informação.

Como fases últimas do processamento da informação social encontramos os julgamentos e decisões que, porque constituem os seus resultados visíveis, fazem com que pareça natural conceber o processo cognitivo como um estrada (causal) que partindo da memória desemboque nos julgamentos/avaliações.

Wyer e Srull (1989, cit. por Paez, Marques e Insúa, 1994), consideram também um modelo que, tendo também em linha de conta várias fases no processamento da informação, as define de outro modo: codificação, armazenamento, recuperação, julgamento e decisão<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> A codificação permite a organização da nova informação a partir de esquemas existentes, criando uma representação mental dessa informação por forma a esta poder ser operada pelo sistema de memória, desempenhando a atenção – que depende de factores associados ao perceptor ou ao objecto social percebido – um papel determinante, no modo como se realiza o processamento de um dado estímulo.

Por seu lado, Fiske e Neuberg (1990) desenvolvem um modelo sobre o processamento de informação que se articula em cinco fases: num primeiro momento os sujeitos formam uma impressão rápida, automática, do alvo percebido em função da sua pertença a determinadas categorias sociais sendo que, quando o nível de atenção é elevado as características individuais ganham relevo sobre a estereotipização grupal. No caso da informação disponível corresponder ao estereótipo ocorre um processo de confirmação (que reforçará ainda mais esse estereótipo), mas no caso em que a informação não é suficiente ou é inconsistente com o estereótipo utilizado, os sujeitos tem que utilizar estratégias cognitivamente mais complexos de recategorização da informação e que englobam a utilização de subcategorias, a formação uma nova categoria ou comparação com exemplares guardados na memória. Se mesmo assim, a informação disponível, tomada como um todo, não corresponde a nenhuma categoria particular, ocorre o processo de integração de atributos, no qual os sujeitos constroem um impressão específica do alvo, característica a característica (processo de construção dos exemplares).

O modelo desenvolvido por Fiske e Neuberg (1990)<sup>8</sup>, defende que os sujeitos utilizam diferentes modos de processamento de informação, os quais variam desde o uso de processos baseados na estereotipização (não sendo tido muito em conta a informação concreta) até ao uso de informação característica e individual sobre o indivíduo ou evento, desprezando as informações baseadas em estereótipos.

Particularmente relevante é o facto de os autores procurarem articular estratégias cognitivas de processamento de informação com factores motivacionais, os quais funcionam, no entanto, apenas como moduladores da relação entre memória e tratamento da informação.

A ênfase colocada no processamento da informação e essencialmente na

A fase da codificação está intimamente associada às fases seguintes de armazenamento e recuperação de informação, sendo difícil diferenciá-las. A influência das estruturas de conhecimento nestas duas fases é evidenciada quando se pede aos sujeitos que respondam a tarefas de reconhecimento ou evocação de estímulos já apresentados.

A fase de julgamento é aquela durante a qual se estabelecem relações entre o estímulo percebido e a informação que já foi integrada em esquemas. Os processos cognitivos que definem as regras operatórias dessas relações estão relacionados com as avaliações, inferências e categorizações que os sujeitos efectuam com vista à organização do mundo social.

Finalmente na fase da decisão, o processamento da informação serve de suporte aos comportamentos manifestados pelos sujeitos.

<sup>8</sup> Este modelo procura conciliar a perspectiva gestáltica de Asch (1946) com os modelos de Anderson (1962; 1965, 1981 cit. por Moya, 1994). Nesta linha, Stangor e Ford (1992) e Bodenhausen e Lichtenstein (1987) realizaram estudos nos quais salientaram a influência dos processos motivacionais na

categorização social, aproxima este modelo dos desenvolvimentos teóricos sobre a Identidade Social (Tajfel, 1982; Van Knippenberg, 1984; Oakes, Turner e Haslam, 1991; Billig e Tajfel, 1973; Hogg e Abrams, 1988; Oakes, 1987) e dos estudos empíricos sobre estereótipos (Bodenhausen e Lichenstein, 1987; Judd e Park, 1988; Lambert, 1995; Mass e Schaller, 1991; Linville, Salovey e Fischer, 1986;), enquadrando-se embora na abordagem cognitivista.

Nesta perspectiva, o modelo apresentado procura realizar uma integração entre a abordagem da cognição social sobre os estereótipos com a investigação sobre os processos da percepção (Fiske e Neuberg, 1989, cit. por Caetano, 1993). Este modelo tem sido validado pelos estudos empíricos realizados não só no âmbito da formação de impressões, mas também no domínio de estudo da formação e manutenção dos estereótipos sociais (Oakes e Turner, 1990; Levine, Bogart e Zdaniuk, 1996; Jussim, Coleman e Lerch, 1987).

Para o nosso trabalho interessam-nos especialmente as assunções de que o processamento da informação não depende apenas da informação social disponível, mas também de aspectos motivacionais que influenciam a atenção prestada à informação (é necessário maior atenção para processar informação tendo em conta as suas características próprias) bem como a facilidade com que o sujeito interpreta a adequação dos atributos da informação à categorização (inicial ou construída ao longo do processo) que este realiza no processamento dessa mesma informação.

### **2.3. A memória como sistema integrador de informação**

O processamento da informação social é influenciado, e influencia a estruturação cognitiva do mundo, através das várias fases que o compõem. De acordo com numerosos autores, seja ao nível teórico ou empírico, (Markus e Zajonc, 1985; Fiske e Taylor, 1991; Paez, Marques e Insúa, 1994; Clark e Stephenson, 1995; Wyer e Carlston, 1994; Wyer e Budesheim, 1987; Fiedler, 1996; Devine, Hamilton e Ostrom, 1994), podemos sustentar que os sujeitos filtram a informação, codificam-na e retém-na na memória por diferentes processos.



Assim, o sistema mnemónico não é um espaço de objectividade e neutralidade onde o sujeito armazena a realidade, podendo ser considerado um espaço de «distorção normativa». É o modo como essa normal distorção da informação se faz que nos interessa compreender, pois ela tem implicações ao nível do agir, do sentir e do pensar dos indivíduos (Fiske e Neuberg, 1990; Pennebaker, Paez e Rimé, 1997, Quattrone e Jones, 1980; Peabody, 1968; Park, Judd e Ryan, 1991; Park e Rothbart, 1982; Srull, Lichtenstein e Rothbart, 1985; Srull e Wyer, 1986).

Consideramos que o sistema de memória possui inúmeras estruturas cognitivas relevantes para a organização da informação social, bem como as regras de formação e articulação dessas estruturas que permitem aos sujeitos a construção de novas estruturas cognitivas (Neisser, 1976; Rumelhart e Ortony, 1977, ambos cit. por Markus e Zajonc, 1985).

Como referem Paez, Marques e Insúa (1994, p. 131) «las teorías cognitivas actuales suponen que los sucesos externos se representan en un código mental interno. La metáfora central en el área de la cognición social ha sido la de que la *memoria* se constituía como una red semántica asociativa». O sistema de memória, como local privilegiado de armazenamento e organização da informação, torna-se também num dos centros de interesse da cognição social<sup>9</sup>.

Surgem assim modelos de memória que procuram construir uma grelha de leitura integrativa dos resultados obtidos à luz de outras concepções teóricas (como é o caso dos trabalhos na área da formação de impressões ou da atribuição causal), transferindo o centro de interesse da forma como a apreensão da informação é realizada pelo sujeito para o modo como a informação é organizada e processada nas estruturas internas do sujeito, como é o caso da memória. Deste modo, a percepção social é vista como um produto de uma actividade construtiva, condicionada pelas relações assumidas como estruturantes do processamento de informação, relações essas que diferem de acordo com os diversos modelos.

Srull e Wyer (1989, cit. por Caetano, 1993) apresentam um modelo complexo,

---

<sup>9</sup>A forma como se estrutura a memória não é líquida na literatura sobre o assunto nomeadamente no que se refere à proposta de Tulving (1985) de distinção entre «memória semântica», que abrangeria as representações de conceitos ou conhecimentos gerais e em «memória episódica» que operaria com representações mais dependentes de variações contextuais.

Encontramos ainda referências em Brewer (1986, cit. por Paez, Marques e Insúa, 1994) e Johnson (1985, cit. por Paez, Marques e Insúa, 1994) à memória autobiográfica - englobando a memória pessoal e a memória pessoal genérica - que seria uma memória de acontecimentos complexos, cujo eixo referencial é o próprio sujeito.

porque integrador, e que procura dar conta do modo como a informação é processada, tendo como pressuposto nuclear a concepção de memória como rede associativa

Estes autores defendem a existência de traços armazenados na memória dos sujeitos que lhes servem de matriz interpretativa dos eventos sociais, sendo ainda que se admite que os mesmos eventos sociais possam ser codificados em traços diferentes de acordo com o contexto da sua ocorrência e que o mesmo traço possa ser utilizado para codificar eventos diversos. Esta codificação é ainda influenciada pela disponibilidade ou acessibilidade dos traços na memória (cf. os jogos de aliança da *política real*, que justificam as coligações governativas entre grupos distintos e o papel desempenhado pela memória na utilização de diferentes traços definidores em função do contexto. Por exemplo, o PCP e o PS aparecem coligados em Lisboa nas eleições autárquicas, sendo o traço *esquerda* utilizado por ambos os partidos, mas no Alentejo a aliança preferencial é PS/PSD, sendo que aqui estes partidos se definem ambos como *democráticos*).

Devemos reter como contribuição maior deste modelo que, sendo a memória entendida como «rede associativa» na qual ficam representadas as características dos estímulos sociais, estes levam à formação de duas representações, uma descritiva e outra avaliativa que ficarão ambas armazenadas, a longo prazo, na memória.

Devido a este factor, na construção do nosso estudo empírico procurámos conhecer não só o modo como os participantes recordavam a informação que lhes era fornecida sobre o 25 de Abril, mas também o modo como estes a avaliavam.

No nosso estudo empírico, a memória desempenha pois um aspecto central da análise, não tanto numa perspectiva meramente cognitivista, tal como os modelos que apresentámos neste capítulo o podem sugerir, mas como peça fulcral na construção da identidade social do sujeitos, pois é nela que se desenrolam um conjunto de procedimentos que sustentam a comparação social definidora da identidade e posição dos sujeitos face aos grupos sociais (Wyer e Martin, 1986; Trope e Bassok, 1982; Stangor e McMillan, 1992; Stangor e Lange; Tajfel, 1982; Tajfel, 1984).

### 3. Breve reflexão crítica sobre as limitações da Cognição Social

Segundo a análise de Markus e Zajonc (1985), o desenvolvimento da perspectiva cognitivista na abordagem da relação social, implicou uma grande mudança

no modo como a relação do sujeito com o objecto passou a ser conceptualizada Assim, «The traditional way of distinguishing the cognitive approach from its immediately preceding competitor, the stimulus-response (S-R) approach, was to insist on the participation of an active organism (O) that intervened between the stimulus and response» (Markus e Zajonc, 1985, p. ).

Se inicialmente a perspectiva cognitivista acentuava muito pouco o papel desempenhado pelo sujeito na interacção com o mundo envolvente, desde cedo se veio a preocupar com os processos da percepção, processamento de informação, atenção e memória (Markus e Zajonc, 1985; Fiske e Taylor, 1991; Devine, Hamilton e Ostrom, 1994).

Deste modo, podemos dizer que mesmo que a Cognição Social não tenha permitido até hoje uma concepção integradora do funcionamento do ser humano na sua interacção e intervenção social, ao procurar integrar factores de ordem motivacional (ainda que subordinados aos processos cognitivos) com a componente cognitiva do processamento da informação pretende dar conta de processos cognitivos cada vez mais complexos como é o caso do processo de estereotipização.

Foi nesta perspectiva cognitivista que o estudo dos estereótipos sofreu alterações significativas, já que deixou de se centrar nos conteúdos para se preocupar - como formas de conhecimento que são - com o modo como se organizam.

Na análise exhaustiva das abordagens conceptuais dos estereótipos, a que procedem Ashmore e Del Boca (1981), estes autores referem-se também ao desenvolvimento da perspectiva cognitivista salientando que existe grande consonância de posições quanto à necessidade de uma abordagem mais integradora e de algum modo mais “específica” da psicologia social (Markus e Zajonc, 1985; Fiske e Taylor, 1991; Ickes e Gonzalez, 1994; Levine e Resnick, 1993).

De qualquer modo, e em relação com a categorização da informação (para além do modo como é feita a organização cognitiva dessa categorização - por protótipos ou por exemplares), verificamos que o estudo da formação e manutenção dos estereótipos radica numa perspectiva predominantemente cognitivista, em que se procura explicar as diferentes concepções e interpretações que os sujeitos fazem do meio envolvente em função do modo como estes organizam cognitivamente o mundo, introduzindo embora factores de ordem afectiva, avaliativa e cultural (Fiske e Taylor, 1984; Markus e Zajonc, 1985).

Apesar de a abordagem da cognição social ter como pressuposto que é devido à

limitação da nossa capacidade de processamento de informação que temos necessidade de desenvolver estruturas abstractas de conhecimento (Schneider, 1991), outras perspectivas, que põem em evidência o carácter fundamentalmente social do modo como a informação é tratada pelos indivíduos, salientam o papel dessas estruturas para a construção duma identidade positiva, quer pessoal quer social (Mcgarty e Turner, 1992; Oakes e Turner, 1990; Turner *et al*, 1987; Spears, Oakes, Ellemers e Haslam, 1997; Jussim, Coleman e Lerch, 1987).

Deste modo, o processo de categorização social permite aos sujeitos não só organizar o meio social e agir sobre ele de diversas maneiras, como fornece ainda um sistema de referência que define o papel e lugar do indivíduo na sociedade. (Tajfel, 1981; Tajfel, 1984; Abrams e Hogg, 1990; Hogg e Abrams, 1988)

Assim, um aspecto que nos parece importante – e que não é tido em conta na perspectiva cognitivista – é o facto da construção das categorias sociais referentes aos grupos ser social e historicamente determinada e depender tanto de efeitos inter-grupais como de características ideológicas.

Se o desenvolvimento desta forma de explicação das relações sociais e do comportamento humano, em relação com o processo de categorização social, constitui a pedra basilar dos estudos da Identidade Social, situa-se, no entanto, essa abordagem, como veremos de seguida, num nível de análise fundamentalmente diverso.

## Capítulo 2

### As Teorias da Identidade Social e da Auto-Categorização

Ao longo deste capítulo iremos referir sinteticamente os contributos que estiveram na base das Teorias da Identidade Social e da Auto-Categorização, teorias essas que apresentaremos, de forma breve..

Procuraremos ainda realçar a importância dessas teorias para a compreensão da construção das relações sociais e focaremos com particular atenção o papel desempenhado pela ideologia nesse processo de construção social.

#### 1. Linhas de emergência e desenvolvimento da Identidade Social

Mantendo a linha de orientação metateórica a proposta de Doise (1982), referente aos níveis de análise utilizados pela Psicologia Social Experimental na construção dos seus modelos e teorias explicativas, parecemos que nalgumas das explicações das relações grupais não se estabeleceu uma ruptura com a perspectiva cognitivista que abordámos no capítulo 1, mas antes uma tentativa de superar as limitações da Cognição Social. Assim, na medida em que esses modelos se debruçam sobre o modo como os sujeitos, imbuídos na vivência social, organizam e actuam sobre o mundo, esta perspectiva radica ainda no segundo nível de análise - nível interindividual - proposto por Doise (1982).

No entanto, podemos afirmar que a Teoria da Identidade Social, naquilo que propõe ao nível das relações inter-grupais e na análise que faz dos processos macrossociais, se situa no terceiro nível - nível intergrupar ou posicional - e no quarto nível - nível ideológico ou societal - dos níveis de análise propostos por Doise (1982).

Se, por um lado, a Teoria da Identidade Social - tal como é o caso da abordagem cognitivista - radica a sua origem nos estudos da percepção social (que como tivemos oportunidade de referir, se desenvolvem tendo por base as concepções da *Gestalttheorie*), por outro lado, ao centrar a sua análise no nível das relações inter-

grupais toma como base da sua formulação teórica os estudos realizados na área dos fenómenos de grupo.

Da linha emergente dos estudos sobre a percepção, esta perspectiva salienta a importância dos factores motivacionais e sociais na percepção do mundo, factores esses que se encontravam já presentes nos estudos da escola do *New Look*, mas que tinham sido relegados para segundo plano devido à dominância do paradigma cognitivista.

Os trabalhos inicialmente desenvolvidos por Tajfel (1957, 1959 em Tajfel, 1981), centram-se assim no domínio da percepção de objectos<sup>10</sup>, tendo como propósito entender as diferenças de julgamento e de comportamento dos sujeitos como consequência do processo de categorização, processo esse entendido como determinado pelo social.

Dos estudos centrados nos fenómenos dos grupos, a Teoria da Identidade Social salienta a dinâmica específica dos processos grupais e a sua articulação com os processos psicológicos<sup>11</sup>, bem como postula a inevitabilidade da interacção entre os processos psicológicos e o contexto social. Revela-se ainda de grande interesse os estudos desenvolvidos na área das atitudes e na compreensão da formação dos estereótipos sociais, tais como os trabalhos desenvolvidos por Allport (1935, cit. por Lima, 1993)<sup>12</sup>, que permitiram, através duma reflexão crítica, reconceptualizar esses conceitos ao nível duma perspectiva dinâmica das relações sociais.

## 2. A Teoria da Identidade Social

A Teoria da Identidade Social, a que aqui faremos referência, diz respeito ao modelo proposto pela «Escola de Bristol», no quadro da qual os conceitos de

---

<sup>10</sup> Estes trabalhos resultam da sua colaboração com Bruner na área da percepção, na década de 50 (Amâncio, 1993).

<sup>11</sup> Os trabalhos experimentais desenvolvidos no âmbito do *Research Centre for Group Dynamics*, no período após a II guerra mundial, apresentam-se como de particular relevância para a conceptualização da identidade social (Hogg e Abrams, 1988). No entanto, o estudo dos fenómenos de grupo tem uma longa tradição no âmbito da Psicologia Social (cf. Allport, 1985)

<sup>12</sup> O papel central do conceito de atitude na configuração do campo da Psicologia Social, «posicionando-se como o elo de ligação entre a psicologia individual e a sociologia» (Lima, 1993, p. 100), está presente não só nos numerosos estudos empíricos, mas também nas diferentes tentativas de reconceptualização desses estudos à luz de outras perspectivas teóricas (cf. Brewer e Kramer, 1985; Maximiano, 1995; Sousa, Potes e Valério, 1995)

categorização social, identidade social, comparação social e distintividade psicológica são articulados de forma a produzirem uma matriz explicativa tanto da participação do indivíduo nos grupos sociais onde se insere como das relações intergrupais.

Esta teoria procura ultrapassar uma leitura das relações intergrupais como mera extensão dos processos interindividuais e procura também entender as modalidades de interacção entre os grupos.

O processo de categorização, referido já no capítulo anterior, pode ser visto como o ponto de partida desta teoria já que se refere à segmentação e organização do mundo social. Ao analisar o processo de categorização social, Tajfel (1981) procura compreender o modo como a realidade social é trabalhada em termos de categorias ou grupos sociais<sup>13</sup>.

Os juízos perceptivos resultam da diferenciação entre pólos de uma dada dimensão (tomemos como exemplo a dimensão tamanho *-pequeno vs grande* ou luminosidade *-claro vs escuro*), diferenças essas que tem um valor avaliativo que produz uma acentuação dessa dicotomia e leva à sobreestimação das semelhanças intra-categoriais e também das diferenças intercategoriais.

Nesta linha, Tajfel (1982) desenha as duas regras básicas referentes aos efeitos da categorização: a regra da diferenciação e a regra da acentuação. Enquanto a primeira pressupõe que a categorização só por si já é um factor de aumento de diferenciação/distanciamento entre elementos que pertencem a diferentes categorias a segunda teria uma dimensão essencialmente cognitiva e valorativa.

Assim, através da categorização social, os sujeitos constróem uma versão simplificada da realidade social, visão essa que radica no processo iminentemente social de construção das categorias sociais.

Os indivíduos, no processo de categorização social, introduzem um dimensão avaliativa, que tem tradução tanto ao nível dos critérios classificatórios como dos conteúdos descritivos. Quer os critérios de classificação (enquanto construções descontínuas, como branco/negro), quer ainda os conteúdos descritivos das categorias sociais (cf. o conceito de atributo referido no capítulo 1 a propósito do processamento da informação) são adquiridos pelos sujeitos através do processo de socialização, com especial incidência nos grupos sociais de pertença.

---

<sup>13</sup> cf. com o estudo realizado por Tajfel, Sheikh e Gardner (1964, cit. por Amâncio, 1993) no qual os autores analisam os efeitos da categorização de estímulos sociais.

Deste modo as regras constituintes do processo de categorização social tem como função proteger, manter ou construir o sistema de valores aplicado às distinções entre grupos sociais (Tajfel, 1978).

Genericamente, as categorias sociais podem ser entendidas como internalizações subjectivas de representações colectivas, como imagens socialmente partilhadas sobre grupos (Van Knippenberg, 1984). Assim, o conceito de estereótipo, que na perspectiva cognitivista é entendido de uma estrutura rígida de conhecimento e resultante do enviesamento produzidos no processamento da informação, é reconceptualizado como «formas específicas de organização subjectiva da realidade social, reguladas por mecanismos sociocognitivos, que permitem compreender a sua incidência e resistência nas interacções sociais» (Amâncio, 1993, p. 293).

Para além deste efeito de simplificação da realidade, os resultados obtidos nos estudos sobre categorização social apresentam outro aspecto: os sujeitos avaliavam positivamente a sua categoria de pertença em detrimento da outra. Assim, Tajfel (1972, cit. em Tajfel, 1981) introduz a relação entre o conceito de identidade social e a categorização social, na medida em que a categorização do indivíduo num dado grupo se traduz na avaliação mais positiva desse grupo em comparação com outros.

O teorema central da Teoria da Identidade Social é que os indivíduos lutam por uma identidade social positiva. A identidade social constrói-se num processo de transacção entre o indivíduo e o ambiente que o rodeia, que actualiza e/ou reforça o sentimento de pertença a um ou vários grupos sociais, conforme o valor e significância emocional que o indivíduo atribui a essa pertença.

Deste modo, a Teoria da Identidade Social não contempla a categorização como um mero processo cognitivo informacional como o fazem as teorias cognitivas mais clássicas mas combina os elementos cognitivos das noções de categorização com a componente motivacional segundo a qual os indivíduos pretendem uma identificação social positiva. Enquanto a categorização social se refere a uma forma de organizar e sistematizar o ambiente social, assumindo um papel de guia de acção e de reflexão sobre os valores sociais, a identidade social contempla o conhecimento - baseado na significância valorativa e emocional - que o indivíduo possui quanto à sua pertença a determinado grupo social. Assim, os conceitos de identidade social e de categorização social aparecem como indissociáveis e integrativos visto constituírem-se enquanto lugares de confluência entre a esfera cognitiva e a esfera social.



É a comparação social<sup>14</sup> que permite a formação de uma identidade positiva, na medida em que os indivíduos distinguem positivamente o seu grupo de pertença dos outros. A conformidade a um grupo serve então como meio de redução da incerteza através do aumento do consenso e clarifica a auto-definição do indivíduo em termos de identidade social (Abrams e Hogg, 1990)

Concordamos assim com Van Knippenberg (1984) quando enfatiza que uma das contribuições mais importantes da Teoria da Identidade Social consiste na introdução deste referente motivacional no modelo cognitivo, sendo que esta introdução é feita de forma coerente com a conceptualização funcionalista da teoria da categorização. Assim, o indivíduo adquire a sua identidade social, que define o seu lugar e posição na sociedade, através da pertença a grupos sociais sendo que uma identidade social positiva se forma por avaliação comparativa e favorável relativamente a outros grupos. Como refere Tajfel (cit in Deschamps, 1984, p.547) “a social group will only preserve its contribution to social-identity aspects of individual, and be positively evaluated by the individual, if the group can keep its positive values distinct from other groups”, ou seja, a identidade social é construída também por um processo de distanciação e valorização de um grupo por referência a outro(s). Existem mecanismos para que essa valoração positiva se estabeleça: por exemplo, a mudança de pertença grupal quando a contribuição deste para a identidade social é insatisfatória (cf. poderá ser esta a estratégia usada pelos indivíduos na variação ao longo do tempo das suas identidades político-partidárias...) e, quando essa mudança é impossível, muda-se as características do grupo num sentido mais favorável (por exemplo as legitimações ideológico-políticas dos sistemas sociais, enfatizando apenas alguns dos seus aspectos...)

Deste modo, na organização da informação social está sempre presente uma dimensão avaliativa que afecta o modo como essa informação é processada.

A dimensão política da identidade social, ao ser activada num contexto social específico, vai afectar a acessibilidade do esquema político do indivíduo, sendo que a informação política pré-existente e o modo como esta é utilizada já é (em parte) ela própria resultado das interacções sociais anteriores, nas quais a identidade política

---

<sup>14</sup> Consideramos aqui que uma contribuição importante da Teoria da Identidade Social consiste no alargamento da teoria de comparação social de Festinger (1954) segundo a qual os indivíduos procuram validar a sua perspectiva do mundo através da comparação com outros que se lhes assemelham, daí resultando uma tendência para a uniformidade e a conformidade.

desempenhou o papel de filtro no processamento de informação.

### 3. A Teoria da Auto-Categorização

Consideramos aqui as conceptualizações da auto-categorização de Turner (1987) e Abrams & Hogg (1988, 1990) que a perspectivam como uma extensão e desenvolvimento da Teoria da Identidade Social. Nesta perspectiva, os indivíduos procuram uma distintividade psicológica positiva, para a qual as relações sociais desempenham um papel relevante. “An individual’s need for positively valued identity requires that where an intergroup comparison can be made in terms of a dimension whose poles have a clear value differential, then his own group must differentiate itself relative to other groups on that dimension towards the positively valued pole” (Turner, 1987, p.8).

Da mesma forma que categorizamos pessoas, objectos, categorizamo-nos a nós próprios: “Self-categorization is the cognitive process underlying social identification, group belongingness, psychological group formation, and so on, and is also responsible for rendering behaviour and cognition stereotypic and normative” (Hoggs & Abrams, 1988, p.74).

A auto-categorização reúne em si três níveis de importância para a formação do auto-conceito: a identidade ‘humana’, ‘social’ e ‘pessoal’ baseada em comparações inter-espécies, intergrupais e interpessoais entre o ‘eu’ e os ‘outros’ (Turner, 1987). A Teoria da Auto-Categorização considera a identificação de grupo como um processo de adaptação socio-cognitiva que torna possível relações como coesão, cooperação e influência social.

Esta identificação coexiste com a identidade pessoal onde as auto-descrições são mais pessoais e geralmente denotam atributos particulares do indivíduo, ou seja, existe um *continuum* na auto-concepção que varia entre uma identidade exclusivamente social e uma identidade exclusivamente pessoal.

Continuum	Polo 'pessoa'	Polo 'grupo'
•Auto-conceito:	Identidade Pessoal	Identidade Social
•Percepção Pessoal	Idiossincrático	Estereótipo
•Comportamento	Comportamento	Comportamento
Social	Pessoal e interindividual	Inter e intragrupal

adaptado de Hogg & Abrams (1988)

Segundo a teoria da auto-categorização, existe uma relação clara entre a auto-categorização e a auto-estima já que “in any specific instance what matters is the value of the prototype that is being used as the standard: one likes people that represent positive categories or that are less representative of negative categories” (Turner, 1987, p.58). A teoria da auto-categorização sugere que o processo de nos valorizarmos ou valorizarmos outros como positivo ou negativo é concomitante ao processo de avaliação do grau de distinção entre ‘eu’ e ‘não eu’. Deste modo, a atracção que um grupo exerce sobre um indivíduo não é constante, varia “with the ingroup membership providing the frame of reference, the defining dimensions of ingroup membership employed for interpersonal comparison and the specific others with whom the person is compared” (Turner, 1987, p.60). A pertença a um grupo ‘saliente’, e consequentemente a coesão, possui bases situacionais ou contextuais. Assim, a activação da pertença grupal pertinente (por exemplo *partidária* – diferenciação PSD/PP - ou *ideológica* – Alternativa Democrática) depende da construção perceptiva que os indivíduos fazem do contexto e da sua necessidade de preservação da auto-estima.

Esta teoria consegue desta forma demonstrar que a compreensão dos processos psicológicos não é contraditória mas sim complementar com a compreensão dos processos grupais. O grupo é uma entidade, um *sujeito* que possui uma realidade psicológica que interessa explorar e que a auto-categorização (ou ‘self-grouping process’) consegue, heurísticamente, captar. No entanto, interessa ressaltar, esta teoria não preconiza que os grupos são puramente psicológicos ou que são produto exclusivo de causas psicológicas, defende antes que a formação de grupos é um fenómeno social que implica uma análise social interdisciplinar.

Abordando desta forma os processos de grupo, a teoria da auto-categorização consegue atingir um grau de entendimento posicionado num registo positivo e adaptativo do fenómeno, esta teoria sublinha a importância de considerar a identificação

de grupo como um processo socio-cognitivo adaptativo que promove relações que Turner (1987) chama de pro-sociais - coesão social, cooperação e influência.

A teoria da auto-categorização, quando aplicada à explicação da saliência da pertença grupal, contraria as correntes que tradicionalmente defendem que a percepção de pertença grupal - estereotipização - é uma manifestação de erros psicológicos, viés, irracionalidade e ilusões: “the stimulus individuals’ category membership did become most salient when they demonstrated collective, normatively consistent and socially systematic uniformities of behaviour, when, it is not too much to say, they were, *in reality*, behaving as social group” (Oakes, 1987, p. 141, in Turner et al, 1987). Esta perspectiva defende que existe processos de saliência que reflectem e ajuda a existência de uma correspondência entre o mundo real e o nível de abstracção social.

Esta perspectiva afasta-se da Teoria da Identidade Social, e sobretudo das extensões desta à análise das relações macrossociais, na medida em que centra a discussão da dimensão social ao nível do modo como o indivíduo é afectado por esta no seu funcionamento face ao mundo social.

A perspectiva da auto-categorização toma como base o facto do indivíduos que se juntam em grupos desenvolverem uma percepção daquilo que eles partilham em comum e daquilo que os diferencia de outros grupos. Assim, esta percepção funciona como processo intimamente ligado com os processos de influência e de persuasão sendo que o valor informacional de uma resposta, ou seja, a sua persuasividade é exactamente equivalente ao grau de como esta é percebida como exemplar de uma norma ou consenso do grupo. A análise da auto-categorização viabiliza assim, através de uma reconceptualização dos processos de influência, uma compreensão do fenómeno de identidade de grupo que preconiza que a polarização depende da conformidade às normas; que a polarização das normas é uma função da relação “between the ingroup’s initial distribution of opinions and the social frame of reference as embodied in the presence of a rival outgroup or the responsible scale” (Wetherell, 1987, p.170).

Para Turner (1987) existem três níveis a ter em conta para uma análise da polarização do grupo baseada em auto-categorizações: a natureza dos atributos protótipos e estereótipos das categorias do endogrupo; o processo de influência de referente informacional e a variação da prototipicidade relativa das respostas do endogrupo como função do quadro social de referência.

#### 4. A formação de Ideologias e as Funções Sociais dos Estereótipos

O conceito de estereótipo no quadro desta perspectiva, já foi apresentado anteriormente, pelo que já considerámos como a característica fulcral dos estereótipos o facto de estes serem partilhados, não serem meras generalizações pessoais, sendo que a auto-categorização gera uniformidade social, consenso intergrupar ou percepções partilhadas: “stereotypes are...prototypes of shared cultural meanings” (Perkings cit in Hogg & Abrams, 1988, p.75).

Considerando as abordagens sobre formação de estereótipos<sup>15</sup>, podemos dizer que aos estereótipos podem ser atribuídas funções que se servem quer o indivíduo quer a sociedade. Deste modo, Tajfel (1981, 1982) considera que os estereótipos funcionam como matriz ideológica que serve de base aos padrões das relações intergrupais, justificando e promovendo a sua manutenção.

Tajfel (cit in Hogg & Abrams, 1988), efectuou também uma síntese das abordagens tradicionais, ditas descritivas, aos estereótipos, concluindo que:

a) os indivíduos mostram uma disponibilidade para caracterizar grupos humanos alargados tendo em conta ‘few fairly crude common attributes’, isto é, estereótipos;

b) estes estereótipos possuem uma espécie de inércia que faz com que eles mudem muito lentamente e quando mudam o processo é de reacção ou resposta a mudanças sociais, políticas e económicas;

c) os estereótipos são apre(e)ndidos quando os indivíduos são novos, mesmo quando as crianças ainda não sabem claramente a que grupo se refere o estereótipo;

d) os estereótipos tornam-se mais pronunciados e hostis quando se criam tensões sociais entre os grupos;

e) os estereótipos não são problema quando a eles está associada pouca hostilidade mas tornam-se um prejudiciais e extremamente resistentes à mudança num clima de conflito social.

As abordagens descritivas aos estereótipos são importantes para estabelecer

---

<sup>15</sup> O estudo da formação dos estereótipos foi exemplarmente reconceptualizado por Jussim, Coleman & Lerch (1987). Assim, concordando com os autores, podemos dizer que se desenvolveram três grandes teorias sobre a formação de estereótipos: a Teoria da Complexidade-Extremidade; a Teoria das Características Assumidas e a Teoria da Violação de Expectativas.

quais os estereótipos de um determinado grupo, quais as suas avaliações conotativas, com que profundidade são sustidos e que consenso social existe respeitante a essas crenças.

Para a Teoria da auto-categorização a estereotipização pode ser operacionalizada como actuante em termos de status avaliativo, prestígio, experiências emotivas, necessidades, objectivos, normas comportamentais ou atitudinais e traços de personalidade ou comportamentais. “Thus, self-categorization leads to stereotypical self-perception and depersonalization, and adherence to and expression of ingroup normative behaviour” (Hogg, 1987, p. 102, in Turner et al, 1987).

Uma abordagem baseada na identidade social e na auto-categorização tenta explicar a formação de estereótipos social e psicologicamente, interrelacionado o processo de esteriotipia com o conteúdo específico de um estereótipo. De facto, a realidade é mais complexa, os estereótipos podem levar a avaliações e julgamentos positivos relativamente ao exogrupo e têm influências múltiplas e por vezes conflituosas no processo de avaliação e julgamento.

Interessa-nos, no entanto, realçar as funções sociais dos estereótipos conforme nos são apresentadas por esta síntese integrativa de Hogg & Abrams (1988).

#### FUNÇÕES INDIVIDUAIS

##### *Cognitiva*

(mundo bem diferenciado e organizado)

##### *Valorativa*

(grau de auto-avaliação positiva)

#### FUNÇÕES SOCIAIS

##### *Causalidade Social*

(explicação de fenómenos, sociais e físicos, ambíguos ou mais angustiantes)

##### *Justificação Social*

(racionalização e justificação da forma como se lida com grupos sociais)

##### *Diferenciação Social*

(acentuação e clarificação de diferenças entre grupos sociais)

Segundo os autores, a causalidade social refere-se à busca de uma compreensão por parte do indivíduo/grupo de acontecimentos perturbadores e complexos. Assim, os indivíduos envolvem-se numa tarefa de identificação do grupo responsável pela perturbação acompanhada por um processo de corroboração dos estereótipos negativos associados ao grupo dito responsável pelos acontecimentos (este fenómeno é dito, por Hogg & Abrams, 1988, de 'scapegoating'). Podemos então concluir que esta função diz respeito a um processo de responsabilização de grupo e de reforço de estereótipos negativos; na função de justificação social, o indivíduo ou grupo constrói um estereótipo específico relativamente a um grupo por forma a justificar acções empreendidas ou planeadas contra outro grupo e a diferenciação social refere-se à tendência para o etnocentrismo: "own-group enhancing stereotypic differences, to be accentuated under conditions in which intergroup distinctiveness is perceived to be becoming eroded and insecure, or when social conditions are such that low status is perceived to be illegitimated and changeable" (Hogg & Abrams, 1988, p.78).

Ainda relativamente à análise das funções sociais dos estereótipos, os autores estabelecem uma relação entre os conceitos de atribuição causal, representação social e ortodoxia e o processo de formação de estereótipos, relação essas que nos parece essencial para este trabalho visto que nos permite compreender o alcance que a formação de estereótipos tem para a cristalização de uma ideologia.

A função da causalidade social pode ser facilmente explicada a partir das abordagens atribucionais se considerarmos que "people are intuitive scientists engaged in the business of employing science-like but informal causal analyses in order to satisfy a fundamental need to understand the causal relationships between events, and thus render experiences, actions, and so forth, predictable and ultimately controlable" (Hogg & Abrams, 1988, p.78). No entanto, esta teoria falha na explicação da função de justificação social que pode ser contemplada se considerarmos como função primordial do estereótipo a explicação e compreensão social.

O facto das funções sociais isto é, dos aspectos macrosociais dos estereótipos, ser tido em conta revela-se de uma extrema importância nomeadamente quando se estuda a confrontação entre grupos.<sup>16</sup>,. Apesar desta diferenciação funcional dos

---

<sup>16</sup> Como são exemplo os estudos de género, de grupos etnolinguísticos, de grupos étnicos e de grupos políticos

estereótipos, concordamos com Hogg & Abrams ao atribuírem à estereotipia social a função global de "'social explanation' with subsumes justification of actions as well as causal attribution for events and allocation of guilt, blame, and responsibility" (Hogg & Abrams, 1988, p.79).

A abordagem destes autores, ao considerarem que os estereótipos possuem uma função global de explicação de fenómenos sociais, relaciona-se com os conceitos de representação social e de ideologia, na medida em que as representações sociais são, numa perspectiva que se nos assemelha a mais integrativa, representações interiorizadas ou adquiridas através de processos de auto-categorização associadas à pertença grupal ou à identidade social. Esta conceptualização permite compreender os processos sociais mediante aspectos contextuais que influem nomeadamente na saliência da identidade grupal e por isso no grau de influência das representações sociais na representação que o indivíduo ou grupo tem do seu quadro de referência grupal.

Por outro lado, o conceito de ideologia prende-se também com a já referida função genérica de explicação social dos fenómenos e dos grupos já que consiste num conjunto interrelacionado de crenças e assunções cujo objectivo é precisamente o entendimento da realidade social. "they are essentially 'schools of thought' which have the features of orthodoxy in so far as they are narrowly circumscribed explanatory frameworks which inhibit the existence of cognitive alternatives" (Hogg & Abrams, 1988, p.83). Podemos considerar que as ideologias, entendidas como produto dos conflitos sociais, têm como função eliminar o ruído social, as contradições e aspectos que não se coadunem com os parâmetros de leitura que um grupo tem sobre a realidade social.

A concluir, consideramos que a preocupação com natureza e as funções dos estereótipos, poderá ser enquadrada numa continuidade da linha de pensamento da Cognição Social sobre a natureza e funções dos esquemas (Markus e Zajonc, 1985), sendo outro o nível de análise e o enfoque teórico adoptado. Uma vez mais podemos constatar a não existência de uma ruptura entre a Cognição Social e as teorias aqui apresentadas.

No entanto, a perspectiva da identidade social, na medida em que se centra numa análise das relações intergrupais (nomeadamente nos processos associados à construção dum universo discursivo fundado na ideologia e nas representações sociais) e das implicações dessas relações para análise de uma prática social (historicamente



determinada), permitem-nos construir uma matriz interpretativa duma relação intergrupai, na qual «os grupos constituem entidades subjectivamente construídas, que reúnem os seus membros sob um determinado *modo de ser*, pré-definido num universo simbólico-ideológico (...) e cujas modalidades elucidam a expressão do comportamento dos indivíduos em diferentes contextos.» (Amâncio, 1993, p.307)

Assim, ao considerarmos a forma como os indivíduos avaliam e processam a informação como expressão da sua pertença ideológica, estamos a remeter a compreensão desses processos para um quadro de análise onde o universo ideológico em que os sujeitos se auto-categorizam funciona como matriz referencial na forma como a informação é tratada.

### Capítulo 3

#### **A identidade política no tratamento de informação política**

Neste capítulo, considerando a dimensão política como expressão da identidade social dos indivíduos, focaremos a nossa análise no estudo dos processos socio-cognitivos do tratamento da informação política pelos indivíduos.

A identidade política desempenha um papel determinante no modo como os sujeitos estabelecem significações para o mundo social, posicionando-se a si e aos outros em função dessa dimensão identificadora (Hogg e Abrams, 1988; Sears, 1987).

Os indivíduos utilizam estratégias de categorização e comparação social como forma de organização cognitiva do mundo, e num dado contexto, as categorias sociais salientes determinam as formas de interacção social. A política permite ao indivíduos explicarem e justificarem a ordem social (Bartol, Raviv e Freund, 1994; Furnham, 1982; Furnham, 1984) e fazerem parte de grupos sociais que partilham a mesma visão política (Abrams e Emler, 1992; Evans, 1993; Reid e Sumiga, 1984; Abrams, 1994).

Analisaremos ainda a dimensão ideológica da política, enquanto expressão dum sistema de crenças políticas que permitem organizar e explicar o mundo social e as relações intra e inter-grupais (Hogg e Abrams, 1988).

Finalmente, faremos uma análise do 25 de Abril - enquanto evento político inscrito na memória social portuguesa - e traçaremos a evolução do contexto político-partidário português, na medida em que esta análise contribui para o enquadramento do nosso estudo empírico.

Apresentámos, nos capítulos anteriores, as perspectivas da Cognição

Social e da Identidade Social. Vimos assim, como se passou de uma perspectiva fundamentalmente cognitivista a uma abordagem socio-cognitiva na análise dos processos pelos quais os sujeitos constróem um significado para o mundo social e com ele se relacionam. O modo como as estruturas de conhecimento condicionam processos fundamentais como o processamento da informação - aos seus vários níveis - constitui o denominador comum às duas perspectivas referidas.

A questão do enviesamento no processamento da informação desempenha um papel determinante para a construção dos estereótipos e para a sua manutenção, sendo que estes, por sua vez, condicionam a forma pela qual nós interpretámos o mundo (Dijkterhuis e Van Knippenberg, 1995; Stangor e McMillan, 1992; Fiske e Kinder, 1981). No entanto, sabemos que a formação e conteúdo dos estereótipos são processos socialmente determinados, do ponto de vista histórico e social, reveladores das relações que se estabelecem entre os vários grupos sociais de uma dada sociedade (Forgas *et al*, 1995).

### **1. A dimensão social da política**

Na análise dos fenómenos políticos, o estudo dos determinantes individuais do comportamento político, no qual se procura relacionar determinados tipos psicológicos com determinados tipos de ideologia política, tem a sua expressão na teoria de Adorno *et al* (1950, cit. por Billig, 1984) sobre a personalidade autoritária e nos modelos de Eysenck (1954, cit. por Billig, 1984) e de Rokeach (1960, cit. por Billig, 1984) sobre o modo como as características psicológicas dos sujeitos (vg. rigidez vs abertura do sistema de crenças) afectam a adopção de uma determinada ideologia política.

No entanto, tal como Billig (1984) sugere, essas tentativas de construção duma explicação fundamentalmente individualista para a dimensão

política, e portanto ideológica, estão elas próprias contaminadas por assunções implícitas, muitas das vezes de natureza política.

É assim necessário ter em conta, tal como sugerem Tallón e Izquierdo (1990, p. 37) que «la socialización política está incluida en el ámbito de la Psicología política, conjuntamente com las actitudes socio-políticas, que van a dar lugar al comportamiento político, cuyo análisis no se puede limitar a un nivel exclusivamente individual, sino que deberá considerar también las coordenadas socio-políticas en que los sujetos están insertos.».

### **1.1. A perspectiva da socialização política**

É esta consciência da dimensão iminentemente social da política que sustenta os estudos sobre socialização política (Alwin, Cohen, Newcomb, 1991; Balaguer, 1990; Sears, 1987; Cabral, 1995), bem como os estudos que procuram relacionar o sistema de valores e as opções ideologicamente partilhadas dos sujeitos (Guimond e Palmer, 1996; Bynner e Ashford, 1994; Maximiano, 1995).

Num estudo realizado por Newcomb (1943, cit. por Alwin, Cohen e Newcomb, 1991), o autor procurou analisar a importância do meio social no desenvolvimento das orientações socio-políticas no início da idade adulta. Para tal, centrou o seu estudo num grupo de estudantes que frequentavam o Bennington College, uma faculdade feminina. Os resultados obtidos permitem concluir que existe uma mudança significativa nas orientações socio-políticas destas mulheres ao longo do tempo em que frequentam a faculdade. Assim, as participantes vão adoptando uma posição mais progressista, apoiando as políticas do *New Deal*, por oposição a uma posição mais conservadora evidenciada pelas suas famílias. Num segundo estudo, realizado com a mesma amostra de estudantes, Newcomb, Koenig, Flacks e Warwick (1967, cit. por Alwin, Cohen e Newcomb, 1991), verificaram que as mulheres que mantinham

as atitudes socio-políticas progressistas desenvolvidas durante o período de frequência universitária, eram aquelas que viviam num ambiente social congruente com essas atitudes, isto é, tinham abandonado os meios familiares conservadores após a saída da universidade, enquanto que as mulheres que tinham regressado ao meio familiar conservador, tinham abandonado as atitudes socio-políticas progressistas que tinham adoptado na universidade.

A importância do grupo de referência para a compreensão dos resultados destes estudos é um dos aspectos salientados por Newcomb (1967, cit. por Alwin, Cohen e Newcomb, 1991). O grupo de referência funciona como um mediador do impacto dos factores de natureza histórica e social na adopção de determinadas orientações socio-políticas neste grupo de mulheres, ao longo da sua vivência pessoal.

Esta perspectiva defendida por Newcomb (1943, cit. por Alwin, Cohen e Newcomb, 1991) está também presente nos estudos realizados posteriormente com as mulheres do Bennington College.

Lipset *et al* (1954) e Hyman (1959), citados por Alwin, Cohen e Newcomb (1991), salientam a influência da família no desenvolvimento da orientação política dos indivíduos, enquanto Kinder e Sears (1985) sugerem que, apesar dos jovens serem capazes de fazerem opções políticas, o seu grau de envolvimento é normalmente pouco elevado e portanto vulnerável à mudança de orientação política.

Tallón e Izquierdo (1990) realizaram um estudo sobre socialização política de jovens estudantes de Murcia. Os participantes, que tinham idades compreendidas entre 14 e 22 anos, responderam a um questionário que continha perguntas sobre aspectos sociológicos, pessoais e familiares, percepção da sua integração e aceitação social, bem como perguntas sobre a intenção de voto destes e dos seus pais, conhecimento da realidade política do país e posicionamento religioso dos próprios e dos pais.

Nas conclusões do estudo relativas aos aspectos políticos, os autores encontraram uma baixa filiação política dos jovens, correspondendo a uma

igualmente baixa filiação política dos pais. No caso dos jovens com posições políticas mais marcantes, estas aparecem influenciadas pelo ambiente familiar.

A construção de esquemas políticos que permitem aos indivíduos lidar com informação política, e fundamentalmente, a relevância e complexidade desses esquemas políticos é assim influenciada pelo processo de construção da própria identidade social do indivíduo.

### **1.2. A dimensão política e o sistema de valores**

De igual modo, os estudos que relacionam valores com orientação política tem uma larga tradição no campo da Psicologia Política.

Assim, num estudo realizado por Martín, Fernández e García (1990), os autores procuraram identificar as diferenças entre os sistemas de valores dos simpatizantes e militantes de diferentes formações políticas espanholas. Para tal, utilizaram uma amostra composta por 322 alunos a frequentar o 3º ano dos cursos de Direito, Filologia, Medicina e Ciências Físicas da Universidade de Salamanca. Aos participantes era pedido que ordenassem 12 valores políticos de acordo com a sua preferência. Era ainda pedido aos participantes que respondessem a várias perguntas sobre a sua identificação com diferentes formações políticas, bem como o seu posicionamento político numa linha contínua entre esquerda/direita.

Os resultados obtidos apontam para um conjunto de valores que permitem diferenciar grupos ou ideologias políticas (liberdade, ordem pública, solidariedade, religiosidade, espanha, justiça, democracia, igualdade, sabedoria), tanto pela adesão como pela oposição a esses valores.

Um aspecto interessante nos resultados deste estudo está relacionado com o facto de, ao contrário do esperado pelo autores, não existirem diferenças profundas entre os sistemas de valores dos partidos situados nos extremos da escala ideológica esquerda/direita. Entendemos que a abordagem proposta por

Deonchy (1984) sobre sistemas ortodoxos e a análise da ideologia política apresentada por Billig (1984) permitiriam um enquadramento e discussão mais aprofundados desta questão.

Num estudo efectuado por Menezes (1997), no qual a autora pretendia validar um questionário de valores para a população portuguesa<sup>17</sup>, foram encontrados resultados que confirmam a existência de uma relação entre os valores dos indivíduos e a sua pertença ideológica. Assim, verificou-se que existiam diferenças significativas nos valores adoptados pelos participantes em função dessa sua pertença ideológica. Os participantes de esquerda possuíam valores mais universalistas, ao contrário dos participantes de direita que possuíam valores mais tradicionalistas. Os itens representativos da dimensão universalista são: igualdade, mundo em paz, união com a natureza, sabedoria, mundo de beleza, justiça social, aberto, protector do ambiente enquanto os itens que representam a dimensão tradição são: respeito pela tradição, moderado, humilde, aceitador da minha vida, devoto.

Um estudo realizado por Furnham (1982) sobre as relações entre o sistema de crenças dos participantes e os tipos de atribuições que estes fazem, vem colocar a ênfase naquilo que Hewstone (1989, cit. por Morales, 1994) chama as *atribuições sociais*.

No estudo citado, o autor pedia a participantes votantes do partido conservador e votantes do partido trabalhista (ingleses) que explicassem a pobreza. Os primeiros explicavam-na em função de características individuais das pessoas pobres e os segundos explicavam-na através de aspectos sociais, como a economia e a estrutura social.

Noutro estudo do mesmo autor (Furnham, 1983, cit. por Morales, 1994) a riqueza também era explicada diferencialmente por votantes do partido

---

<sup>17</sup> A versão portuguesa desse questionário de valores (Campos e Menezes, 1995) foi utilizada por nós no estudo empírico que realizámos, como indicador da pertença ideológica dos participantes, já que existe uma relação estreita entre o sistema de valores dos indivíduos e o seu posicionamento político.

conservador e votantes do partido trabalhista. Os votantes do partido conservador explicam a riqueza através de factores individuais positivos (inteligência, disciplina) e os votantes do partido trabalhista explicam-na através de factores individuais negativos (falta de escrúpulos), bem como de factores de carácter social.

Num estudo realizado por Vala, Monteiro e Leyens (1988) os autores procuraram examinar a forma como participantes explicavam e julgavam actos de agressão exercidos por agentes institucionais (policías) ou por delinquentes.

Participaram 258 estudantes universitários portugueses, divididos em função da ideologia (numa dimensão conservadorismo/radicalismo). Os sujeitos tinham que seleccionar de um conjunto de 30 causas (metade externas e a outra metade internas) 5 que explicassem a agressão cometida por um determinado actor (policías ou delinquentes) sobre uma vítima desconhecida numa situação não especificada, bem como avaliar o actor e o acto.

Os resultados apontam diferenças entre os tipos de explicações e os julgamentos feitos pelos participantes em função da sua ideologia. Os participantes radicais desculpavam mais os agressores delinquentes e os participantes conservadores faziam-no em relação aos policías. Por outro lado, os conservadores eram mais tolerantes relativamente aos policías do que aos delinquentes, sendo o inverso para os radicais. No caso das explicações para a agressão (internas ou externas) apenas os participantes radicais apresentam diferenças quanto à associação entre tipos de causas e actores; internas no caso dos policías e externas no caso dos delinquentes.

Na análise dos resultados, os autores afirmam que, dado o contexto político português, não é surpreendente que os participantes radicais dêem valor à dimensão de causalidade interna/externa como instrumento de discriminação entre os grupos sociais considerados (policías/delinquentes). As contingências sociais são relevantes para os radicais, mas não significa que estes não saibam distinguir a legalidade/ilegalidade do acto. No caso dos conservadores esta dimensão não é relevante para a sua organização do mundo.



Em conclusão, os estudos apresentados, permitem-nos ver a dimensão política não só como uma dimensão identitária dos indivíduos, condicionada fortemente pelas aprendizagens sociais e pela dinâmica psicossocial do processo desenvolvimental, mas como estrutura de conhecimento que permite aos sujeitos, através do recurso a categorias e estereótipos políticos, ordenar e integrar informação política. A dimensão política da identidade social, se bem que seja mais notória nos indivíduos que se auto-categorizam em função das categorias políticas (esquerda/direita; comunista, socialista, centrista, social-democrata, democrata-cristão só para citar algumas) está presente na vida social de todos os indivíduos na medida em que estes «se socializam politicamente, aunque no reciban una socialización política expresa, pues la familia, el grupo de iguales, la escuela y los medios de comunicación social influyen en ellos para configurar su mentalidad social» (Tallón e Izquierdo, 1990, p. 37).

## **2. As estruturas de conhecimento e o tratamento de informação política**

Podemos, então, falar do carácter social da construção da dimensão política da identidade das pessoas e dos grupos. Esta construção vai condicionar a formação e manutenção de estereótipos políticos que, por sua vez afectam o tratamento de informação política. Assim, a dimensão política reúne as condições necessárias para determinar a construção do mundo social pelos sujeitos e, ao mesmo tempo, é ela própria produto de um processo de construção da identidade pessoal e social.

### **2.1.. Esquemas e estereótipos políticos**

O conceito de esquema cognitivo é perfeitamente aplicável ao

processamento de informação política, tal como o é a outras áreas do conhecimento. Os indivíduos organizam informação para eventos políticos, grupos ou pessoas da mesma forma que o fazem em relação a outro tipo de informação social.

Assim, «such schemata represent stored structural information about politics, including conceptions of politicians, policies, rules, events, and institutions. Political schemata presumably guide political information processing: Their elicitation affects the selection, interpretation, use, and remembrance of information about political world.» (Fiske e Kinder, 1981, p. 176).

Como vimos no capítulo 1, os estereótipos podem ser considerados estruturas de conhecimento que, através da informação armazenada no sistema de memória e «configurada» de uma forma específica, nos permitem reduzir a incerteza tanto acerca do comportamento dos outros como na interpretação de eventos. Do mesmo modo, se os estereótipos podem ser entendidos como um tipo particular de esquemas (Fiske e Taylor, 1991), então os estudos que procuram relacionar as estruturas de conhecimento com o processamento da informação servem de moldura interpretativa ao funcionamento destes.

Uma grande parte dos estudos empíricos que procuram conhecer o modo como os estereótipos influem no processamento da informação social e na organização dessa informação na memória tem por base a assunção que os estereótipos são fundamentalmente erros de avaliação e contribuem para o enviesamento do processo de tratamento da memória (Stangor e Lange, 1994).

Stangor e Lange (1994, p. 362) afirmam, ao procurar definir o conceito de estereótipo, que «stereotypical characteristics are associated with group labels in semantic memory through mental associations. These basic assumptions are derived from work in cognitive psychology».

Segundo Fiske e Taylor (1991) o modo como os grupos ou eventos sociais são percebidos pelos sujeitos, deriva do facto destes poderem ser representados em termos de características genéricas (estereotipadas) ao nível

das estruturas de conhecimento dos sujeitos e subsequentemente servirem de base no processamento da informação social.

De acordo com Sherman e Hamilton (1994) durante a codificação de informação social (por exemplo, informação política), existe uma activação automática do esquema cognitivo relacionado com esse tipo de informação social, que permite a integração da nova informação através da formação de ligações entre esta e os atributos definidores da estrutura de conhecimento prévia.

Assim, os estereótipos políticos, na medida em que fornecem um código de leitura do real, condicionam o processamento da informação, permitindo aos sujeitos diminuir a complexidade social e desenvolver posições e atitudes face a diferentes aspectos da vida social e política (como por exemplo a militância partidária ou o exercício do direito de voto).

Deste modo, a estereotipização como estratégia de processamento da realidade política, na medida em que desempenha tanto uma função de simplificação duma realidade complexa, como uma função de identificação social (e determina os mecanismos de comparação social com outros grupos políticos socialmente significativos) assume particular relevância no domínio político (Fiske e Kinder, 1981; Abrams, 1994; Reid e Sumiga, 1984).

Fiske e Kinder (1981) procuram construir um modelo para a compreensão do processamento de informação política que tem por base as concepções da Cognição Social e particularmente o conceito de esquema como estrutura de conhecimento.

Os autores estão fundamentalmente interessados em compreender as razões das diferenças no tratamento da informação política, não tanto numa perspectiva dos conteúdos (análise descritiva dos atributos definidores dos diferentes sistemas político-ideológicos) mas sim dos processos (formas distintas de processamento da informação política). Fiske e Kinder (1981) realizaram um estudo no qual se propunham analisar o papel desempenhado pelos esquemas políticos no processamento de informação sobre países do

terceiro mundo. Partindo do pressuposto que a informação sobre esses países é normalmente compreendida tendo por base ou um esquema «governo militar ditatorial» ou um esquema «exploração económica», os participantes foram distribuídos por três condições experimentais, em duas delas, através da apresentação de informação sobre dois países tornava-se saliente um dos esquemas referidos, enquanto a terceira condição funcionava como controlo. Em seguida, os autores apresentaram a todos os participantes uma descrição de um país africano praticamente desconhecido – Alto Volta, sendo que metade dos participantes recebia informação sobre o país consistente com o esquema «governo militar ditatorial» e outra metade informação consistente com o esquema «exploração económica». Apesar de, como era esperado, terem encontrado efeitos que revelam a utilização de diferentes esquemas esses efeitos eram pouco consistentes.

Assim, noutro estudo os mesmos autores, estes encontraram evidências para o efeito do envolvimento político e, sobretudo, da experiência em lidar com informação política. Deste modo, Fiske e Kinder (1981) usaram a frequência e a rapidez com que os sujeitos processam a informação política como ponto de partida para a construção de três grupos distintos: leigos, iniciados e peritos.<sup>18</sup> os leigos não possuem um esquema político que lhes permita realizar com eficácia o processamento da informação política; os iniciados possuem versões concretas de esquemas políticos consensuais e utilizam-nos de modo simplificado no processamento da informação relevante e os peritos possuem esquemas políticos mais abstractos (ideológicos?) e utilizam-nos de forma sofisticada no que concerne ao processamento da informação política.

Deste modo, podemos afirmar que a compreensão da informação política está dependente de estruturas de conhecimento prévias, que se formam

---

<sup>18</sup> Estes termos resultam da tradução que realizámos do original. Deste modo, e de forma correspondente, os termos utilizados pelos autores são: *uninitiated*,

devido à experiência social dos indivíduos. De acordo com Fiske e Kinder (1981, p. 177) «individuals will vary enormously, first, in the availability of schemata, and, second, in how they are put to use. Both schema availability and schema use are shaped by practice in the domain»).

Podemos estabelecer um paralelo entre estas conclusões e os resultados encontrados por Converse (1975, cit. por Fiske e Kinder, 1981). Numa análise sobre opinião pública, este autor traça um perfil idêntico dos cidadãos, que quando confrontados com informação política a analisam de acordo com a informação anterior que possuem, relacionando-a de forma mais ou menos complexa com outras dimensões da vida social.

Bar-Tal, Raviv e Freund (1994) realizaram um estudo, com estudantes universitários israelitas, no qual pretendiam estudar as posições políticas destes relativas ao conflito israelo-árabe, bem como as características estruturais desse sistema de crenças (centralidade, grau de confiança).

No contexto israelita, e dado que as questões políticas sobre o conflito israelo-árabe são aspectos relevantes e salientes no quotidiano, predomina uma dimensão de análise - que permite descrever a orientação política face a este conflito - que se estrutura num *continuum* entre o pólo *pomba* e o pólo *falcão*.<sup>19</sup> Ainda de acordo com os autores, os israelitas, e em especial os estudantes, podem ser considerados *peritos*<sup>20</sup>, dada a relevância da questão política do conflito israelo-árabe.

Os indivíduos que apoiam um compromisso com os árabes, posicionando-se a favor do abandono dos territórios ocupados em troca da paz e que se opõem aos colonatos judeus nesses territórios são considerados *pombas*. No pólo oposto estão os indivíduos que recusam um compromisso

---

*novices e experts.*

<sup>19</sup> Estes termos resultam da tradução que realizámos do original. Deste modo, e de forma correspondente, os termos utilizados pelos autores são: *dove e hawk*.

<sup>20</sup> cf. os conceitos apresentados por Fiske e Kinder, 1981.

com os árabes, apoiam a noção de uma Israel Grande (que implica a manutenção dos territórios ocupados) e advogam a instalação de colonatos judeus nos territórios. Estes são os *falcões*.

Os autores pediram a 118 participantes que analisassem um conjunto de 5 afirmações relativas à questão política do conflito israelo-árabe, em 5 aspectos diferentes: importância da afirmação; grau de concordância com a afirmação, razão para a concordância expressa, grau de confiança na razão apresentada e fonte de informação utilizada para a formação da razão. Os participante deveriam ainda classificar-se a si próprios na dimensão *pomba/falcão*.

Os autores esperavam uma relação positiva entre a importância da afirmação (centralidade) e o grau de confiança na mesma, bem como uma relação positiva entre o grau de concordância e o grau de confiança. Esperavam também diferenças entre os dois grupos (*pombas e falcões*) quanto às razões para apoiarem ou rejeitarem as afirmações e quanto às fontes de informação utilizadas: as *pombas* deveriam justificar a sua posição através de razões morais e ética e confiar mais nos *mass media* e nos analistas políticos e os *falcões* justificam a sua posição com base na segurança e em razões histórico-religiosas e confiam nos políticos e nos militares como fontes de informação.

Os resultados obtidos permitem confirmar a existência dum esquema cognitivo, composto por um sistema de crenças relacionadas entre si, que formam uma orientação política coerente. No entanto, a estrutura desse esquema político difere quanto à centralidade e ao grau de confiança que os participantes lhe atribuem. Assim, quanto mais importância tem o sistema de crenças políticas para o sujeito (maior centralidade), mais elevado é o grau de confiança neste, pelo que serve de suporte para a justificação da posição dos indivíduos.

Estes resultados vão de encontro ao que foi já apresentado noutros estudos (cf. Fiske e Kinder, 1981), nomeadamente quando reflectem uma relação entre a identidade política forte e a centralidade e confiança no sistema

de crenças. Os participantes que se auto-categorizavam com uma posição política clara (*pombas* ou *falcões*) consideravam as afirmações que confirmavam a sua posição como mais centrais e tinham um grau de confiança também mais elevado, do que no caso dos participantes que se auto-categorizam de forma menos clara na dimensão considerada.

Estes resultados confirmam a assunção de que a experiência no tratamento de informação política produz um esquema cognitivo mais complexo, com resultados ao nível de atitudes mais consistentes.

Segundo Bar-Tal, Kruglanski e Klar, 1989, cit. por Bar-Tal, Raviv e Freund, 1994) os indivíduos que possuem esquemas políticos mais centrais e com maior grau de confiança tendem a rejeitar informação contraditória e aceitam a informação que é consistente com o seu esquema.

Deste modo, podemos dizer que o conceito de esquema ou estereótipo político não só permite ao sujeito construir uma matriz interpretativa da realidade política como a estrutura desse esquema condiciona o modo como a informação política apresentada é processada.

## 2.2. O processamento e avaliação da informação política

O facto da 2ª edição do *Handbook of Social Cognition* (Wyer e Srull, eds), 1994) ter um capítulo dedicado à análise da psicologia política numa perspectiva cognitivista demonstra a relevância que este tema tem vindo a assumir também dentro do campo da Cognição Social. Nesse capítulo, Iyengar e Ottati (1994) apresentam em linhas gerais considerações que nos parecem relevantes para o nosso trabalho.

Iyengar e Ottati (1994) referem-se às diferentes fases de teóricas e empíricas da Psicologia Política. Assim, de acordo com os autores, o desenvolvimento da Psicologia Política faz-se em 3 etapas diversas, que tem correspondência cronológica com as preocupações dominantes da Psicologia

Social.

Nos anos 40 e 50 o paradigma dominante dizia respeito às teorias da personalidade (cf. o modelo de personalidade autoritária de Adorno *et al*, 1950). Numa segunda fase, correspondente aos anos 60 e 70, os fundamentos teóricos relacionavam-se com a formação e mudança de atitudes, com especial incidência no comportamento de voto. A fase mais recente da Psicologia Política assenta nos pressupostos conceptuais e empíricos da Cognição Social e tenta explicar a opinião pública e o comportamento político em termos de processamento de informação.

No que se refere ao processamento de informação política, Iyengar e Ottati (1994) apresentam 3 abordagens fulcrais para a compreensão da dimensão política: os processos atribucionais que estão na base da decisão de voto; os efeitos da informação política televisiva (cf. a visibilidade de determinadas questões políticas face a outras e de determinados políticos..) na avaliação política; e o processamento de informação e avaliação política.

Dado que o nosso estudo empírico incide essencialmente no modo como os indivíduos processam informação sobre um evento político tendo em conta sua pertença ideológica, é nos modelos de processamento de informação política apresentados por Iyengar e Ottati (1994) que vamos focar a nossa atenção.

De acordo com os autores, o processamento de informação política faz-se de igual modo a qualquer outro tipo de informação social, isto é, a informação é tratada de acordo com as diversas fases do processamento de informação.<sup>21</sup>

Dada a extensão e complexidade do universo de informação política,

---

<sup>21</sup> Essas fases são: percepção, categorização, organização, inferência, recuperação e decisão, tal como foi proposto por Fiedler (1996) e discutido por nós no capítulo 1.



os indivíduos não se encontram expostos senão a uma parte dessa informação, desempenhando um papel activo na procura de informação política que seja consistente com as suas expectativas e conhecimento prévio sobre política (Snyder e Swann, 1978; Wyer, Strack e Furhman, 1984, cit. por Iyengar e Ottati, 1994).

Este processo de atenção e codificação da informação política funciona como um reforço do esquema político do sujeito que por sua vez enforma os julgamentos e avaliações que este produz a partir da informação. Por outro lado, a forma como a informação política é compreendida varia em função da experiência que o sujeito possui no processamento deste tipo de informação (Fiske e Kinder, 1981), bem como do contexto socio-político no qual está inserido (cf. Alwin, Cohen e Newcomb, 1991; Tallón e Izquierdo, 1990).

A importância ou força dos esquemas políticos condiciona o modo como a informação política é tratada quer ao nível da avaliação, quer nos processos de recuperação da memória. E se é um facto que os modelos que se debruçam sobre o funcionamento dos esquemas (de que os estereótipos são um bom exemplo) predizem que quando estes são activados os sujeitos focalizam a sua atenção na informação relevante para o seu uso, já relativamente ao tipo de informação (consistente ou inconsistente) na qual essa atenção é focada a discussão permanece em aberto (Iyengar e Ottati, 1994; DijKsterhuis e Van knippenberg, 1995; Stangor e Mcmillan, 1992; Cano, Hopkins e Islam, 1991).

Judd e Krosnick (1989, cit. por Iyengar e Ottati, 1994) propõem um modelo de organização da memória política no qual princípios ideológicos, políticas concretas, grupos políticos de referência e posições políticas individuais estão relacionados entre si de acordo com regras específicas, as quais estabelecem a força relativa dessas relações. Este modelo assume que os peritos políticos possuem um esquema político mais integrativo e complexo do que os iniciados. No entanto, na medida em que são mais sensíveis ao conflito de valores (pela sua maior capacidade de processamento de informação

política) tem mais dificuldade em manter um esquema político no qual as relações entre princípios, práticas políticas e grupos de referência se apresentem totalmente consistentes entre si.

No caso do processamento de informação relativa aos candidatos políticos (e por extensão a outro tipo de informação política) os resultados salientam a existência de um maior número de respostas correctas (nas tarefas de reconhecimento) relativas a informação consistente com a posição e identificação partidária do candidato do que de informação inconsistente (Lodge et al, 1989; Lodge e Hamill, 1986, cit. por Iyengar e Ottati, 1994).

Dijksterhuis e Van Knippenberg (1995) fizeram um estudo no qual pretendiam analisar o papel mediador da velocidade de apresentação dos estímulos na recuperação de informação (consistente ou inconsistente) sobre um dado grupo social.<sup>22</sup>

Os participantes liam um conjunto de descrições de comportamentos de membros de um grupo (professores) e deveriam formar uma impressão sobre esse grupo. Neste estudo participaram 28 estudantes universitários, distribuídos aleatoriamente, por duas condições experimentais: na condição 1, o tempo de apresentação dos comportamentos era 1.8 segundos e na condição 2, o tempo de apresentação era de 10 segundos.

Os resultados mostram que na condição 1 (velocidade rápida) é mais recordada a informação consistente do que inconsistente e na condição 2 (velocidade lenta) é o inverso. No caso dos julgamentos avaliativos, na condição 1 (velocidade rápida), estes eram mais estereotipados do que na outra condição. Assim, o papel dos estereótipos é mais importante em situações em que os sujeitos tem de avaliar informação social cuja codificação foi realizada

---

<sup>22</sup> Um aspecto interessante deste estudo prende-se com o facto do alvo de análise ser um grupo social e não uma pessoa individual, contrariamente ao habitual neste tipo de estudos.

de forma menos complexa.<sup>23</sup>

No entanto, o processamento de informação política é ainda afectado por outros aspectos, nomeadamente os que dizem respeito aos factores motivacionais, afectivos (cf. Abelson et al., 1982) e aos objectivos do processamento dessa mesma informação (que podem ser decisão de voto, participação em comemorações políticas, avaliação de propostas políticas, de candidatos, formação de juízos avaliativos sobre eventos políticos, entre outros...).

De acordo com Iyengar e Ottati (1994), o processamento da informação política poderá ser efectuado tanto em termos da sua relevância para o sujeito como para o seu grupo social de pertença. No entanto, no caso da informação política, o seu processamento em termos de consequências para o grupo social do indivíduo tem prevalência sobre uma perspectiva mais individualista.

McGraw e Pinney (1990, cit. por Iyengar e Ottati, 1994) afirmam que as opções políticas podem formar-se durante a exposição à informação política (cf. tempo de antena, comícios, etc...), sendo esta opção guardada na memória e integrada no esquema político do sujeito, por forma a contribuir para a avaliação de informação posterior.

Wyer e Ottati (1992, cit. por Iyengar e Ottati, 1994) referem que no caso dos sujeitos serem chamados a fazer um julgamento avaliativo dum candidato, inicialmente pesquisam a informação sobre esse candidato na memória e no caso de possuírem informação suficiente, usam-na como base para a sua avaliação.

Bless e Schwartz (1998), realizaram um estudo no qual procuraram

---

<sup>23</sup> No nosso estudo empírico utilizamos uma tarefa distrativa como forma de estimular a utilização esquemas ou estereótipos políticos no tratamento de informação sobre o 25 de Abril.

avaliar o impacto do contexto no processamento de informação política e subsequente avaliação de mais informação política.

Num primeiro estudo experimental, os autores pediram aos 146 participantes (aleatoriamente distribuídos por 3 condições experimentais) que respondessem nomeadamente a uma questão sobre um político alemão altamente respeitado. Numa das condições experimentais o político era categorizado como membro dum partido político (CDU) e noutra condição experimental como Chanceler da Alemanha. Posteriormente era pedido aos participantes que avaliassem o partido político (CDU).

Os resultados mostram que existem diferenças significativas na avaliação do partido político em função das condições experimentais. Na condição em que o político é categorizado como membro do partido, o seu partido é avaliado de forma mais positiva (prestígio pessoal estendido ao grupo de referência pelo efeito de assimilação), enquanto que na condição em que o político é categorizado de forma suprapartidária, o seu partido é avaliado de forma mais negativa (efeito de contraste).

Os resultados encontrados confirmaram o modelo teórico sustentado pelos autores, no qual se postula que quando é pedido aos indivíduos que formem um julgamento sobre um dado estímulo, estes utilizam uma representação cognitiva desse estímulo e estabelecem um padrão de comparação constituído por informação que recuperam do sistema de memória e informação que apenas está temporariamente acessível, dependente da influência do contexto.

Em conclusão, podemos afirmar que o processamento de informação política ocorre de forma idêntica ao tratamento doutro tipo de informação social e que é influenciado por diversos factores como o contexto, os antecedentes socio-políticos dos sujeitos, a importância e complexidade dos seus esquemas políticos, a acessibilidade da informação, bem como factores afectivos ou motivacionais.

A forma como decorre cada fase do processamento também influencia

o tipo de informação que é guardado no sistema de memória (consistente ou inconsistente) e a avaliação que os sujeitos fazem dessa informação.

### **3. A dimensão ideológica da política**

No capítulo 2, fizemos referência ao conceito e à função da ideologia nos processos de dinâmica social, analisado segundo a Teoria da Identidade Social. Essa perspectiva tem sido importante na análise das relações intergrupais e na construção da identidade social de diversos grupos, sendo dominante nos estudos europeus (Deconchy, 1984; Billig, 1984; Lalljee e Evans, 1998; Bless e Schwartz, 1998; Gaffié, Marchand e Cassagne, 1997).

Assim, o envolvimento cognitivo na actividade política (interesse, relevância dessa dimensão para a construção da identidade do indivíduo), a dimensão afectiva e o nível de participação funcionam como os principais intervenientes (enquanto moduladores) na relação que se estabelece entre os esquemas políticos e o processamento da informação política (Converse, 1975; Campbell *et al.*, 1960; Lane, 1962, Nie e Verba, 1975; Popkin *et al.*, 1976, todos cit. por Fiske e Kinder, 1981).

Se o papel da ideologia não tem um estatuto relevante no caso dos estudos políticos realizado nos Estados Unidos, o mesmo não se pode dizer relativamente aos europeus. Procurando especificar estes contributos para a situação europeia, importa salientar que não só a posição partidária se reveste de importância para determinar o posicionamento político, mas é sobretudo a pertença ideológica (e fundamentalmente a dimensão esquerda/direita) que é determinante para o processamento e avaliação da informação política (isto é tanto mais significativo quanto maior a área de intersecção dos partidos que constituem o espectro político partidário de um país).

Num estudo realizado por Gaffié, Marchand e Cassagne (1997)

procurou-se compreender a forma como a ideologia política afecta a percepção dos outros e condiciona as relações inter-grupais. Os autores pretendiam não só verificar a existência de uma relação entre a posição ideológica e diferentes modos de apreensão da realidade, mas também testar a sua hipótese sobre o sentido dessa relação, na qual afirmavam que a posição ideológica determina o modo como o mundo é percebido pelos sujeitos. Neste estudo, estudantes distribuídos por dois grupos da sua pertença ideológica (esquerda/direita), descreveram diferentes grupos políticos utilizando para tal dois questionários: um constituído por atributos psicológicos e outro por atributos sociológicos. Para além disso, os participantes deviam avaliar o instrumento que utilizaram na tarefa de descrição dos grupos, de modo a determinar-se o seu grau de satisfação com as diferentes grelhas de leitura propostas (psicológica vs. sociológica).

Os resultados mostram que os participantes de direita utilizaram mais frequentemente atributos psicológicos nas suas descrições, enquanto que os participantes de esquerda utilizaram mais atributos sociológicos (cf. Furnham, 1982).e indicam que os participantes de direita expressavam mais satisfação quando utilizavam o questionário com traços psicológicos na descrição dos grupos políticos, enquanto que os participantes de esquerda sentiam o mesmo em relação ao questionário de traços sociológicos. A forma como a satisfação ou perturbação era expressa também variou em função da posição ideológica. Os participantes de direita utilizavam expressões mais psicológicas e os participantes de esquerda referiam a relevância dos atributos para uma visão objectiva da realidade.

Desta forma, Gaffié, Marchand e Cassagne (1997) concluíram que a pertença ideológica dos sujeitos condiciona a forma como estes organizam e analisam a realidade socio-política, nomeadamente nas estratégias de avaliação dos grupos políticos.

O ênfase nas percepções intergrupais, no caso de grupos políticos, está presente no estudo realizado por Kelly (1989) com o objectivo de testar as

hipóteses da homogeneidade do exogrupo e da despersonalização (homogeneidade percebida tanto no exogrupo como no endogrupo em contextos em que a identidade social se torna saliente), postulada da Teoria da Auto-Categorização (e indirectamente da Teoria da Identidade Social).

Os 64 participantes, estudantes universitários, todos membros e simpatizantes do Partido Trabalhista Inglês, deveriam avaliar um conjunto de dimensões que permitam distinguir os membros do seu endogrupo do exogrupo (Partido Conservador Inglês). Existiam duas condições: uma condição de controlo e outra experimental. Na condição experimental a saliência da pertença partidária era manipulada, através do visionamento duma entrevista com a líder do Partido Conservador, na qual esta falava das suas políticas e atacava as políticas do Partido Trabalhista. Desta forma, favoreceu-se o contacto com um membro do exogrupo, chamando a atenção para o conflito inter-grupal. O visionamento era ainda feito em grupo, criando-se assim condições que facilitam um efeito de saliência da pertença partidária.

Kelly (1989) coloca 3 hipóteses: (a) a homogeneidade intragrupal será maior nas dimensões mais relevantes para a categorização partidária dos sujeitos; (b) a homogeneidade intragrupal será maior para todas as dimensões quanto maior a identidade política do indivíduo; (c) a homogeneidade intragrupal será maior na condição em que a pertença partidária é salientada.

Os resultados confirmam as duas primeiras hipóteses, mas não apresentam evidências significativas para a terceira hipótese.

Os resultados apontam para a importância do envolvimento político para a percepção do próprio grupo político, resultando numa representação cognitiva das suas características de forma mais estereotipada.

Num estudo realizado por Abrams (1994), o autor encontrou resultados que suportam a hipótese de que o apoio a partidos políticos minoritários contribuem de forma mais significativa para a definição da identidade social dos indivíduos, isto é, a dimensão política torna-se mais

relevante para a construção da identidade social.<sup>24</sup>

Os resultados do estudo mostram que os apoiantes de partidos minoritários apresentam um maior envolvimento político, percebem os seus partidos como mais representativos de si próprios e são menos conformados com a opinião política dos pais. Um aspecto interessante deste estudo diz respeito à influência de factores geográficos e culturais nos resultados. Os Escoceses que mais se identificam como tal apoiam mais o Partido Nacionalista Escocês do que os outros partidos políticos (minoritários ou não).

A influência dos factores históricos, culturais e contextuais foi objecto de estudo dum estudo realizado por Abrams e Elmer (1994) no qual estes autores analisaram as variações regionais da identidade político-partidária na Grã-Bretanha. (no caso português este quadro teórico de referência poderá explicar os resultados eleitorais no Alentejo, no qual tradicionalmente o Partido Comunista tem uma elevada votação comparativamente à média nacional...).

Abrams e Emler (1992) afirma que existem diferentes perspectivas teóricas na compreensão das preferências partidárias e de intenção de voto. De acordo com estes autores, a teoria da identificação partidária proposta por Butler e Stokes (1974, cit. por Abrams e Emler, 1992) afirma que as pertenças partidárias se organizam e mantêm através da influência familiar e permitem que o processamento da informação política seja enviesado por forma a que os sujeitos mantenham atitudes consistentes com a sua identidade partidária. Por outro lado, Himmelweit, Humphreys e Jaeger, (1985, cit. por Abrams e Elmer, 1992) afirmam que a intenção de voto é determinada por questões específicas (por exemplo, ambiente, saúde, impostos...) e que os sujeitos se identificam

---

<sup>24</sup> Um exemplo desta importância identitária é o filme *Palomella Rossa*, do cineasta italiano (e comunista) Nanni Moretti. A personagem principal, que sofre de amnésia devido a um acidente, apenas se sabe identificar do ponto de vista político. O seu primeiro acto ao acordar do coma é ler um texto político da sua autoria e afirma "Eu sou um comunista!"



com os partidos que apresentam políticas concretas (e próximas das suas...) para a resolução dessas questões.

Heath *et al*, (1985; cit. por Abrams, 1994) sugerem que a intenção de voto tem um base mais ideológica do que instrumental. Estes autores propõe que os sujeitos se identificam com os partidos em função de duas dimensões ideológicas: uma dimensão ideológica igualitária que se preocupa com questões de redistribuição económica e uma dimensão autoritária/liberal que se preocupa com questões morais, de ordem social e direitos cívicos.

Evans (1993) faz uma análise crítica das diferentes perspectivas apresentadas e distingue-as pelo grau de importância que cada uma das perspectivas atribui aos factores socio-estruturais por oposição aos factores psicológicos. De acordo com este autor, o modelo de Heath *et al* (1985) tem em conta os dois tipos de factores.

Evans propõe que variáveis socio-estruturais (como a classe social) e variáveis psicológicas (como a percepção de influência política) se articulam, formando uma base ideológica que determina a identidade partidária dos indivíduos. Assim, "social class influences ideological preferences, which in turn influence partisanship." (Evans, 1993, p. 497).

Forgas *et al* (1995, p. 483) afirmam que "the most people do seem to rely on a structured, multidimensional cognitive map of the political domain when performing political judgments, and that the structure of such representations is significantly influenced by a range of personological as well as cultural factors."

Num artigo sobre a realidade política francesa, Ysmal (1998, p. 104) afirma que «les citoyens – plus que les dirigeants ou les militants qui, surtout à droite, entendent parfois récuser la distinction entre droite et gauche – son parfaitement capables de situer les partis politiques en ces termes.».

A partir de um estudo sobre as tendências de voto dos franceses desde a década de 70 até aos finais da década de 90, a autora traça o perfil e a pertinência da dimensão ideológica de esquerda/direita para a compreensão da

realidade política e como matriz distintiva entre grupos políticos.

Ysmal (1998) constata que apesar duma diminuição na afirmação de uma pertença partidária, em 1991, os franceses ainda se reviam nas categorias políticas esquerda (36%) e direita (28%). A perspectiva socio-histórica que serve de base à interpretação dos resultados do estudo permite concluir pela evolução dinâmica do conceito político de esquerda e direita que vai desde uma distinção e homogeneidade evidente entre os dois campos nos anos 70 até a uma maior dificuldade de definição destes e à multiplicidade de esquerdas e direitas presente nos anos 90.

Em conclusão, verificámos que o conceito de pertença ideológica serve para os sujeitos se auto-categorizarem politicamente, surgindo como uma expressão pertinente da identidade política e consequentemente, permitindo-lhes organizar o mundo a partir dessas categorias sociais. Essa pertença ideológica influencia as escolhas partidárias dos indivíduos e o modo como analisam a informação referente à realidade política.

Assim, como afirma Ysmal (1998, p. 111), «Toutefois, il ne convient pas d'affirmer que l'appartenance déclarée à la droite ou à la gauche ne représente plus rien ou que plus généralement les partis de gauche et de droite se ressemblent. Toute porte à croire que s'il y a chez les électeurs une demande de renouvellement du débat politique, celui-ci ne pourra se poser autrement qu'en termes novateurs...de droite et de gauche.»

#### **4. O 25 de Abril de 1974: um evento político inscrito na memória social portuguesa**

O 25 de Abril de 1974, ao configurar-se como um evento político inscrito na memória social nacional, apresenta-se como um objecto ideal para a

construção de vários discursos políticos. (Lourenço, 1994; Maia, 1994; Rodrigues, 1994). O modo como este evento político é analisado pelos diferentes partidos políticos e a pluralidade de discursos sobre ele permite pôr em evidência a relação entre pertença ideológica e processamento de informação política.

Por outro lado, o facto do 25 de Abril se constituir como objecto da memória social faz com que, independentemente do conhecimento que os portugueses possuem sobre este evento ou da forma como o avaliam, o reconheçam consensualmente enquanto realidade política imprescindível para a compreensão do contexto actual português.

Na construção do nosso estudo empírico, ao escolhermos participantes com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos, estamos a colocar esse estudo no quadro dos estudos de memória social, dado que os nossos participantes não possuem memória pessoal sobre o 25 de Abril. Deste modo controlámos algumas das variáveis que dizem respeito às características idiossincráticas dos participantes, nomeadamente os aspectos afectivos (cf. Abelson, 1982) e as estruturas de conhecimento auto-referenciadas (*self-schemata*), que poderiam pôr em causa o estabelecimento de uma relação inequívoca entre a dimensão social da política e o tratamento de informação sobre um evento político.<sup>25</sup>

A abordagem da memória social, tal como afirmam Echabe e Castro (1998, p.92) "accept that social (culture, history, groups, etc.) is the basis of all human knowledge. It is not possible to understand human thought by isolating the human being from his/her social and historical context."

De acordo com Halbwachs (1950, cit. por Echabe e castro, 1998), a

---

<sup>25</sup> Por outro lado, ao escolhermos estudantes universitários tomámos em linha de conta os estudos empíricos que estabelecem fortes correlações positivas entre o nível de instrução e a conceptualização ideológica (Marsh e Kaase, 1979 cit. por Tallón e Izquierdo, 1990).

memória é social porque: (1) necessitamos de recorrer aos outros para a construção do nosso passado, (2) usamos pontos de referência do contexto social no processo de construção da memória, (3) o funcionamento da memória tem por base conceitos e palavras que são propriedade colectiva, (4) cada memória é uma perspectiva da memória colectiva e (5) a memória social é sempre a memória de um grupo.

Apesar do carácter colectivo da memória, nem todos os indivíduos recordam do mesmo modo. Os diversos grupos sociais partilham memórias diferentes em relação ao mesmo evento, dado que as suas perspectivas sobre esse evento diferem (no caso do 25 de Abril, a perspectiva dos grupos políticos comprometido com o poder do Estado Novo é diferente da dos grupos oposicionistas...).

Halbwachs (1950, cit. por Echabe e Castro, 1998) nega a existência duma memória puramente individual. Para este autor, a memória individual será o resultado do cruzamento de múltiplas influências sociais que afectam o indivíduo enquanto membros de vários grupos sociais. Propõe ainda uma tipologia da memória: memória pessoal ou autobiográfica, memória social ou colectiva e memória histórica. Enquanto a memória pessoal representa o passado do indivíduo, a memória histórica (definida como um conjunto de eventos que afectaram um elevado número de pessoas) representa o passado de forma mais esquemática.

Halbwachs (1950, cit. por Pennebaker, Paez e Rimé, 1997) considera as memórias sociais ou colectivas, memórias de um passado partilhado, que são retidas pelos membros de um grupo, classe ou país. Essas memórias sociais ou colectivas podem ser de diversos tipos, nomeadamente de eventos sociais extremos (positivos ou negativos) com consequentes alterações de instituições, de crenças, de valores e aos quais estão associados um variado leque de emoções.

O 25 de Abril pode ser entendido como memória social (dado que ainda existe nas representações de diferentes grupos sociais de forma diferente

e mantém interesse para um grupo determinado de pessoas), mas aproxima-se já da memória histórica, na medida em que as novas gerações vêem o 25 de Abril como um facto exterior às suas vivências, procurando a construção de uma verdade histórica acerca deste acontecimento nacional.<sup>26</sup>

Namer (1983, cit. por Echabe e Castro, 1998) afirma que as comemorações representam uma eleição: a escolha de certos acontecimentos e a rejeição e esquecimento de outros. Este autor analisa 2 formas de memória: a gaulista e a comunista. Ambas adoptam diferentes pontos de partida, salientam diferentes acontecimentos e pessoas e apresentam omissões de factos diferentes.

Deste modo, os discursos sobre o 25 de Abril também apresentam estas características, conforme a pertença ideológica do emissor (cf. os textos que servem de material estímulo para o nosso estudo empírico).

A memória está directamente relacionada com a identidade social, na medida em que permite a construção da identidade pessoal e social dum grupo. Ao evocar o passado, um grupo social recorda-o de acordo com os seus interesses actuais (Echabe e Castro, 1998).

Middleton e Edwards (1990) apontam 6 aspectos que marcam o papel a dimensão social da memória: (1) os elementos da memória colectiva são também aspectos importantes da estrutura do mundo; (2) existe um esquecimento socialmente institucionalizado; (3) a partilha de memórias leva ao estabelecimento de contextos e de conteúdos do que deverá ser lembrado e esquecido; (4) a comemoração tem uma importância central na formação da identidade colectiva; (5) a memória colectiva e as comemorações criam o contexto para a memória individual e (6) a discussão e a conversação são importantes na reconstrução do passado, permitindo versões contraditórias do

---

<sup>26</sup> As comemorações dos 25 anos do 25 de Abril são um bom exemplo desse movimento de institucionalização, ao qual não falta a vertente de reconstituição histórica do documentário produzido pela SIC "A hora da liberdade".

mesmo evento.

De acordo com Pennebaker, Paez e Rimé (1997) o conhecimento actual de cada sujeito acerca do passado depende também de factores como a geração a que pertence, e dentro desta, ao seu grau de educação e do envolvimento do seu grupo (político, sexo, raça, ou outros) em relação ao evento. Estas memórias colectivas são imagens e conhecimentos partilhados acerca de um passado social que pode não ter sido experienciado.

As pessoas comemoram naturalmente eventos importantes na sua cultura, sendo que quanto mais intensas são ou foram as emoções experienciadas mais se fala com os outros acerca delas. Além do mais, aqueles que mais tarde ouçam falar acerca das experiências emocionais dos outros, virão eles próprios a partilhá-las com outros segundo as emoções que lhes estão associadas: assim se constrói a cadeia de memória colectivas, muitas vezes distorcidas, já que as histórias - e suas memórias - são gradualmente construídas, reconstruídas, esquecidas ou reactivadas (Pennebaker, Paez e Rimé, 1997).

Em conclusão, ao escolhermos o 25 de Abril como evento político sobre o qual se iriam produzir discursos divergentes, tivemos em linha de conta o seu enquadramento enquanto evento inscrito na memória colectiva portuguesa e consequentemente sujeito a diferentes representações no quadro político-ideológico actual.

#### **4.1. A evolução das configurações político-partidárias e ideológicas no Portugal democrático**

Aguiar (1994), através dum registo comentado das eleições legislativas que ocorreram no país desde a instauração da democracia, procura traçar uma perspectiva histórica da dinâmica do sistema político português

desde o 25 de Abril até hoje. Este autor (p. 227) sustenta que «a formação do sistema partidário português, em 1974, ainda está inserida num sistema de configurações de clivagens políticas tradicionais e que condicionaram a evolução secular da cultura política europeia. Pelo seu imaginário, pelos seus valores e, sobretudo, pelo papel central que tem a referência ao Estado nacional, a mudança de regime em Portugal ainda está inserida na tradição política, na configuração interpretativa, nascida com a Revolução Francesa de 1789.».

No entanto, da análise da dinâmica política portuguesa ressalta o esbater progressivo desse sistema de clivagens tradicionais, em sintonia com as mudanças políticas exteriores ao sistema político português, que condicionam o modo como essas clivagens se estruturam e estruturam o sistema político-partidário (cf. o efeito da adesão à Comunidade Europeia, a ruptura da ordem mundial iniciada com o fim da Segunda Guerra Mundial e a globalização das práticas económicas, sociais e políticas).

Assim, Aguiar (1994, p. 172) apresenta como hipótese interpretativa para as mudanças no sistema político português desde o 25 de Abril a existência de dois ciclos políticos distintos: o primeiro «vai da fundação à consolidação do sistema político» e termina em 1991 (no qual se repetem os resultados legislativos de maioria absoluta dum partido – o PSD, padrão que se repete nas eleições subsequentes, mas com a maioria absoluta referida a outro partido – o PS), enquanto o segundo «se poderá designar como o período da adaptação às tensões da modernização».

As alterações político-sociais da vida portuguesa ocorridas com o 25 de Abril vieram transformar, de modo radical, o papel que a dimensão política representa como referencial identitário para os portugueses.

Se durante o regime do Estado Novo essa matriz identitária se estruturava num eixo dicotómico (situacionista/oposicionista), com o advento da revolução e a liberdade política dela decorrente, assiste-se à emergência de diferenças acentuadas entre as diferentes forças políticas e ideológicas, patente

na volatilidade política e eleitoral que caracterizam o sistema político português até 1987 (cf. Rodrigues, 1994, Correia, 1994).

Seguindo ainda Aguiar (1994, p. 188) «a mudança do contexto onde se desenvolve a acção política seria suficiente para explicar a volatilidade dos resultados eleitorais (...) Entre uma configuração inicial dominada por valores ideológicos, em grande parte irrealistas, mas com potência para permanecerem como valores fundadores de um regime político (os «ideais de Abril»), e a configuração final, dominada pelos valores materiais da adequação estratégica na economia, há diferenças demasiado pronunciadas».

A evolução do sistema partidário português foi também analisada por Lobo (1996) tendo a autora procurado explicar as mudanças ocorridas entre 1976 e 1991, à luz de mudanças económicas e políticas.

Lobo (1996, p. 1112) afirma que "Portugal, apesar de ser uma democracia recente, é comparável a outras democracias europeias, e o sistema político pode ser estudado com metodologias tradicionalmente empregues no estudo dessas".

Segundo a autora, os factores políticos que mais contribuíram para a formação do sistema maioritário foram a mudança no formato do sistema dos partidos (o aparecimento do PRD demonstrou que a lealdade partidária - ao centro - é limitada, contribuindo para que as maiorias se situam no campo do PSD e do PS) e as sucessivas eleições presidenciais (reforçam a bipolarização, dado as coligações pré-eleitorais se constituírem em função da dimensão esquerda/direita).

Quanto aos factores económicos, estes apresentam-se como centrais na construção duma estabilidade governativa. Até 1985, a instabilidade económica afectou a acção governativa dos governos de coligação e a melhoria da situação económica favoreceu o aparecimento e reforço dos governos de um só partido.

Para além da caracterização do perfil político-partidário português é importante ter em atenção os estudos que procuram definir o perfil sociográfico



dos simpatizantes dos diferentes partidos políticos (cf. Cabral, 1995), bem como aqueles que procuram caracterizar as atitudes políticas dos portugueses - centrados quer nas diferenças entre os partidos (Maximiano, 1995; Sousa, Potes e Valério, 1995; Sozcka, 1983), quer no campo representacional dos conceitos políticos (Heimer, Vala e Viegas, 1990).

Heimer, Vala e Viegas (1990, p. 31) propõem "identificar padrões básicos da cultura política existentes em Portugal mais de uma década depois do fim do regime salazarista-caetanista".

Os autores pretendiam conhecer as atitudes em relação à democracia, entendida como uma dimensão organizadora dos padrões globais da cultura política. Pretendiam ainda compreender o modo como essas atitudes se construíram, que relações estabeleciam com outras dimensões da cultura política (valores políticos e intervenção do estado) e como se interligavam com as opiniões e os comportamentos políticos.

Os resultados "apoiam a hipótese de que existem em Portugal dois «vectores» do pensamento social sobre a política (e outras esferas da sociedade) que de alguma maneira correspondem à tradicional divisão entre «direita» e «esquerda» - muito embora esta divisão se afigure um reflexo de padrões subjacentes, mais abrangentes e complexos" (Heimer, Vala e Viegas, 1990, p. 54).

Por outro lado, as formas e modalidades de participação política da juventude portuguesa tem também sido objecto de estudos, nomeadamente no campo da sociologia política (Cruz, 1990).

Cruz (1990) estudou a participação política dos jovens militantes das organizações político-partidárias da juventude, através da sua caracterização sociodemográfica, dos seus níveis de socialização e participação política, dos seus valores e mobilização política, da sua identificação política e da sua representação do poder. Para isso usou como amostra os participantes nos congressos nacionais dessas mesmas organizações.

Os resultados permitem concluir que "as organizações partidárias de

juventude são os grandes instrumentos de mobilização e canalização da participação política dos jovens". (Cruz, 1990, p. 248).

A diferenciação socio-profissional e educacional, bem como a socialização política, condicionam a participação política dos jovens, bem como a sua filiação e identificação política.

A variação dos níveis participação depende da colocação na escala esquerda-direita e das principais clivagens políticas ideológicas. Assim, os jovens de esquerda apresentam um nível de participação mais elevado do que os de direita. Segundo Cruz, (1990, p. 248) "tanto em termos de orientações como de comportamentos, o pragmatismo prevalece como característica mais típica das organizações mais próximas do poder governativo, enquanto o pós-materialismo se apresenta como um fenómeno mais próximo das organizações de esquerda do que das de direita."

Em síntese, a caracterização do panorama político-partidário português actual e a análise das características do envolvimento político juvenil servem de quadro de referência para a formulação das hipóteses do nosso estudo, nomeadamente à utilização duma variável Pertença Ideológica. Por outro lado, a perspectiva da memória social por nós apresentada permite justificar a utilização do 25 de Abril como evento político detonador e evidenciador de clivagens ideológicas, com consequências ao nível do processamento da informação a ele referente.

## Capítulo 4

### Estudo empírico:

#### O efeito da pertença ideológica no tratamento de informação sobre o 25 de Abril

Neste capítulo articularemos a apresentação e discussão do estudo empírico por nós efectuado, constituído por dois estudos experimentais e um estudo piloto, com os objectivos e hipóteses que os sustentam, pondo ainda em evidência os aspectos teóricos e metodológicos que nos parecem mais relevantes como enquadramento desses estudos.

### 1. Objectivos do estudo

O objectivo geral deste estudo é conhecer o modo como a identidade social influencia o processamento de informação social. Sendo a identidade política aquela que nos interessa procuramos, neste estudo empírico, construir um modelo que estabeleça relações entre essa dimensão e o processamento de informação política.

Num primeiro momento, procuramos analisar a existência e importância dos esquemas políticos para a nossa população (estudantes universitários), nomeadamente quando dizem respeito a aspectos de memória social (os nossos participantes no estudo empírico não possuem memória pessoal do evento político que vão avaliar – 25 de Abril de 1974 – dado que nessa altura não eram nascidos). Por outro lado, procurámos ainda avaliar em que medida esses esquemas políticos tem expressão ao nível da categorização baseada em partidos políticos e de que modo se organizam as categorias direita e esquerda da dimensão política, nomeadamente através do conhecimento dos campos semânticos dessas categorias.

Num segundo momento, procurámos relacionar aspectos da dimensão política da identidade social (operacionalizada numa variável *Pertença Ideológica*) com o processamento de informação política através da avaliação de informação sobre um fenómeno político com alguma expressão (25 de Abril) e reconhecimento dessa mesma informação.

## 2. Recapitulação teórica

Ao analisarmos o desenvolvimento da Cognição Social (cf. capítulo 1), traçamos os limites da análise cognitivista «pura», nomeadamente o esquecer dos factores motivacionais no processamento da informação. Conscientes embora dessas limitações, os conceitos de estrutura cognitiva de conhecimento (Fiske e Taylor, 1991; Markus e Zajonc, 1985; Paez, Marques e Ínsua, 1994), de processamento de informação (Fiedler, 1996; Fiske e Neuberg, 1990) e de modelos de memória (Srull e Wyer, 1989) servem-nos, no entanto, de suporte ao desenvolvimento do nosso estudo, dado serem iminentes ao desenvolvimento da perspectiva socio-cognitiva, perspectiva essa que constitui o nosso quadro teórico de referência.

Importa salientar que as teorias da Identidade Social e da Auto-Categorização, apresentadas no capítulo 2, são fundamentais para a compreensão do processamento e organização cognitiva do mundo social pelos sujeitos (Tajfel, 1981; Tajfel, 1982; Abrams e Hogg, 1990a; Turner *et al*, 1987; Hogg e Abrams, 1988).

Deste modo, procuramos desenvolver a nossa análise tendo em conta o papel desempenhado pela identidade social dos indivíduos, nomeadamente nas situações em que estes têm que avaliar informação que permite diferenciar o seu endogrupo de exogrupos. Para tal, adoptámos as conceptualizações teóricas da Teoria da Identidade Social e da Teoria da Auto-categorização no que se refere à compreensão e análise do comportamento social dos indivíduos e cruzamos esses conceitos com as conceptualizações da Cognição Social sobre o modo como o tratamento da informação social se processa, centrando-nos nos processos de avaliação e reconhecimento.

Como vimos anteriormente (no capítulo 1), um dos postulados da Cognição Social é a existência de esquemas de conhecimento que condicionam a percepção, compreensão, recordação e aprendizagem dos sujeitos face ao mundo social. Assim, os esquemas moldam a memória de eventos sociais de modo muito similar à memória para eventos não sociais (Fiske e Taylor, 1991; Stangor e McMillan, 1992; Srull, Lichenstein e Rothbart, 1985; Hewston, Stroebe e Stephenson, 1996).

A adopção na Cognição Social dum paradigma sistémico-comunicacional (Agra, 1980) leva à conceptualização das estruturas cognitivas como molares, constituídas por várias entidades teóricas, que permitem dar conta de fenómenos

complexos e variados (Brewer e Nakamura, 1984).

A abordagem cognitivista procurou identificar a natureza e funções dos esquemas – conceitos mais gerais e abstractos – no processamento e na organização da informação. Compreende-se assim a ênfase no estudo da memória, procurando, deste modo, conhecer os mecanismos pelos quais os esquemas operam no processamento da informação e também o processo pelo qual actuam na construção activa duma representação do mundo social.

Compreende-se, assim, que os conceitos de estruturas cognitivas de conhecimento (esquemas e estereótipos, por exemplo) e de sistema de memória, bem como os modelos operatórios do seu funcionamento e articulação que desenvolvemos no capítulo 1, servem de suporte teórico à elaboração do nosso estudo empírico, situando-nos assim num paradigma experimental da memória; ou seja, podemos assumir que a conceptualização da memória como uma «rede semântica associativa» (Srull e Wyer, 1986) permite-nos analisar a relação entre estereótipos (enquanto estruturas de conhecimento) e processamento de informação.

A Teoria da Identidade Social reintroduz a dimensão social na análise dos processos de elaboração cognitiva da informação pelos sujeitos, considerando que o processo de categorização é determinado pela pertença social dos sujeitos e que tem influência no modo como este percebe o mundo, a si e aos outros (Tajfel, 1981; Tajfel e Turner, 1986).

Tal como foi referido anteriormente (no capítulo 2), este conceito engloba várias dimensões que permitem ao sujeito organizar e estratificar o mundo social e definir a sua posição e papel no quadro das relações sociais estabelecidas. A identidade social é entendida como um conceito multidimensional, com tantas dimensões quantas as categorias sociais relevantes para o sujeito, quer ao nível da sua construção enquanto ser social, quer ao nível da avaliação e interpretação do mundo (Turner *et al*, 1987).

É em função da sua identidade social – e da relevância que uma dada categoria social adquire num determinado contexto – que os indivíduos constróem expectativas e fazem predições quanto ao comportamento dos outros. O facto dos indivíduos tornarem saliente uma dada dimensão da identidade social nesse contexto permite-lhes categorizar os outros ou como membros do seu endogrupo e dos exogrupos, gerando expectativas distintas quanto ao seu comportamento social (Tajfel e Turner, 1986; Abrams e Hogg, 1990; Hogg e Abrams, 1988).

Os processos de categorização social e de comparação social (quer em contexto inter-grupal como intra-grupal), podem ser entendidos como estratégias de processamento de informação que favorecem a interpretação do mundo social de forma coerente pelos indivíduos (Tajfel, 1982; Abrams e Hogg, 1990a; Van Knippenberg, 1984; Spears, Oakes, Ellemers e Haslam, 1997).

Na medida em que a identidade social determina o modo como a informação é categorizada e consequentemente organizada no sistema de memória, e dado que a categorização é um processo activo, podemos dizer que nós recordámos, mais do que os eventos sociais, as nossas interpretações desses eventos sociais (Fentress e Wickham, 1994; Clark e Stephenson, 1995; Fiske e Taylor, 1991; Martin e Tesser, 1992; Pennebaker, Paez e Rimé, 1997).

No capítulo 3, tivemos oportunidade de referir a importância e pertinência da dimensão social da política para a construção da vida social das pessoas e de referir que os indivíduos analisam a informação política de forma similar a outro tipo de informação social, accionando mecanismos cognitivos e afectivos como a estereotipização, a comparação social e a auto-categorização (Fiske e Kinder, 1981; Iyengar e Ottati, 1994).

No caso da dimensão política, os indivíduos constróem estereótipos relevantes para a diferenciação dos grupos partidários, ou talvez esquemas mais gerais como a oposição direita/esquerda, de modo a processarem a informação referente a essa dimensão social (Judd e Krosnick, 1989).

A avaliação da informação política faz-se a partir da auto-categorização do sujeito, através de processos de comparação social, que procuram salientar a imagem positiva do grupo de pertença deste e contrastá-la com uma avaliação mais negativa dos outros grupos (Iyengar e Ottati, 1994; Bless e Schwartz, 1998). Esta avaliação será tanto mais diferenciada quanto a importância da dimensão política na auto-categorização do sujeito, dado que esta funciona como elemento referencial no processos de organização da informação política recebida (Fiske e Kinder, 1981; Gaffié, Marchand e Cassagne, 1997; Heimer, Vala e Viegas, 1990).

É através de processos de comparação entre a sua posição ideológica e a informação política que lhes é apresentada que os indivíduos são capazes de construir uma impressão sobre ela que dá forma não só à avaliação, mas também ao modo como está representada no sistema de memória.

A utilização da memória como modelo conceptual e metodológico de acesso indirecto às estruturas cognitivas tem uma longa tradição no campo da psicologia social. A análise, efectuada no capítulo 1, permite-nos afirmar que a memória funciona como um sistema integrador de informação, mediado por aspectos afectivos e motivacionais, os quais desempenham um papel relevante em todas as fases do processamento de informação social. A memória dos indivíduos é assim construída socialmente, dependendo da sua pertença grupal, da relevância do evento político para o sujeito, entre outros aspectos (Echabe e Castro, 1998).

No processo de reconhecimento de informação os indivíduos não se limitam a iniciar uma busca da informação armazenada na memória, mas interpretam essa mesma informação a partir das categorias sociais que possuem.

Assim, de um modo geral, os indivíduos tendem a recordar melhor a informação consistente com os seus estereótipos – existindo embora discrepâncias em torno desta matéria –, dado que fazem parte dum esquema mental facilmente activado. Concordante com esta ideia é o facto dos indivíduos cometerem mais «falsos reconhecimentos» de informação congruente com os seus estereótipos. (Markus e Zajonc, 1985; Stangor e Ford, 1992; Stangor e McMillan, 1992, Iyengar e Ottati, 1994).

É importante saber que os indivíduos distorcem a informação de modo a torná-la congruente com o estereótipo que tem sobre determinado facto social ou grupo social, como o provaram as revisões da literatura sobre o assunto (Markus e Zajonc, 1985; Stangor e McMillan, 1992).

No entanto, este processo de enviesamento ao nível da memória não é linear, nem obedece a regras deterministas e imutáveis já que os factores contextuais e os factores referentes à identidade dos sujeitos interagem com a dimensão cognitiva do tratamento da informação de uma forma dinâmica, produzindo diversas realidades sociais.

Deste modo, a construção de hipóteses sobre o sentido e intensidade da relação entre estes factores obedece a um quadro teórico-conceptual que não só está em permanente construção como as conclusões no seu âmbito são muitas vezes contraditórias (cf. Markus e Zajonc, 1985).

Em conclusão, podemos dizer que a construção do nosso cenário experimental e das nossas hipóteses de trabalho foram a resultante de duas orientações dominantes na Psicologia Social – o paradigma da Cognição Social e o paradigma da Teoria da

Identidade Social – sendo na confluência destas duas perspectivas que devemos colocar as nossas interrogações e previsões, bem como enquadrar a nossa análise dos resultados.

### 3. Hipóteses

Partindo dos pressupostos teóricos que tivemos oportunidade de analisar, considerámos a possibilidade de existência de esquemas políticos que permitam aos indivíduos organizar a informação sobre política de acordo com esses esquemas prévios. Esses esquemas estão ligados ao processamento de informação política: condicionam o modo como esse processamento é feito e são também afectados por ele.

De acordo com o apresentado no capítulo 1, sabemos que é o processamento da informação social que permite aos indivíduos organizar o mundo social, gerindo expectativas e ajustando os comportamentos às situações percebidas. Sendo, como vimos no capítulo 2, o contexto social um factor determinante para a construção das categorias sociais do sujeito, a própria *Pertença Ideológica* deste (a auto-categorização num dos pólos direita/esquerda da dimensão política) desempenha um papel importante no processamento da informação social apresentada.

Assim, partindo da ideia de esquemas políticos, procurámos ver como estes condicionam, o processamento de informação sobre eventos políticos – neste caso, o 25 de Abril. E dado que hoje se discute a existência duma dimensão política que se expresse na dimensão partidária - como concretização de uma dimensão ideológica mais geral articulada num binómio direita/esquerda -, procurámos ainda saber se essa dimensão política direita/esquerda, faria ou não sentido para os nossos participantes e, caso fizesse, quais seriam os conteúdos e diferenças entre esses dois pólos.

Num primeiro estudo, considerámos as hipóteses seguintes:

- na **hipótese 1**, esperamos que os participantes sejam capazes de categorizar de forma distinta informação política diversa (textos de opinião sobre um determinado fenómeno político – o 25 de Abril), na medida em que comparam essa informação com a representação cognitiva das categorias políticas de direita/esquerda já guardadas no seu sistema da memória;

- na **hipótese 2**, esperamos que os nossos participantes sejam capazes de



definir, através da organização dum campo semântico as representações políticas de direita/esquerda e que essas representações sejam distintas.

Como vimos, no capítulo 3, podemos considerar que existem diferenças na forma como os indivíduos apreendem o mundo em função da sua *Pertença Ideológica*. A forma como a informação política vai ser processada pelo sujeito depende da forma como este a avalia, que por sua vez depende da sua *Pertença Ideológica*.

Construímos um cenário experimental que nos permitisse relacionar a identidade social (*operacionalizada numa variável Pertença Ideológica*) com o processamento de informação social (expressa em tarefas de avaliação e reconhecimento de informação política sobre o 25 de Abril).

Os participantes, cuja *Pertença Ideológica* era de esquerda ou direita, recebiam informação distinta sobre um evento político (2 textos sobre o 25 de Abril) e tinham que avaliar essa informação, bem como o próprio evento político. Posteriormente tinham que executar uma tarefa de reconhecimento/avaliação de um conjunto de frases sobre o 25 de Abril (metade das frases pertenciam aos textos e a outra metade não). Os juízos avaliativos e as distorções na tarefa de reconhecimento dariam uma medida da forma como a informação tinha sido processada.

Acresce ainda que consideramos que o modo como a *Pertença Ideológica* dos participantes afecta as suas respostas na tarefa de reconhecimento de informação política (*distorções*), não é linear. A *avaliação das frases* desempenha um papel determinante na forma como se articula essa relação. Através da manipulação da ordem da apresentação da tarefa de *avaliação das frases* (antes ou depois da tarefa de reconhecimento) esta variável desempenha um papel de moderadora na relação entre a *Pertença Ideológica* e as *distorções*, isto é, permite dividir os participantes em dois sub-grupos de modo a estabelecer o máximo domínio e máxima eficácia sobre a variável dependente *distorções* (Baron e Kenny, 1986). A força da relação entre a *Pertença Ideológica* e as *distorções* será afectada pela tarefa de *avaliação das frases*.

Sendo assim, na figura 1 apresentamos o modo como se relaciona a *Pertença Ideológica* dos participantes com o processamento de informação política (*distorções*) sobre o 25 de Abril, tendo em conta o papel desempenhado pelas variável moderadora (*avaliação das frases*).

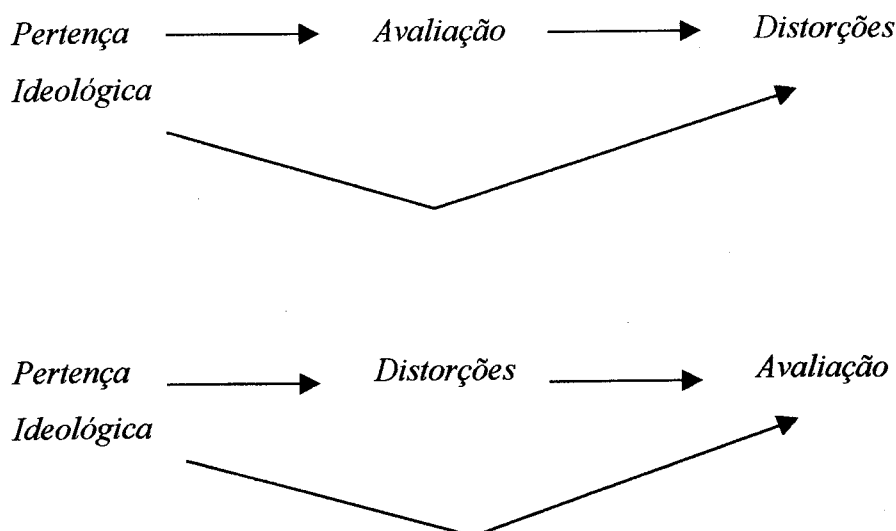


FIGURA 1 – Modelo da relação entre as variáveis *Pertença Ideológica*, *Avaliação* e *Distorções*

A construção de um modelo no qual estabelecemos relações entre as variáveis mencionadas funciona não só como expressão das hipóteses apresentadas, mas também como definidor das metodologias a utilizar no tratamento dos dados.

Em função do que foi apresentado, formularemos em seguida um conjunto de hipóteses sobre a relação entre as variáveis consideradas. Assim:

- na **hipótese 3**, esperamos que a *Pertença Ideológica* dos participantes tenha efeito significativo ao nível das tarefas de avaliação (tanto dos textos, como das frases).

Os participantes de esquerda deverão avaliar mais positivamente a informação de esquerda e mais negativamente a informação de direita e os participantes de direita deverão Ter os resultados inversos (efeito da identidade social positiva).

- na **hipótese 4**, esperamos que a *Pertença Ideológica* tenha efeitos na tarefa de reconhecimento (quer em função da tendência ideológica das frases, quer da sua consistência com a posição ideológica dos textos).

Os participantes deverão cometer mais *falsos reconhecimentos* de frases consistentes com os seus esquemas políticos do que de frases inconsistentes. O número de erros de inclusão de frase de tendência ideológica idêntica ao texto será maior no caso do texto que representa a pertença ideológica do participante.

- na **hipótese 5**, esperamos que o efeito da interação entre a *Pertença Ideológica* e a *ordem de apresentação da tarefa de avaliação das frases* seja significativo.

Os participantes que avaliam as frases antes da tarefa de reconhecimento deverão cometer mais *distorções* do que os participantes que executam em primeiro lugar a tarefa de reconhecimento e só depois avaliam as frases.

Em conclusão, podemos dizer que são cinco as nossas hipóteses de trabalho: as duas primeiras incidem sobre aspectos relacionados com o processo de categorização social e funcionamento dos esquemas políticos; as restantes três hipóteses incidem sobre aspectos relacionados com a identidade política e o tratamento de informação política.

## 4. Estudo 1

Neste estudo procurámos analisar a existência da dimensão política, enquanto estrutura real de conhecimento, organizada num eixo direita/esquerda, cuja visibilidade se traduz na possibilidade de os participantes construírem significações várias para diferentes textos políticos. O esquema político revela-se nas atribuições que os participantes fazem sobre a eventual autoria desses textos a um dos 4 partidos mais votados.

Procurámos ainda caracterizar essa dimensão política, pedindo aos participantes para configurarem os campos semânticos dos conceitos de esquerda e de direita, os quais constituem seus pólos distintos.

### 4.1. Método

**4.1.1. Plano e participantes.** Neste estudo os participantes (N=60), todos estudantes do ISCET, 18 do sexo masculino e 42 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 19 e os 25 anos, que aderiram voluntariamente, foram distribuídos por quatro condições (entre 14 a 16 por condição).

**4.1.2. Procedimento.** O estudo foi realizado numa sessão, na qual estiveram presentes todos os participantes. A sessão iniciava-se pela leitura do procedimento: "Este estudo insere-se numa investigação a decorrer na Universidade do Porto sobre variadas questões sociais, nomeadamente a dimensão política. Nas folhas seguintes irá

encontrar informação e questões sobre essa temática. Leia cuidadosamente cada questão e responda de acordo com a sua opinião. As suas respostas são totalmente anónimas e confidenciais."

Manipulação da ordem de apresentação. Em seguida os participantes liam um conjunto de 4 textos sobre o 25 de Abril, variando a ordem de leitura desses 4 textos de acordo com a condição. Assim, na condição texto 1 os participantes liam " O 25 de Abril foi o dia em que o povo, juntamente com as forças armadas, pôs fim a um regime moribundo. (...)", e em seguida liam os textos 2, 3, 4. Na condição texto 2 os participantes liam: "Parece-me indispensável ao abordar a temática do 25 de Abril denunciar as contradições patentes no acontecimento que esteve na origem da instauração da democracia no nosso país. (...)", e em seguida liam os textos 3, 4, 1. Na condição texto 3 os participantes liam: "O 25 de Abril foi o dia em que o regime político liderado por Marcelo Caetano caiu. (...)", e em seguida liam os textos 4, 1, 2. Na condição texto 4 os participantes liam: "Bem sei que vinte e três anos é muito pouco tempo para sedimentar com a objectividade necessária um fenómeno com estas características(...)", e em seguida liam os textos 1, 2, 3.<sup>27</sup>

Material-estímulo. Para a construção dos textos foi pedido a dois sujeitos, um identificado como membro de um partido político de esquerda (PCP) e o outro identificado como membro de um partido político de direita (CDS/PP), que escrevessem dois textos sobre o 25 de Abril: num dos textos deveriam expressar as suas próprias opiniões sobre o 25 de Abril e no outro deveriam expressar aquilo que esperavam que um elemento de um partido contrário ( de direita, no caso do sujeito de esquerda e de esquerda, no caso do sujeito de direita) expressasse.

Seguidamente, utilizámos a técnica da reflexão falada (6 sujeitos retirados do universo populacional do nosso estudo) para validar e homogeneizar os textos e diferenciá-los quanto ao conteúdo (visão de esquerda ou visão de direita sobre o 25 de Abril). Assim, os textos 1 e 2 tem por base uma visão de esquerda e os textos 3 e 4 um visão de direita.

A tarefa de decisão. Depois de lido cada um dos textos, foi pedido aos participantes que atribuissem uma pertença política ao seu autor. Para tal, e para cada um dos textos, apresentámos aos participantes uma afirmação: "O autor deste texto pertence:" com cinco possibilidades de resposta. A tarefa dos participantes foi a de

---

<sup>27</sup> A versão integral dos textos considerados está apresentada em anexo.

escolher o partido político do autor entre os 4 partidos políticos considerados (CDS/PP; PSD; PS; PCP) ou atribuir-lhe um outro.

A tarefa de caracterização. Em seguida, apresentámos duas perguntas aos participantes, nas quais lhes pedíamos que indicassem palavras, conceitos e atitudes que caracterizassem (1) a esquerda e (2) a direita ("Quais são, para si, as palavras, conceitos, atitudes, etc, que melhor caracterizam a esquerda/direita?"). Por fim, agradecíamos a colaboração e disponibilizávamo-nos para esclarecer quaisquer questões suscitadas pelo estudo.

Medidas dependentes. Foram usados dois tipos de medidas dependentes. O primeira consistia nas escolhas feitas pelos participantes quanto à autoria de cada um dos quatro textos apresentados, medidas através das respostas à pergunta "O autor deste texto pertence:" (1=CDS/PP, 2=PSD; 3=PS; 4=PCP; 5=outro). O segundo dizia respeito às respostas que permitiam caracterizar a esquerda e a direita, que eram de resposta livre.

As escolhas dos participantes em relação à autoria dos textos permitiam-nos avaliar a existência ou não de esquemas prévios de conhecimento político e a sua consubstanciação nos partidos políticos. As respostas às perguntas sobre as características da esquerda e direita permitiu-nos identificar os atributos definidores da esquerda e da direita e organizar os campos semânticos respectivos.

## 4.2. Resultados e discussão

*4.2.1. Atribuições de Autoria dos Textos e Género:* Os resultados obtidos através duma análise de frequências, mostram que não existem diferenças significativas nas atribuições de autoria dos textos em função do sexo dos participantes (ver quadro 1).

*4.2.2. Efeito da Ordem de Apresentação.* Os resultados obtidos através duma análise de frequências mostram que a ordem de apresentação dos textos tem efeito nas diferenças de atribuição de autoria dos textos 2 e 3 ( $X^2=33.7$ ,  $p<0.001$ ;  $X^2=24.8$ ,  $p=0.003$ , respectivamente) e de forma menos significativa nos textos 1 e 4 ( $X^2=16.47$  e  $X^2=19.48$ , respectivamente, com  $p<0.10$  em ambos os casos).

		texto 1	texto 2	texto 3	texto4
SEXO FEMININO	CDS/PP	6	8	14	6
	PSD	8	14	6	14
	PS	20	2	10	12
	PCP	6	16	8	8
SEXO MASCULINO	CDS/PP	0	4	8	2
	PSD	4	4	2	8
	PS	8	4	8	4
	PCP	6	6	0	2
X <sup>2</sup>		4.83	4.39	5.41	5.71
DF		3	3	3	4
p		0.19	0.22	0.14	0.22

QUADRO 1 – Resultados das atribuições de autoria dos textos em função do género

4.2.3. *Análise das Atribuições de Autoria aos Textos:* Na análise de frequências verificámos que existem diferenças significativas nas atribuições de autoria em função dos partidos políticos para cada um dos quatro textos (Ver quadro 3).

Numa análise aprofundada das respostas dos participantes por texto, verificámos que no texto 1 não podemos saber se o facto das diferenças serem significativas se deve ao facto de 28 participantes atribuírem a autoria do texto ao PS (o que está de acordo com a tendência ideológica do texto, visto ser um texto de esquerda)

ou de 6 participantes atribuírem a autoria ao CDS/PP.

No caso do texto 2 e 3 a distribuição das frequências de autoria dos textos ainda se apresenta mais confusa. O texto 2 (que é um texto de esquerda) é considerado por 22 participantes como sendo do PCP, mas 18 participantes consideram-no do PSD (portanto, de direita), enquanto apenas 6 o consideram do PS. Também neste caso é difícil explicar claramente a que se devem as diferenças significativas. No texto 3 (que é um texto de direita), 22 dos participantes consideram-no como um texto do CDS/PP ao mesmo tempo que 18 participantes o consideram como um texto do PS, enquanto igual número de participantes (8) considera o texto do PSD ou do PCP.

O texto 4 é considerado por 22 participantes como sendo do PSD (de acordo com a sua tendência ideológica, já que é um texto de direita), enquanto que as frequências de autoria atribuídas aos outros partidos não são tão claramente diferenciadas.

O texto 2 e o texto 3 apresentam um padrão de respostas confuso e contraditório, tendo em conta a tendência ideológica que presidiu à sua construção. Estes resultados podem ser explicados pela ambiguidade dos textos, dado que relativamente aos textos 1 e 4 os participantes são capazes de fazer atribuições de autoria consistentes com a tendência ideológica dos textos.

A hipótese 1, de acordo com a qual os indivíduos são capazes de categorizar de forma significativamente diferente informação política distinta é assim parcialmente confirmada, dado que se os resultados apresentam diferenças significativas entre as frequências das atribuições de autoria para os textos, é um facto que nos textos 2 e 3 o padrão de respostas é confuso face à tendência ideológica desses textos.

Pretendíamos ainda escolher 2 textos (um de esquerda e um de direita) que servissem de material-estímulo para o nosso estudo 2. Esses textos deveriam ser significativamente diferentes quanto às atribuições de autoria, pelo que procedemos a uma análise de frequências inter-textos (Ver quadro 4).

O texto 1 e 2 não deveriam apresentar diferenças significativas entre si, dado que são os dois textos de esquerda, o mesmo acontecendo entre os textos 3 e 4 (os dois textos de direita). Era de esperar diferenças significativas entre os textos 1 em relação aos textos 3 e 4 e igualmente do texto 2 em relação aos textos 3 e 4.

Da análise dos resultados, verificámos que apenas o texto 1 e 4, quando comparados entre si, confirmam o esperado. Existem diferenças muito significativas entre estes textos ( $X^2=36.39, p<0.001$ ).

		ordem	ordem	ordem	ordem
		1	2	3	4
<b>AUTO</b> <b>RIA</b>  <b>DO</b>	CDS/PP	4	2	0	0
	PSD	4	2	4	2
	PS	8	4	8	8
	PCP	0	6	2	4
	X <sup>2</sup>	16,47			
<b>TEXTO</b> <b>1</b>	DF	9			
	p	0.06			
<b>AUTO</b> <b>RIA</b>  <b>DO</b>	CDS/PP	0	0	6	6
	PSD	4	8	2	4
	PS	0	2	4	0
	PCP	12	4	2	4
	X <sup>2</sup>	33.73			
<b>TEXTO</b> <b>2</b>	DF	9			
	p	<0.001			
<b>AUTO</b> <b>RIA</b>  <b>DO</b>	CDS/PP	10	6	4	2
	PSD	2	0	0	6
	PS	2	6	6	4
	PCP	0	2	0	2
	X <sup>2</sup>	24.81			
<b>TEXTO</b> <b>3</b>	DF	9			
	p	0.003			
<b>AUTO</b> <b>RIA</b>  <b>DO</b>	CDS/PP	2	2	0	4
	PSD	6	4	8	4
	PS	6	6	0	4
	PCP	2	2	4	2
	X <sup>2</sup>	19.48			
<b>TEXTO</b> <b>4</b>	DF	12			
	p	0.08			

QUADRO 2 – Resultados da análise de frequências da atribuição de autoria dos textos em função da ordem de apresentação



	texto 1	texto 2	texto 3	texto 4
CDS/PP	6	12	22	8
PSD	12	18	8	22
PS	28	6	18	16
PCP	12	22	8	10
$X^2$	18.41	10.14	10.86	20.30
p	<0.001	0.02	0.01	<0.001
DF	3	3	3	4

QUADRO 3 – Resultados da análise de frequências para cada um dos textos

	texto 1	texto 2	texto 3
texto 2	$X^2=29.84$ p<0.001	-----	-----
texto 3	$X^2=15.31$ , ns	$X^2=16.45$ , ns	-----
texto 4	$X^2=36.39$ p<0.001	$X^2=22.75$ p=0.03	$X^2=28.98$ p=0.004

QUADRO 4 – Resultados da análise de frequências inter-textos

Os textos 1 e 4 são os menos afectados pelo efeito de ordem, são significativamente diferentes quanto às frequências de atribuições de autoria e a distribuição das frequências de autoria destes textos está mais próxima da sua tendência ideológica do que no caso dos textos 2 e 3. Deste modo, escolhemos estes textos como material-estímulo para o nosso estudo 2.

4.2.4. *Caracterização da Esquerda e da Direita.* Na codificação dos dados relativamente aos atributos/traços da esquerda e da direita, utilizámos um conjunto de procedimentos idênticos aos descritos por Rodrigues, Sousa e Marques (1986), num estudo realizado por estes autores sobre o campo semântico do conceito de justiça.

Partindo do total de associações que os participantes fazem para cada conceito (direita/esquerda), constituímos os dicionários respectivos. A codificação das palavras com vista ao seu tratamento posterior foi feita da seguinte forma: (a) transformação de todas as formas verbais e adjectivais em substantivos masculinos ou femininos do singular; (b) transformação dos sinónimos na expressão mais frequentemente utilizada em cada um dos dicionários referidos. Para tal foi pedida a 5 "juízes" que classificassem as palavras como sinónimas ou não, sendo consideradas sinónimas as palavras com um 80% de acordo "inter-juízes"; (c) transformação das formas negativas e/ou complexas (ausência, insuficiência) nas correspondentes formas simples positivas precedida do sinal "-"; (d) eliminação de todas as palavras com frequência igual ou inferior a 4 para cada campo semântico (correspondendo a palavras com uma frequência inferior a 10% para a amostra considerada).

Assim, depois de termos reduzido as respostas dos participantes a categorias semânticas, ordenámo-las para cada um dos campos semânticos (direita/esquerda) e efectuámos uma análise factorial de correspondências. Eliminámos 5 participantes, que não tinham respondido a estas questões.

Os quadros 5 e 6 mostram, respectivamente, a organização semântica das palavras com mais fortes contribuições para a inércia do primeiro e do segundo factores da análise de correspondências efectuada sobre as associações fornecidas pelos participantes aos estímulos esquerda e direita. ( $\lambda_1=0.1762$  e  $\lambda_2=0.1267$ , respectivamente)

A figura 2 representa a organização semântica no espaço daqueles dois factores.

Da análise efectuada, podemos considerar que os atributos que definem direita e esquerda podem ser agrupados em três grupos distintos em função das respostas dos participantes. Assim, num primeiro grupo, os participantes quando caracterizam direita como *fascismo*, *repressão*, caracterizam esquerda como *democracia*, *liberdade*, *mudança*, *emancipação*. Num segundo grupo, quando a direita é caracterizada como *economia de mercado*, *capitalismo*, *privatizações*, *democracia*, a esquerda é

caracterizada como *Alentejo, intervenção, luta, povo, igualdade, operário*. Num terceiro grupo a direita é caracterizada como *portugal e liberdade*, excluindo do seu campo de representação as características *repressão, fascismo, capitalismo e privatizações* enquanto que a esquerda é apenas caracterizada pela ausência: na representação de esquerda são excluídas as características de *liberdade, democracia, estabilidade, povo e igualdade*.

Poderemos, então, considerar o primeiro grupo «*a esquerda dos ideais*» (dado que a definição de esquerda e direita se prende mais com conceitos abstractos como *liberdade e mudança*) por oposição ao segundo grupo que consideraremos a «*esquerda da acção e luta política*». Este segundo grupo utiliza conceitos mais concretos na sua definição de esquerda e direita (como é o caso de *operário, luta, alentejo* ou *privatizações*). Quanto ao terceiro grupo podemos considerá-lo um grupo não muito marcado ideologicamente, «*centro ou centro-direita*», dado que à direita aparecem associados conceitos genéricos e positivos (como *portugal e liberdade*) e características mais negativas da definição de direita (*repressão, fascismo, capitalismo*) estão ausentes, bem como da definição de esquerda estão ausentes conceitos como *liberdade, democracia e estabilidade*.

Particularmente interessante é a análise da palavra *liberdade*. No grupo do «*centro ou centro-direita*», aparece simultaneamente como um atributo de direita e como definidora (pela ausência) da esquerda; para o grupo «*esquerda dos ideais*» está associada a *democracia, mudança e emancipação*.

No caso da palavra *democracia*, também se torna interessante analisar a possível diferença conotativa em função do contexto. Assim, para a «*esquerda da acção e luta política*», esta surge associada a características da direita, podendo significar *democracia burguesa* (uma visão mais extremada de esquerda) e no caso da «*esquerda dos ideais*» esta surge associada à esquerda, juntamente com *liberdade, mudança, emancipação*. Para o «*centro ou centro-direita*» esta palavra está ausente da definição de esquerda, o que tanto pode ser entendido como uma posição mais de direita (a esquerda não democrática) como uma assunção deste valor como independente da área ideológica.

	F	CTR	CO <sup>2</sup>
liberdade (esq-ausente)	.52	4.7	.43
intervenção (esq-presente)	1.04	3.4	.13
democracia (esq-ausente)	.41	3.3	.38
repressão (dir-ausente)	.34	2.9	.070
povo (esq-presente)	.51	2.4	.13
operário (esq-presente)	.64	2.1	.09
alentejo (esq-presente)	.62	2.0	.09
capitalismo (dir-presente)	.52	1.9	.09
fascismo (dir-ausente)	.27	1.8	.43
mudança (esq-ausente)	.27	1.7	.37
igualdade (esq-presente)	.41	1.6	.09
democracia (dir-presente)	.48	1.3	.06
liberdade (dir-presente)	.56	1.3	.05
emancipação (esq-ausente)	.20	1.0	.40

	F	CTR	CO <sup>2</sup>
repressão (dir-presente)	-2.02	16.9	.70
emancipação (esq-presente)	-2.00	10.3	.40
fascismo (dir-presente)	-1.59	10.5	.43
mudança (esq-presente)	-1.37	8.8	.37
democracia (esq-presente)	- .92	7.5	.38
liberdade (esq-presente)	- .84	7.6	.43
povo (esq-ausente)	- .25	1.2	.13

QUADRO 5 – Primeiro factor da análise do campo semântico de direita e esquerda. 82.4% de  $\lambda_1$

(F=coordenada factorial; CTR=contribuição em percentagem para a inércia do factor; CO<sup>2</sup>= qualidade de representação do ponto sobre o factor)

	F	CTR	CO <sup>2</sup>
estabilidade (esq-presente)	1.40	8.4	.24
capitalismo (dir-presente)	.84	7.1	.24
igualdade (esq-presente)	.70	6.8	.26
alentejo (esq-presente)	.95	6.4	.20
povo (esq-presente)	.67	5.9	.22
privatizações (dir-presente)	.89	5.7	.18
fascismo (dir-presente)	.96	5.3	.16
economia de mercado (dir-presente)	.68	4.7	.16
luta (esq-presente)	.84	4.0	.12
democracia (esq-presente)	.54	3.6	.13
democracia (dir-presente)	.65	3.4	.11
intervenção (esq-presente)	.85	3.1	.09
liberdade (esq-presente)	.38	2.1	.09
repressão (dir-presente)	.54	1.7	.05
operário (esq-presente)	.41	1.2	.04

	F	CTR	CO <sup>2</sup>
portugal (dir-presente)	- .95	3.9	.11
igualdade (esq-ausente)	- .37	3.6	.26
liberdade (dir-presente)	- .78	3.5	.10
povo (esq-ausente)	- .33	2.9	.22
capitalismo (dir-ausente)	- .29	2.4	.24
democracia (esq-ausente)	- .24	1.6	.13
economia de mercado (dir-ausente)	- .23	1.6	.16
alentejo (esq-ausente)	- .21	1.4	.20
liberdade (esq-ausente)	- .23	1.3	.09
privatizações (dir-ausente)	- .20	1.3	.18
estabilidade (esq-ausente)	- .17	1.0	.24

QUADRO 6 – Segundo factor da análise do campo semântico de direita e esquerda. 87.3% de  $\lambda_2$ .

(F=coordenada factorial; CTR=contribuição em percentagem para a inércia do factor; CO<sup>2</sup>= qualidade de representação do ponto sobre o factor)

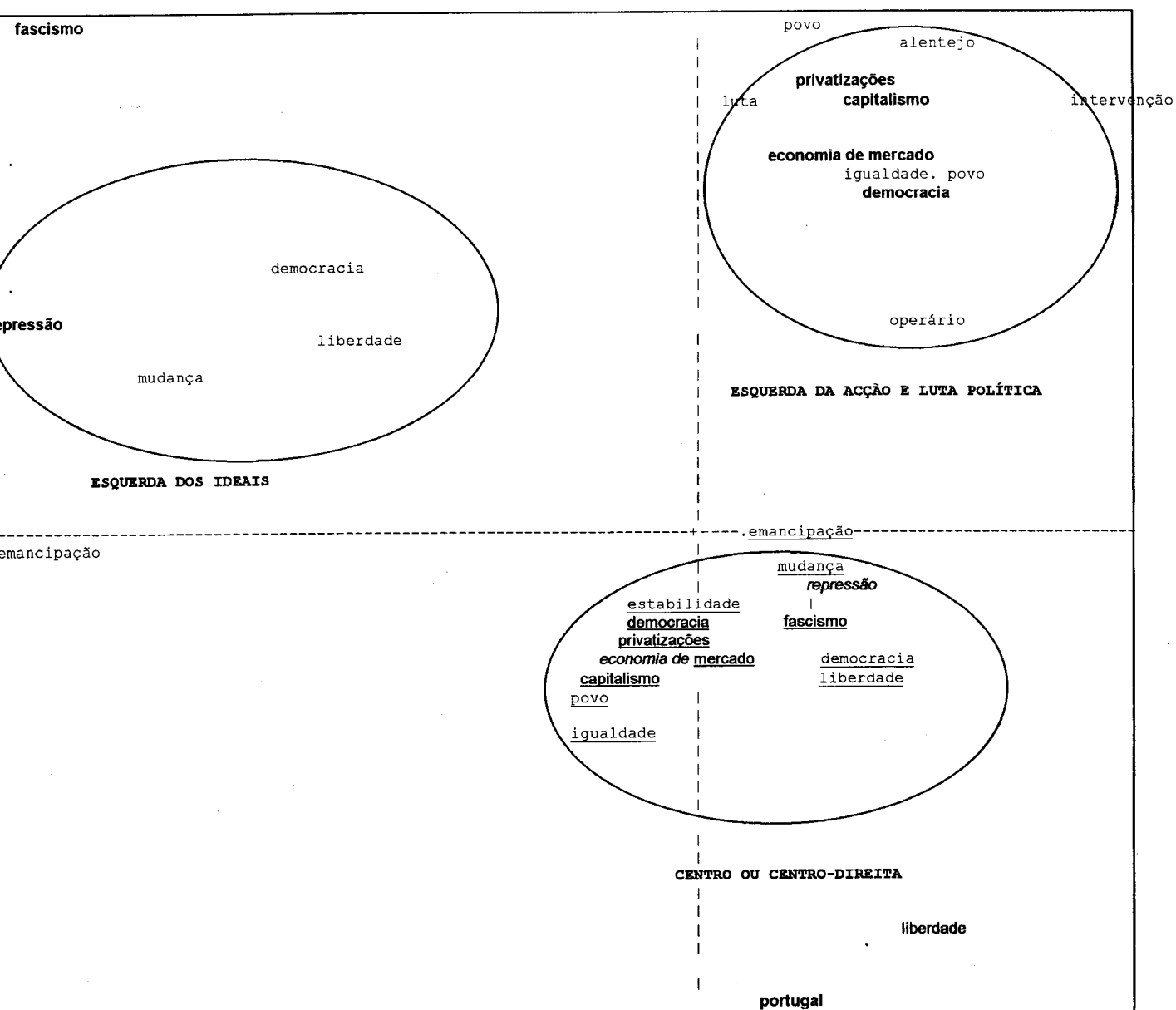


FIGURA 2 – Representação do campo semântico de esquerda e direita para os participantes do estudo 1

LEGENDA: - tipo de letra arial com negrito (ex. **repressão**) é utilizado para os atributos que definem a direita

- tipo de letra courier new (ex: **povo**) é utilizado com os atributos que definem a esquerda

- o uso do sublinhado serve para definir os atributos que caracterizam, pela ausência, quer a direita quer a esquerda

Conclui-se assim pela existência de categorias políticas de direita e esquerda que podem ser definidas por conjuntos distintos de atributos/traços. Independentemente das diferenças entre o conjunto de atributos/traços que melhor permitem definir cada uma das duas categorias consideradas, os participantes distinguem claramente a direita e a esquerda entre si.

Na análise da figura 2, encontrámos uma oposição nítida entre esquerda e direita, em função do segundo factor de análise.

Confirma-se a nossa hipótese 2, segundo a qual os sujeitos possuem esquemas políticos nos quais diferenciam a esquerda da direita e esses esquemas estão organizados cognitivamente ao longo da dimensão.

Um aspecto interessante a considerar é a possibilidade dos participantes terem construído diferentes campos semânticos de direita e esquerda em função da sua própria pertença política (a própria formulação da pergunta "o que é para si..." remete para uma implicação do sujeito), podendo assim explicar-se a existência de três grupos distintos que correspondem a diferentes áreas ideológicas/políticas dentro da dimensão direita/esquerda. Sendo assim, a esquerda apresenta-se mais marcada ideologicamente, subdividida em duas áreas, enquanto a direita aparece de forma mais difusa, cobrindo um espectro mais alargado da dimensão política.

## 5. Estudo piloto

A partir dos resultados encontrados no nosso estudo 1, (que nos permitiram seleccionar dois textos sobre o 25 de Abril; um de esquerda e outro de direita, bem como encontrar palavras distintas associadas aos campos semânticos *esquerda/direita* da dimensão política) e antes de passarmos ao nosso estudo 2, no qual pretendíamos analisar a modo como os sujeitos tratam informação política em função da sua pertença ideológica, realizámos um estudo piloto, no qual pretendíamos avaliar se um conjunto de medidas da variável preditora – *Pertença Ideológica* - nomeadamente itens de valores e questões sobre a situação política (pessoal e do país), seriam ou não medidas adequadas para serem utilizadas no estudo 2.

## 5.1. Método.

**5.1.1. Plano e participantes.** Neste estudo os participantes (N=40), todos estudantes do ISCET, 24 do sexo masculino e 16 do sexo femininos, com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos, que aderiram voluntariamente, foram divididos em dois grupos segundo a sua pertença ideológica, medida através das resposta à questão: "Qual dos seguintes partidos políticos está mais próximo do que representa o seu ponto de vista?"

Os participantes que responderam "CDS/PP ou PSD" foram incluídos no grupo "direita" (N=12). Os participantes que responderam "PCP, PS ou PSR" foram incluídos no grupo "esquerda" (N=24).

**5.1.2. Procedimento.** O estudo foi realizado numa sessão. A sessão iniciava-se com a leitura do seguinte procedimento: " Este estudo insere-se numa investigação a decorrer na Universidade do Porto sobre variadas questões sociais, nomeadamente a dimensão política. Nas folhas seguintes irá encontrar informação e questões sobre essa temática. Leia cuidadosamente cada questão e responda de acordo com a sua opinião. Por favor, tente ser o mais sincero/a possível. O que interessa é a sua opinião pessoal sobre o assunto. Ao contrário de um teste, aqui não há respostas certas ou erradas. As suas respostas são totalmente anónimas e confidenciais."

Material-estímulo. Apresentámos aos participantes o questionário de valores utilizado e, em seguida, um conjunto de perguntas sobre a situação política. No final pedimos dados de identificação do participante (idade, sexo, profissão).

*O questionário de valores.* O questionário utilizado foi o 'Questionário sobre os Valores Pessoais' (Schwartz, 1987; Menezes e Campos, 1995), constituído por 57 itens avaliativos distribuídos por duas escalas distintas de 30 itens (valores mais abstractos) e 27 itens (valores expressos como formas de agir), respectivamente. As instruções eram as seguintes: "Neste questionário deve perguntar-se a si próprio: "Que valores são importantes como princípios que orientam a MINHA vida, e que valores são menos importantes para mim?" Há duas listas de valores nas páginas seguintes. Estes valores surgem de diferentes culturas. Após cada valor, dentro dos parêntesis, há uma explicação que poderá ajudá-lo(a) a compreender o seu significado. A sua tarefa é avaliar quão importante é para si cada valor como princípio que orienta a sua vida". Os participantes respondiam numa escala que variava entre "-1" (oposto aos meus



princípios) e "7" (de suprema importância).

*Questões sobre política.* Os participantes deviam em seguida responder a um conjunto de questões relativas à sua satisfação pessoal, à sua avaliação da situação política do país, ao seu nível de participação política e à sua pertença partidária.

As questões eram as seguintes: (1) "Em geral, quão satisfeito está com a sua vida hoje em dia?" (0=completamente insatisfeito; 9=completamente satisfeito); (2) "Em sua opinião, a situação política do país tornou-se melhor ou pior nos últimos 5 anos?" (0=muito pior; 9=muito melhor); (3) "Qual das seguintes afirmações é a mais correcta para descrever o seu interesse pela política?" (1=não me interessa nada por questões políticas; 2=o meu interesse pela política é médio, não maior que os outros meus interesses; 3=estou interessado(a) em questões políticas, mas não sou muito activo(a); 4=tenho um interesse activo pela política); (4) "Qual dos seguintes partidos políticos está mais próximo do que representa o seu ponto de vista?" (1=CDS/PP; 2=PSD; 3=PCP; 4=PS; 5=outro).

## 5.2. Resultados e discussão

*5.2.1. Relação entre Valores e Pertença Ideológica:* Dos 57 itens do questionário de valores apresentado aos participantes, 10 valores discriminaram significativamente os participantes quanto à sua *Pertença Ideológica* (ver quadro 7).

*5.2.2. Relação entre Questões Políticas e Pertença Ideológica.* Os resultados da análise de variância efectuada entre as questões de satisfação pessoal, situação política e interesse pela política não mostraram efeitos significativos da variável *Pertença Ideológica*.

Em conclusão, os nossos participantes diferenciam-se significativamente, em alguns valores, em função da sua orientação política.<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup> Fazendo uma comparação entre os valores encontrados para os nossos participantes e os resultados do estudo de Menezes (1997), verificámos que apenas estão presentes valores que a autora considera associados à orientação política de direita (respeito pela tradição, aceitador da minha vida, devoto) não tendo sido encontrado nenhum valor considerado de esquerda. Além disso, encontrámos como discriminativos da direita/esquerda valores que não se revelaram diferenciais no estudo referido.

VALORES	F	p
Polidez	10,39	0,004
Respeito pela tradição	10,43	0,004
Escolher as minhas metas	4,35	0,05
Saudável	12,73	0,002
Capaz	5,81	0,03
Aceitador da minha vida	9,70	0,005
Obediente	5,04	0,02
Devoto	4,80	0,04
Responsável	5,57	0,03
Limpo	8,78	0,008

QUADRO 7 – Análise da relação entre os valores e a Pertença Ideológica F (1, 36)

## 6. Estudo 2

Neste estudo, de um modo geral, procuramos analisar a relação entre a *Pertença Ideológica* dos participantes e o processamento de informação política, bem como a forma como essa relação é moderada por diferentes factores como a avaliação dessa informação e a avaliação do acontecimento político (25 de Abril) que constitui o conteúdo da informação.

### 6.1. Método

**6.1.1. Plano e Participantes** Empregámos um plano factorial entre-sujeitos de 2(*Pertença Ideológica*: esquerda vs. direita) x2 (ordem de tratamento da informação: avaliação/reconhecimento ou reconhecimento/avaliação)

Os participantes (N=160), estudantes do ISCET, de ambos os sexos, estudantes universitários, que aderiram voluntariamente, e com idades compreendidas entre os 18 e

os 25 anos, foram divididos em dois grupos de acordo com a ordem de apresentação de tarefas de avaliação e reconhecimento. 80 participantes responderam à ordem avaliação/reconhecimento e os outros 80 à ordem reconhecimento/avaliação.

Os participantes foram ainda divididos em três grupos segundo a sua pertença ideológica, medida através da resposta à questão: "Qual dos seguintes partidos políticos está mais próximo do que representa o seu ponto de vista?"

Os participantes que responderam "CDS/PP ou PSD" foram incluídos no grupo "direita" (N=51). Os participantes que responderam "PCP, PS ou PSR" foram incluídos no grupo "esquerda" (N=70). Os participantes que responderam "nenhum" foram incluídos no grupo "apartidários" (N=39).

**6.1.2. Procedimento.** O estudo foi realizado em 3 sessões, todas no mesmo dia, findas as quais tínhamos recolhido os dados referentes à totalidade dos participantes. Cada sessão iniciava-se pela leitura do procedimento: "Este estudo insere-se numa investigação a decorrer na Universidade do Porto sobre variadas questões sociais, nomeadamente a dimensão política. Nas folhas seguintes irá encontrar informação e questões sobre essa temática. Leia cuidadosamente cada questão e responda de acordo com a sua opinião. Por favor, tente ser o mais sincero/a possível. O que interessa é a sua opinião pessoal sobre o assunto. Ao contrário de um teste, aqui não há respostas certas ou erradas. As suas respostas são totalmente anónimas e confidenciais."

Material-estímulo. Apresentámos aos participantes dois cadernos, cada um constituído por várias tarefas distintas. O primeiro caderno, igual para todos os participantes, era composto por um conjunto de 10 itens de valores, uma questão sobre a sua pertença partidária, dados de identificação (sexo, idade, profissão), dois textos sobre o 25 de Abril e um questionário referente a estes textos e um questionário sobre o acontecimento político do 25 de Abril. Os 10 itens dos valores aqui utilizados são resultantes do Estudo Piloto, que pretendemos usar como medidas da variável preditora *Pertença Ideológica*.

Os dois textos sobre o 25 de Abril que escolhemos para utilizar neste Estudo 2, são os textos 1(texto de esquerda) e 4 (texto de direita) dos quatro textos considerados no Estudo 1, já que estes dois textos foram considerados os mais adequados. Assim, neste Estudo, o texto de esquerda é o texto 1 e o texto de direita é o texto 2.

O segundo caderno, que variava de acordo com a ordem de tratamento da

informação, era composto por duas tarefas: uma tarefa de avaliação de 20 frases e uma tarefa de reconhecimento das mesmas 20 frases. Das frases que compunham este caderno, 10 frases pertenciam aos textos que os participantes tinham lido sobre o 25 de Abril (5 frases pertenciam ao texto 1 e outras 5 frases pertenciam ao texto 2) e as outras 10 frases foram construídas por nós de modo a obtermos 5 frases de direita e 5 frases de esquerda. Na construção destas frases utilizámos como palavras-chave atributos/traços que os participantes do Estudo 1 consideraram como caracterizadores da direita ou da esquerda, na definição dos respectivos campos semânticos.

*Os itens de valores.* Este questionário era constituído por um conjunto de 10 itens, que os participantes deveriam avaliar, numa escala que variava entre 1 (oposto aos meus valores) e 7 (de suprema importância), de acordo com a importância que por si lhes era atribuída.

Em seguida os participantes respondiam à questão: "Qual dos seguintes partidos políticos está mais próximo do que representa o seu ponto de vista?" com as seguintes possibilidades de resposta: 0=nenhum; 1=CDS/PP; 2=PSD; 3=PCP; 4=PS, 5=outro/direita, 6=outro/esquerda. Era ainda pedido aos participantes que respondessem a algumas perguntas de identificação (sexo, idade, profissão).

*A avaliação dos textos.* Em seguida os participantes liam dois textos sobre o 25 de Abril e avaliavam-os em 10 dimensões ("O primeiro/segundo texto que acaba de ler é": a) 1=direita, 7=esquerda; b) 1=conservador, 7=progressista; c) 1=desagradável, 7=agradável; d) 1=confuso, 7=claro; e) 1=desinteressante, 7=interessante; f) 1=subjectivo, 7=objectivo; g) 1=incorrecto, 7=correcto; h) 1=insignificante, 7=importante; i) 1=falacioso, 7=rigoroso; j) 1=incompreensível, 7=compreensível) cuja escala de resposta variava de "1" a "7". Além disso era-lhes pedido que indicassem, numa escala de "1" a "7", o grau de probabilidade da autoria dos textos ser atribuída a autores com diferente posicionamento partidário (CDS/PP – 1=pouco provável, 7=muito provável; PSD – 1=pouco provável, 7=muito provável; PS – 1=pouco provável, 7=muito provável; PCP – 1=pouco provável, 7=muito provável).

*O questionário sobre o 25 de Abril.* Depois de terem realizado as tarefas anteriores era pedido aos participantes que respondessem a um questionário sobre fenómenos sociais, no qual estes assinalavam a sua opinião sobre o 25 de Abril, o grau de conhecimento sobre o acontecimento e o papel nele desempenhado pelos partidos políticos, bem como o seu nível de participação nas comemorações do evento.

Os participantes avaliavam o 25 de abril em 5 dimensões diferentes, sempre numa

escala que variava de "1" a "7". As dimensões eram as seguintes: 1=desagradável, 7=agradável; 1=negativo, 7=positivo; 1=insignificante, 7=importante; 1=distante, 7=próximo; 1=incompreensível, 7=compreensível.

Utilizando ainda uma escala de 7 pontos, os participantes respondiam às questões: "Tem uma visão clara do papel desempenhado pelos diferentes partidos no 25 de Abril?" (1=pouco clara, 7=muito clara), "Quanto conhecimento e informação tem sobre o 25 de Abril?" (1=pouco, 7=muito) e "Participa nas comemorações do 25 de Abril?" (1=nunca, 7=sempre).

Manipulação da ordem de tratamento da informação. Em seguida os participantes liam o segundo caderno. De acordo com a condição experimental, a ordem da tarefa de avaliação e da tarefa de reconhecimento alternava. Assim, a metade dos participantes pedia-se que avaliassem as frases e em seguida efectuassem a tarefa de reconhecimento e à outra metade era pedido que realizassem a tarefa de reconhecimento e seguidamente avaliassem as frases.

Na primeira situação os participantes liam inicialmente: "Gostaríamos que avaliasse as afirmações seguintes. Para tal, indique em que medida, **para si**, cada afirmação merece ou não a sua concordância e em que grau. Assinale com uma cruz a sua resposta.". Na segunda situação, os participantes liam inicialmente: "Pedimos-lhe agora que das frases seguintes identifique aquelas que pertencem aos textos que leu e as que não pertencem. Para tal, assinale com um **1** as frases que pertencem ao primeiro texto e com um **2** as que pertencem ao segundo texto, na coluna que diz '**pertence**' e as frases que não pertencem a nenhum dos textos na coluna que diz '**não pertence**'.

A tarefa de avaliação. Os participantes avaliavam as 20 frases que constituíam o conjunto da tarefa de avaliação numa escala de 7 intervalos que variava entre discordo totalmente e concordo totalmente. A folha de avaliação era composta por 10 frases de esquerda e por 10 frases de direita. As frases assinaladas pelos números ímpares pertenciam aos textos lidos anteriormente e as frases assinaladas pelos números pares foram construídas por nós. O modo como as frases foram numeradas foi aleatório. As frases assinaladas com os números 1, 3, 7, 9 e 13 pertenciam ao texto 1. As frases assinaladas com os números 5, 11, 15, 17 e 19 pertenciam ao texto 2. As frases assinaladas com os números 2, 6, 10, 14 e 18 eram frases de esquerda e as frases assinaladas com os números 4, 8, 12, 16 e 20 eram frases de direita.

A tarefa de reconhecimento. Era pedido aos participantes que identificassem a proveniência das 20 frases apresentadas: se pertenciam ao texto 1, ao texto 2 ou não

pertenciam a nenhum dos textos referidos (1=pertence ao texto 1, 2=pertence ao texto 2, 3=não pertence a nenhum dos textos).

As frases que constituíam este conjunto eram as mesmas que as da tarefa de avaliação, sendo as assinaladas pelos números ímpares as que pertenciam aos textos e assinaladas pelos números pares as que não pertenciam. As frases assinaladas pelos números 3, 5, 7, 9 e 17 pertenciam ao texto 1 e as assinaladas pelos números 1, 11, 13, 15 e 19 pertenciam ao texto 2. As frases assinaladas com os números 8, 10, 16, 18 e 20 eram frases de esquerda e as frases assinaladas com os números 2, 4, 6, 12 e 14 eram frases de direita. A sua numeração e distribuição na folha de resposta também foi aleatória, mas a sua ordem de apresentação era diversa do conjunto de frases da tarefa de avaliação.

Medidas da variável preditora. Foram usados dois tipos de medidas para a *Pertença Ideológica* dos participantes. As escolhas dos participantes para cada um dos itens do questionário de valores e as respostas à questão sobre qual o partido que representava melhor o seu ponto de vista.

Medidas dependentes. Utilizámos como medidas dependentes da *avaliação dos textos* as escolhas dos participantes nas 10 dimensões apresentadas e as escolhas destes sobre a probabilidade de autoria dos textos em função da pertença partidária do autor, dado que as suas escolhas permitiam-nos saber como os participantes categorizavam e avaliavam os textos e o grau de certeza dessa categorização.

Utilizámos como medidas dependentes da *avaliação do evento* as escolhas dos participantes nas 5 dimensões avaliativas do questionário sobre o 25 de Abril, bem como as suas escolhas às outras 3 questões desse questionário (visão do papel desempenhado pelos partidos políticos, conhecimento sobre o evento e participação nas comemorações), na medida em que essa avaliação influencia o processamento da informação subsequente.

Utilizámos como medidas dependentes de *juízo avaliativo* as escolhas dos participantes na tarefa de avaliação das frases.

Assim, criámos 4 *medidas de avaliação das frases*: FTE (frases do texto de esquerda); FTD (frases do texto de direita); FNTE (frases de esquerda não pertencentes aos textos) e FNTD (frases de direita não pertencentes aos textos).

Utilizámos como medidas dependentes das *distorções* no processamento da informação política as respostas dos participantes aos itens da tarefa de reconhecimento.

As escolhas dos participantes foram comparadas com a grelha de construção

das frases na tarefa de reconhecimento, tendo-se construído uma matriz de avaliação em que existiam várias hipóteses de resposta: ou os participantes assinalavam correctamente as frases como pertencendo quer ao texto 1, quer ao texto 2 ou como não pertencendo aos textos (1=reconhecimento correcto), ou não respondiam correctamente à tarefa de reconhecimento, podendo estes erros ser de 6 tipos distintos: 2=assinala não pertence, quando pertence ao texto 1; 3=assinala não pertence, quando pertence ao texto 2; 4=assinala pertence texto 1, quando pertence texto 2; 5=assinala pertence texto 2, quando pertence texto 1; 6=assinala pertence texto 1, quando não pertence a nenhum texto; 7=assinala pertence texto 2, quando não pertence a nenhum texto.

Assim, para cada uma das sete categorias acima referidas, procedemos à soma das ocorrências para cada participante: tipo1=soma dos reconhecimentos; tipo2=soma das vezes que assinala não pertence, quando pertence ao texto 1; tipo3=soma das vezes que assinala não pertence, quando pertence ao texto 2; tipo4=soma das vezes que assinala pertence texto 1, quando pertence texto 2; tipo5=soma das vezes que assinala pertence texto 2, quando pertence texto 1; tipo6=soma das vezes que assinala pertence texto 1, quando não pertence a nenhum texto; tipo7=soma das vezes que assinala pertence texto 2, quando não pertence a nenhum texto, tendo obtido 7 medidas distintas dos tipos de *distorções* possíveis.

Posteriormente, revelou-se importante criar novas medidas das *distorções*, a partir das 7 medidas referidas.

No caso dos participantes executarem correctamente a tarefa de reconhecimento é necessário distinguir se a resposta correcta diz respeito ao texto 1, ao texto 2, às frases de esquerda não pertencentes aos textos ou às frases de direita não pertencentes aos textos.

Deste modo criámos 2 novas variáveis: *FTE1* (frases do texto de esquerda); *FTD2* (frase do texto de direita).

Por outro lado, criámos também uma medida de *Tendência Ideológica das Frases*: *FE* (frases de esquerda) e *FD* (frases de direita).

No caso das *distorções* de tipo inclusivo, isto é, quando os participantes assinalam que as frases pertencem aos textos no caso destas não pertencerem, é necessário distinguir essas *distorções* não só em função do texto (texto 1 ou texto 2), como também em função do tipo de frases (direita/esquerda) e ainda da relação do texto com o tipo de frase (texto de direita/frase de direita; texto de esquerda/frase de esquerda; texto de direita/frase de esquerda; texto de esquerda/frase de direita).

Deste modo, procedemos à recodificação das variáveis tipo6 e tipo7 em 4 novos tipos de variáveis: no caso da variável tipo6 passámos a considerar duas variáveis: *EITE* (frases de esquerda incluídas no texto de esquerda) e *DITE* (frases de direita incluídas no texto de esquerda); no caso da variável tipo7 passámos também a considerar duas variáveis: *EITD* (frases de esquerda incluídas no texto de direita) e *DITD* (frases de direita incluídas no texto de direita).

Além disso, criámos uma medida de *Consistência* (soma de *EITE* e *DITD*) e uma de *Inconsistência* (soma de *EITD* e *DITE*), que nos permitem analisar os erros de inclusão de frases ideologicamente semelhantes aos textos ou ideologicamente distintas destes, respectivamente.

Por outro lado a medida da *Tendência Ideológica das Frases* permite-nos analisar os erros de inclusão em função do tipo de frases apresentadas.

## 6.2. Resultados e discussão

**6.2.1. Medidas de Pertença Ideológica.** Eliminámos os participantes que na pertença partidária não se identificaram com nenhum partido político e recodificámo-los em direita (CDS/PP, PSD, outro/direita) e esquerda (PCP, PS, outro/esquerda).

A análise de variância dos valores pela variável *Pertença Ideológica*, revelou apenas o valor *capaz* como significativo ( $F_{2, 159}=3.83, p=0.02$ ), enquanto todos os outros efeitos são não significativos (todos  $F_{2, 158}<0.5$ , todos  $F_{2, 157}<0.8$ , todos  $F_{2, 159}<1$ ).

Deste modo, ao contrário do esperado, não utilizámos os valores como uma medida da *Pertença Ideológica* dos participantes, optando por eliminar os participantes que não se identificaram com nenhum partido político ( $N=39$ ) das nossas análises subsequentes.

**6.2.2. Medidas de Avaliação dos Textos.** Os 10 itens de avaliação dos textos são igualmente consistentes para o texto 1 e para o texto 2 (*avaliação do texto 1 - Alfa de Cronbach=0.78; avaliação do texto 2 - Alfa de Cronbach=0.77*).



6.2.3. *Pertença Ideológica e Avaliação dos Textos.* Como o nosso objectivo é analisar o modo como a *Pertença Ideológica* dos participantes afecta o processamento de informação política, decidimos utilizar nessa análise (e em todas as análises subsequentes) apenas os participantes que não cometem erros na categorização dos textos, isto é, dizem que o primeiro texto é de esquerda e o segundo de direita. Assim, calculámos a diferença entre as respostas dos participantes ao item 1 (direita/esquerda) das dimensões avaliativas dos 2 textos (dif1).

Deste modo, ficámos com 12 participantes de direita na ordem de apresentação avaliação/reconhecimento (condição 1, MD=0.00); 17 participantes de direita na ordem de apresentação reconhecimento/avaliação (condição 2, MD=1.00); 20 participantes de esquerda na ordem de apresentação avaliação/reconhecimento (condição 3, MD=2.00) e 21 participantes de esquerda na ordem de apresentação reconhecimento/avaliação (condição 4, MD=2.00).

Os resultados obtidos através duma análise de frequências, mostram que não existem diferenças significativas os 4 grupos considerados (ver quadro 8).

	ordem 1	ordem 2
direita	12	17
esquerda	20	21
X2	0.38	
DF	1	
p	0.54	

QUADRO 8 – Resultados da análise de frequências dos participantes que categorizam correctamente os textos em função da ordem e da pertença ideológica.

Procurámos então saber se existiam diferenças na forma como os participantes de direita e de esquerda avaliavam os dois textos considerados.

Da análise de variância que fizemos para cada item da escala de avaliação, encontrámos efeito significativo da *Pertença ideológica* na avaliação do item 4,

"confuso/claro" ( $F_{1, 69}=8.02, p=0.006$ ) e item 10, "incompreensível/compreensível" ( $F_{1, 69}=4.48, p<0.05$ ) para o texto 2 (texto de direita).

Os participantes de direita avaliam o texto 2 como mais "claro" e "compreensível" ( $M=4.97, SD=1.97; M=5.52, SD=1.38$ , respectivamente) do que os participantes de esquerda ( $M=3.66, SD=1.91; M=4.76, SD=1.61$ , respectivamente).

A *Pertença Ideológica* não teve efeitos significativos nos itens avaliativos do texto 1 (todos os  $F_{1, 69}<1$ ).

Através da análise da variância verificámos que a *Pertença Ideológica* dos participantes tem efeito significativo na avaliação que estes fazem dos textos ( $F_{1,68}=8.22, p=0.006$ ) e que a avaliação dos dois textos é significativamente diferente ( $F_{1, 68}=30.85, p<0.001$ ). No então não há efeito significativo da interacção entre a *Pertença Ideológica* e os textos ( $F_{1, 68}=3.02, ns$ ).

O texto 1 (texto de esquerda) é avaliado mais positivamente pelos participantes de direita ( $M=6.10, SD=1.11$ ) do que pelos participantes de esquerda ( $M=5.85, SD=1.04$ ). O efeito da interacção entre a *Pertença Ideológica* e a avaliação do texto não é significativo ( $F_{1, 68}=0.93, ns$ ).

O texto 2 (texto de direita) também é avaliado mais positivamente pelos participantes de direita ( $M=5.24, SD=1.40$ ) do que pelos participantes de esquerda ( $M=4.21, SD=1.59$ ). O efeito da interacção entre a *Pertença Ideológica* e a avaliação do texto é significativo ( $F_{1, 68}=7.93, p=0.006$ ).

Numa análise de variância em função da *Pertença Ideológica*, verificamos que os participantes de direita avaliam de forma significativamente diferente os dois textos ( $F_{1, 68}=6.22, p<0.01$ ) e que os participantes de esquerda também ( $F_{1, 68}=32.08, p<0.001$ ).

Estes resultados estão representados na figura 3.

Da análise dos resultados obtidos verificamos que os dois grupos de participantes (direita/esquerda) se comportam de forma diversa. Se os participantes de esquerda avaliam mais positivamente o texto de esquerda e mais negativamente o texto de direita, tal como consideramos na hipótese 3, os participantes de direita fazem o inverso, contrariando a hipótese.

Se considerarmos que só no caso do texto de direita é que se verifica um efeito significativo da interacção entre a pertença ideológica e as dimensões avaliativas dos textos, podemos considerar que provavelmente o texto de esquerda não é tão claramente de esquerda como o pretendido, pese embora os participantes do estudo 1 o terem

identificado como tal.

Deste modo, estes resultados podem ser explicados à luz de uma certa ambiguidade do estímulo, que a análise do desvio-padrão das respostas aos itens avaliativos parece confirmar.

*6.2.4. Pertença Ideológica e a Avaliação do 25 de Abril.* Na análise de variância que realizamos entre as questões respeitantes ao 25 de Abril encontramos efeitos significativos da variável *Pertença Ideológica* na avaliação do 25 de Abril (dimensão negativo/positivo) ( $F_{1, 67}=5.90, p<0.02$ ), na participação nas comemorações do evento ( $F_{1, 69}=14.82, p<0.001$ ) e na visão sobre o papel desempenhado pelos diferentes partidos no 25 de Abril ( $F_{1, 69}=3.89, p=0.05$ ).

Assim, os participantes de direita avaliam o 25 de Abril mais negativamente ( $M=6.07, SD=1.31$ ) do que os participantes de esquerda ( $M=6.67, SD=0.70$ ), participam menos nas comemorações ( $M=1.72, SD=0.80$ ) do que os participantes de esquerda ( $M=3.27, SD=2.05$ ) e tem uma visão menos clara do papel desempenhado pelos diferentes partidos no 25 de Abril ( $M=3.00, SD=1.36$ ) do que os participantes de esquerda ( $M=3.71, SD=1.55$ ).

Apesar de existirem diferenças significativas na forma como o 25 de Abril é avaliado pelos participantes de direita e de esquerda e essas diferenças poderem indicar uma apropriação deste evento político pela esquerda, o facto é que ambos os grupos fazem avaliações deste evento extremamente positivas (sempre superiores a 6, numa escala que varia entre 1 e 7).

Possivelmente, o facto dos nossos participantes partilharem uma visão relativamente consensual em relação ao evento político que constituiu o nosso estímulo esbateu as diferenças encontradas, tornando a confirmação das nossas hipóteses mais difícil.

No entanto, convém referir que relativamente ao 25 de Abril, os participantes de esquerda apresentam um maior envolvimento político (ao nível da comemoração e conhecimento), o que se traduz num melhor processamento cognitivo da informação.

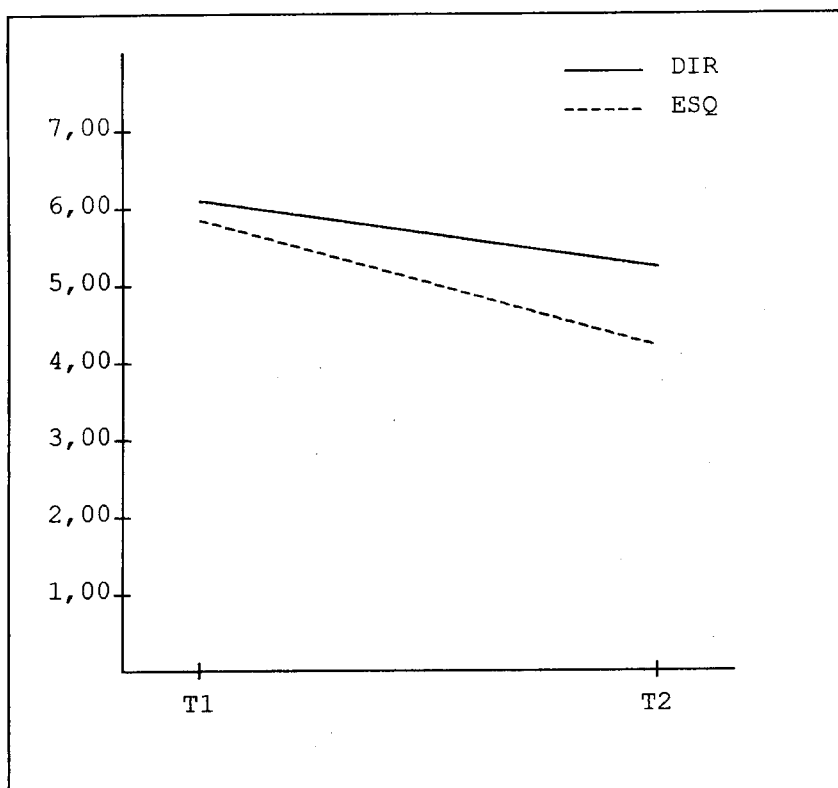


FIGURA 3 - Resultados da avaliação dos textos (T1 - texto 1 e T2 - texto 2) em função da Pertença Ideológica dos participantes (dir - direita e esq - esquerda).

**6.2.5. Pertença Ideológica e a Avaliação das Frases.** Na análise de variância que realizamos podemos verificar que a *tendência ideológica das Frases* (direita/esquerda) tem um efeito significativo ( $F_{1, 65}=47.95, p<0.001$ ) e existe também um efeito significativo ( $F_{1, 65}=5.48, p<0.02$ ) do *tipo de frase* (frases do texto/frases novas).

O efeito da interacção entre a *Pertença ideológica* dos participantes e a *Tendência Ideológica das Frases* é significativo ( $F_{1, 65}=6.01, p<0.2$ ). Os participantes de direita avaliam as frases de direita de forma significativamente mais positiva ( $M=5.30, SD=0.68$ ) do que os participantes de esquerda ( $M=5.13, SD=0.48$ ) e avaliam as frases de esquerda de forma significativamente mais negativa ( $M=5.78, SD=0.83$ ) do que os participantes de esquerda ( $M=5.97, SD=0.49$ ).

Na análise de variância que efectuamos entre as 20 frases consideradas e a *Pertença Ideológica* dos participantes encontramos diferenças significativas nas frases 2 e 6 ( $F_{1, 69}=4.55, p<0.04$  e  $F_{1, 69}=3.78, p=0.05$ , respectivamente).

Os resultados obtidos permitem confirmar a hipótese 3, ou seja, os participantes avaliam mais positivamente as frases que estão de acordo com a sua

pertença ideológica e mais negativamente as frases cuja tendência ideológica é contrário a essa pertença.

No entanto convém salientar que apenas existem diferenças significativas em 2 das 20 frases consideradas e quer as avaliações dos participantes de esquerda quer dos participantes de direita são sempre superiores a 3.5 (numa escala de 1 a 7), isto é, mesmo quando a tendência ideológica da frase é contrária à pertença ideológica, a sua avaliação não é negativamente extremada.

*6.2.6. Pertença Ideológica e Reconhecimento das Frases.* Num primeiro momento procuramos analisar, para cada tipo de resposta possível, o efeito da *Ordem* de apresentação das tarefas de avaliação/reconhecimento das frases e da *Pertença Ideológica* dos participantes na tarefa de reconhecimento das frases.

Realizámos 7 análises de variância para os 7 tipos de resposta possíveis na tarefa de reconhecimento em função da *Pertença Ideológica* e da *Ordem* de apresentação das tarefas de avaliação/reconhecimento, tendo verificado que existem apenas efeitos significativos da *Pertença Ideológica* para os erros de inclusão ( $F_{1,66}=5.09$ ,  $p<0.03$ ) e erros de exclusão ( $F_{1, 66}=8.97$ ,  $p=0.004$ ). Nem o efeito da *Ordem* das tarefas, nem da interacção entre a *Pertença Ideológica* e a *Ordem* das tarefas tem valores significativos (todos os  $F_{1, 66}<0.8$ ).

No caso dos erros de exclusão de tipo 3 (os participantes dizem que as frases não pertencem, quando pertencem ao texto 2), os participantes de esquerda ( $M=0.80$ ,  $SD=0.81$ ) cometem mais erros de exclusão do que os participantes de direita ( $M=0.38$ ,  $SD=0.73$ ).

No caso dos erros de inclusão de tipo 6 (os participantes dizem que as frases pertencem ao texto 1, quando não pertencem), os participantes de direita ( $M=3.57$ ,  $SD=2.39$ ) cometem mais erros do que os participantes de esquerda ( $M=2.06$ ,  $SD=2.08$ ).

Da análise dos resultados verificamos que os participantes de direita cometem mais erros de inclusão e menos de exclusão do que os participantes de esquerda.

Existe uma tendência para cometer mais erros no caso da informação inconsistente com a pertença grupal. Assim, no caso do texto 2 (direita) os participantes de esquerda cometem mais erros do que os participantes de direita e no caso do texto 1(esquerda) é o inverso.

Dado que os erros de inclusão apresentam efeitos significativos, pareceu-nos

importante analisá-los mais profundamente.

Deste modo, realizámos uma análise de variância entre os erros inclusivos (*Consistência e Tendência ideológica da frase*), a *Pertença Ideológica* dos participantes (dir/esq) e a *Ordem* das tarefas de avaliação/reconhecimento das frases (ordem).

A *Pertença Ideológica* tem um efeito significativo nos erros de inclusão ( $F_{1,66}=7.67$ ,  $p<0.01$ ). Os participantes de direita ( $M=1.08$ ,  $SD=0.75$ ) cometem mais erros de inclusão dos que os participantes de esquerda ( $M=0.64$ ,  $SD=0.63$ ).

A *Ordem* das tarefas de avaliação e reconhecimento também tem um efeito significativo ( $F_{1, 66}=3.48$ ,  $p<0.10$ ). Os participantes que avaliam primeiro as frases antes da tarefa de reconhecimento ( $M=0.98$ ,  $SD=0.74$ ) cometem mais erros de inclusão do que os participantes que realizam a tarefa de reconhecimento em primeiro lugar ( $M=0.69$ ,  $SD=0.67$ ).

Estes resultados confirmam a hipótese 5, dado que essa hipótese prevê diferenças significativas entre a condição em que os participantes avaliam as frases antes da tarefa de reconhecimento e a situação em que fazem o inverso, sendo de esperar que no primeiro caso cometam mais *distorções*.

Os efeitos da *Consistência* e da *Tendência Ideológica da Frase* também são significativos ( $F_{1, 66}=28.79$ ,  $p<0.001$  e  $F_{1, 66}=28.67$ ,  $p<0.001$ , respectivamente). Os participantes cometem mais erros de inclusão de frases consistentes ( $M=0.55$ ,  $SD=0.50$ ) do que de frases inconsistentes ( $M=0.27$ ,  $SD=0.32$ ); por outro lado, incluem mais vezes frases de esquerda nos textos ( $M=0.50$ ,  $SD=0.36$ ) do que frases de direita ( $M=0.32$ ,  $SD=0.40$ ).

A interação entre a *Consistência das Frases* e a *Tendência Ideológica das Frases* é significativa ( $F_{1,66}=45.81$ ,  $p<0.001$ ). Como podemos ver no quadro 9, esta interação mostra que os participantes cometem mais erros inclusivos de frases de esquerda consistentes do que de frases de direita consistentes com os respectivos textos ( $t_{69}=8.40$ ,  $p<0.001$ ), sendo que as diferenças nos erros de inclusão de frases inconsistentes de esquerda e direita não são significativas ( $t_{69}=1.57$ , ns).

Efeito CONSISTÊNCIA x FRASE (F1, 66=45.81, p<.001)						
		CONSISTENTE		INCONSISTENTE		
		M	SD	M	SD	
FRASE DE ESQUERDA		0.39	0.30	0.11	0.17	t69=6.94,  p<.001
FRASE DE DIREITA		0.17	0.24	0.16	0.22	t69=0.30  ns
		t69=8.40 p<.001		t69=1.57, ns		

QUADRO 9 –Efeito da interação entre consistência e tendência ideológica das frases

Os participantes cometem mais erros de inclusão de frases de esquerda no texto de esquerda do que no texto de direita (t69=6.94, p<0.001), embora em relação às frases de direita os erros de inclusão nos textos não sejam significativamente diferentes (t69=0.30, ns)<sup>29</sup>.

Da análise destes resultados verificamos que a hipótese 4 é confirmada, dado que os participantes cometem mais distorções de frases consistentes do que de frases inconsistentes. No entanto, ao contrário do esperado, existem diferenças significativas relativamente aos dois textos considerados, sendo que os erros consistentes de esquerda são mais elevados do que os erros consistentes de direita.

Este facto pode dever-se a vários aspectos: todas as frases tem como objecto o 25 de Abril (que poderá ser considerado ele próprio de esquerda por todos os participantes, independentemente da sua pertença ideológica); as próprias frases não se constituem como fortes marcadores ideológicos e a discriminação ideológica dos participantes não é muito significativa (a amostra é composta por participantes que se identificam maioritariamente com o PS e com o PSD, partidos que confinam – ou se sobrepõem? – no espectro partidário português).

<sup>29</sup> Todos os valores dos testes t de Student são bi-caudais.

Efeito PERTENÇA IDEOLÓGICA x CONSISTÊNCIA x FRASE								
(F1,66=4.69, p<.04)								
PARTICIPANTES DE ESQUERDA					PARTICIPANTES DE DIREITA			
CONSISTENTE		INCONSISTENTE		CONSISTENTE		INCONSISTENTE		
M	SD	M	SD	M	SD	M	SD	
FRASE DE ESQUERDA	0.31	0.29	0.10	0.16	0.50	0.30	0.13	0.18
FRASE DE DIREITA	0.13	0.21	0.10	0.19	0.22	0.27	0.23	0.24
t40=5.17, p<.001		t40=0.00		t28=7.32, p<.001		t28=2.56, p<.02		

QUADRO 10 – Efeito da interação entre a Pertença Ideológica dos participantes, a Consistência e a Tendência Ideológica das frases

A interação entre *Pertença Ideológica*, *Consistência das Frases* e *Tendência Ideológica das Frases* é significativa (F1,66=4.69, p<0.04). Como nos mostra no quadro 10, esta interação permite-nos considerar que os participantes de esquerda cometem mais erros inclusivos de frases consistentes de esquerda do que de frases consistentes de direita (t40=5.17, p<0.001) e os erros cometidos no reconhecimento de frases inconsistentes são idênticos (t40=0.00).

Os participantes de direita cometem também mais erros de inclusão de frases consistentes de esquerda do que de frases consistentes de direita (t28=7.32, p<0.001). No entanto, ao contrário dos participantes de esquerda, estes cometem mais erros de inclusão de frases inconsistentes de direita do que de frases inconsistentes de esquerda (t28=2.56, p<0.02)<sup>30</sup>

Mais uma vez os resultados são contraditórios. Se os participantes de esquerda

<sup>30</sup> Todos os valores dos testes t de Student são bi-caudais.



cometem mais erros de frases consistentes com a sua pertença ideológica, tal como a hipótese 4 propõe, já os participantes de direita fazem o inverso.

Mais uma vez encontramos diferenças no modo de processamento da informação entre os participantes de esquerda e direita, comportando-se os participantes de esquerda de acordo com a hipótese apresentada.

		Efeito PERTENÇA IDEOLÓGICA x ORDEM x CONSISTÊNCIA x							
		FRASE (F1,66=5.62, p<.03)							
		PARTICIPANTES DE ESQUERDA				PARTICIPANTES DE DIREITA			
		CONSISTENTE		INCONSISTENTE		CONSISTENTE		INCONSISTENTE	
		M	SD	M	SD	M	SD	M	SD
AVALIAÇÃO/ RECONHECIMENTO	FRASE DE ESQUERDA	0.42	0.32	0.12	0.18	0.53	0.23	0.18	0.22
	FRASE DE DIREITA	0.15	0.21	0.15	0.24	0.28	0.29	0.22	0.23
		t19=5.31 p<.001		t19=0.50, ns		t11=5.74 p<.001		t11=0.48, ns	
RECONHECIMENTO/ AVALIAÇÃO	FRASE DE ESQUERDA	0.21	0.20	0.09	0.14	0.47	0.35	0.09	0.14
	FRASE DE DIREITA	0.10	0.22	0.06	0.11	0.18	0.26	0.25	0.25
		t20=2.33 p=.03		t20=0.72, ns		t16=5,14 p<.001		t16=3.25 p<.01	

QUADRO 11 – Efeito da Interacção entre Pertença Ideológica, a Ordem de apresentação das tarefas, a Consistência e a Tendência Ideológica das frases

A interacção entre *Pertença Ideológica*, *Consistência das Frases*, *Tendência Ideológica das Frases* e *Ordem* é significativa ( $F_{1, 66}=5.62, p<0.03$ ). Como nos mostra o quadro 11, esta interacção permite-nos considerar que, tal como na interacção anterior, os participantes de esquerda cometem mais erros inclusivos de frases consistentes de esquerda do que de frases consistentes de direita, seja na *Ordem* de avaliação/reconhecimento ( $t_{19}=5.31, p<0.001$ ) ou na *Ordem* reconhecimento/avaliação ( $t_{20}=2.33, p=0.03$ ). Podemos no entanto afirmar que no caso da *Ordem* avaliação/reconhecimento esse efeito é mais significativo, ou seja os participantes de esquerda cometem mais erros inclusivos de frases de esquerda quando avaliam primeiro as frases. Ainda no caso destes participantes, os erros de inclusão inconsistentes não são significativamente diferentes para as frases de esquerda e de direita, nem na *Ordem* avaliação/reconhecimento ( $t_{19}=0.50, ns$ ), nem na *Ordem* reconhecimento/avaliação ( $t_{20}=0.72, ns$ ).

Os participantes de direita cometem também mais erros de inclusão de frases consistentes de esquerda do que de frases consistentes de direita, seja na *Ordem* avaliação/reconhecimento ( $t_{11}=5.74, p<0.001$ ) ou na *Ordem* reconhecimento/avaliação ( $t_{16}=5.14, p<0.001$ ). Ainda de acordo com a análise da interacção anterior, os participantes de direita, e contrariamente aos participantes de esquerda, cometem mais erros de inclusão de frases inconsistentes de direita do que de frases inconsistentes de esquerda, mas essa diferença só é significativa na *Ordem* reconhecimento/avaliação ( $t_{16}=3.25, p<0.01$ ), dado que no caso da *Ordem* avaliação/reconhecimento essa diferença não é significativa ( $t_{11}=0.48, ns$ )<sup>31</sup>. Estes resultados estão graficamente representados nas figuras 4.1 e 4.2.

---

<sup>31</sup> Também neste caso, todos os valores dos testes t de Student são bi-caudais.

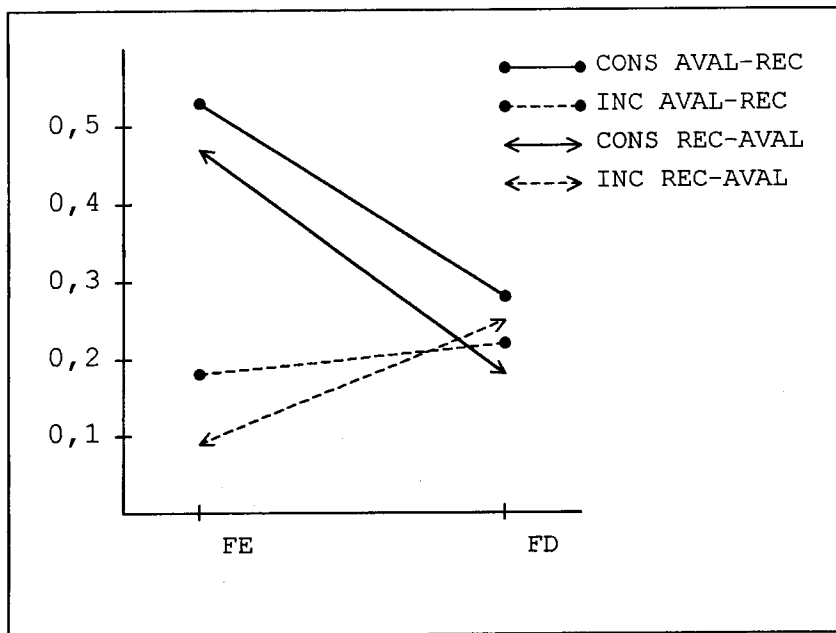


FIGURA 4.1. – Gráfico representativo do padrão de respostas dos participantes de direita em função da Consistência (Consistente - Cons. ou Inconsistente - Inc.) e da Ordem (Aval/Rec. ou Rec./Aval.)

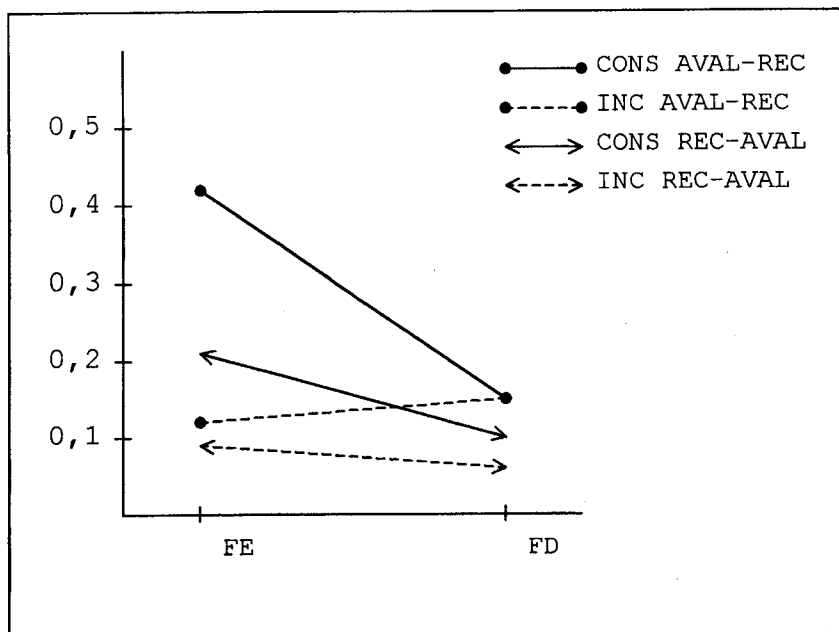


FIGURA 4.2. – Gráfico representativo do padrão de respostas dos participantes de esquerda em função da Consistência (Consistente - Cons. ou Inconsistente - Inc.) e da Ordem (Aval/Rec. ou Rec./Aval.)

Da análise dos resultados podemos confirmar a hipótese 5, isto é, os participantes quando avaliam em primeiro lugar as frases cometem mais *distorções* na tarefa de reconhecimento.

Neste caso, os resultados dos dois grupos confirmam a hipótese 5, mas mesmo assim os participantes de direita apresentam um padrão específico (cf. declive de recta elevado no caso da ordem de reconhecimento/avaliação em função da consistência).

**6.2.7. Relação entre a Pertença Ideológica, Avaliação e Distorções.** Tendo em conta o nosso modelo causal, e dado que nas análises anteriores estabelecemos relações significativas entre as três variáveis consideradas, procurámos, através de um *path analysis*, tal como é defendido por Bryman e Cramer (1992, p. 310), «analisar o padrão de relações entre três ou mais variáveis, mas nunca se pode confirmar ou rejeitar a hipotética relação causal».

O *path diagram* apresentado em seguida (figura 5) põe em evidência as relações de causa efeito que são consideradas prováveis entre as nossas variáveis.

Os termos correspondentes ao erro ( $e_n$ ) são calculados através da expressão

$e = \sqrt{1 - R^2}$ , na qual o valor de  $R^2$  representa o «coeficiente de determinação múltipla

para o efeito colectivo de todas as variáveis independentes» (Bryman e Cramer, 1990, p. 301)

As *equações de estrutura* que nos permitem obter os *coeficientes path* ( $p_n$ ) do *path diagram* apresentado são as seguintes:

Na Ordem avaliação/reconhecimento (1)

$$1) \text{Avaliação} = x_1 \text{ Pert. Ideológica} + e_1$$

$$2) \text{Distorções} = x_1 \text{ Pert. Ideológica} + x_2 \text{ Avaliação} + e_2$$

Na Ordem reconhecimento/avaliação (2)

$$3) \text{Distorções} = x_1 \text{ Pert. Ideológica} + e_1$$

$$4) \text{Avaliação} = x_1 \text{ Pert. Ideológica} + x_2 \text{ Distorções} + e_2$$

Da análise dos resultados da *path analysis* resulta que, no caso da ordem 1, das 20 frases consideradas na tarefa de avaliação, apenas 3 apresentam efeitos significativos em pelo menos um dos *coeficientes path*: são elas a frase 3 (pertencente ao texto de esquerda) e as frase 5 e 19 (pertencentes ao texto de direita). Verifica-se, assim, que nesta condição apenas as *distorções* que dizem respeito a trocas inter-textos ou erros de exclusão podem ser analisadas com recurso ao modelo proposto.

Quanto aos valores dos coeficientes de erro para todas as frases analisadas, estes são muito elevados, tanto para as *distorções* como para a *avaliação* (todos  $e > 0.82$ ).

Como podemos verificar na figura 5.1, a *Pertença Ideológica* tem um significativo efeito directo positivo elevado nas *distorções* (0.53), mas tem efeito indirecto reduzido sobre essa variável (-0.01). Do mesmo modo o efeito da *avaliação* sobre as *distorções* é reduzido (0.13).

Neste caso, e como nos mostra a figura 5.2, os efeitos da *Pertença Ideológica* nas *distorções* são reduzidos (0.26 para o efeito directo e -0.08 para o efeito indirecto). Para além disso, os efeitos não são consistentes entre si já que enquanto o primeiro é positivo, o segundo é negativo. O efeito da *avaliação* sobre as *distorções* é também reduzido (0.24). O efeito da *Pertença Ideológica* sobre a *avaliação* é significativo (-0.35).

Neste caso, da análise da figura 5.3, ressalta que o efeito da *avaliação* (-0.48) nas *distorções* é superior ao efeito da *Pertença Ideológica* (o efeito directo é 0.21 e o indirecto é 0.08, sendo o segundo efeito reduzido), sendo significativo.

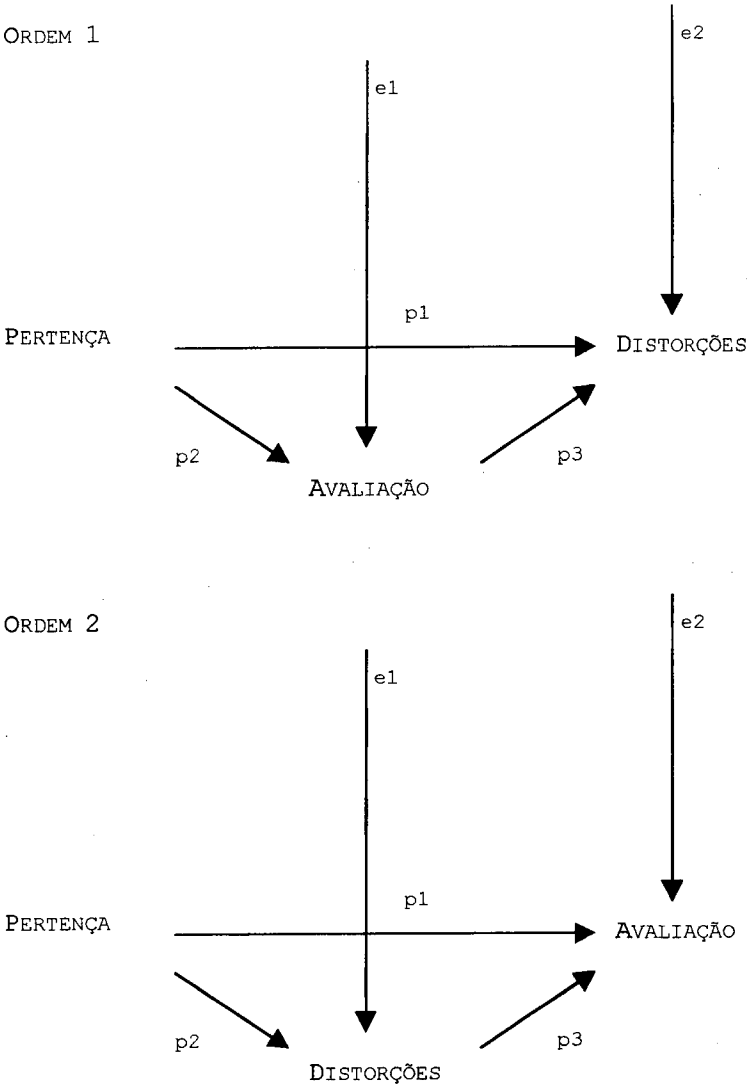


FIGURA 5 - Path diagrams correspondentes às relações entre as variáveis na situação avaliação/reconhecimento das frases (ordem 1) e na situação reconhecimento/avaliação das frases (ordem 2).

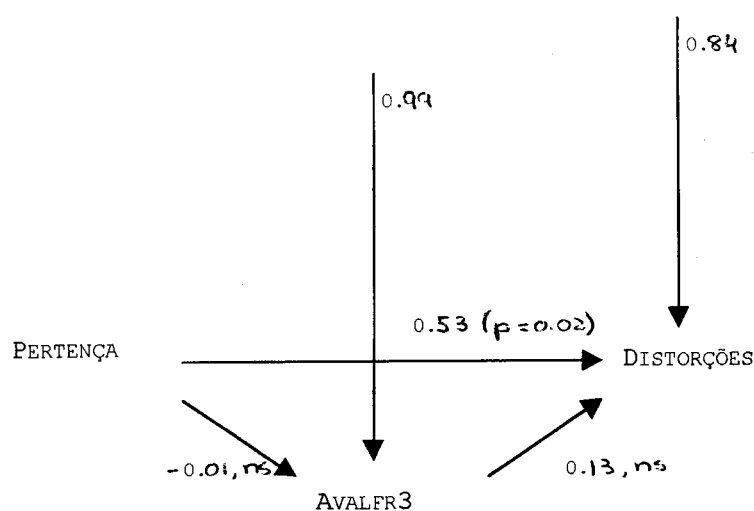


FIGURA 5.1. – *Path diagram* para o efeito da Pertença Ideológica e da avaliação da frase 3 (frase do texto 1) no reconhecimento dessa frase.

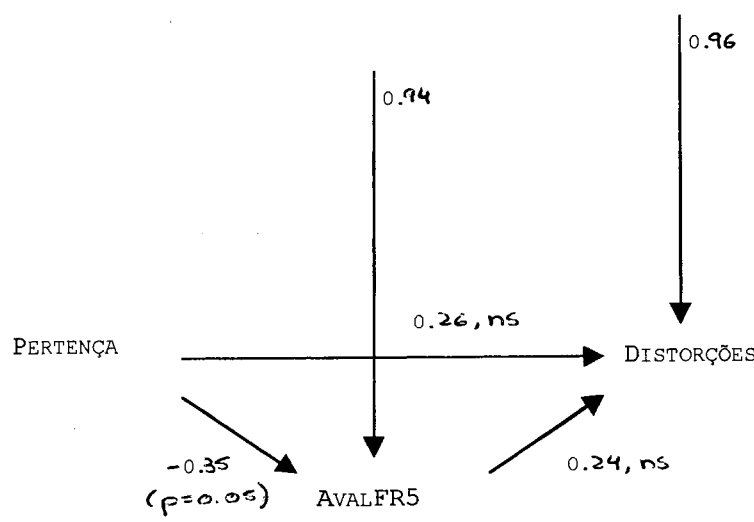


FIGURA 5.2. – *Path diagram* para o efeito da Pertença Ideológica e da avaliação da frase 5 (frase do texto 2) no reconhecimento dessa frase.

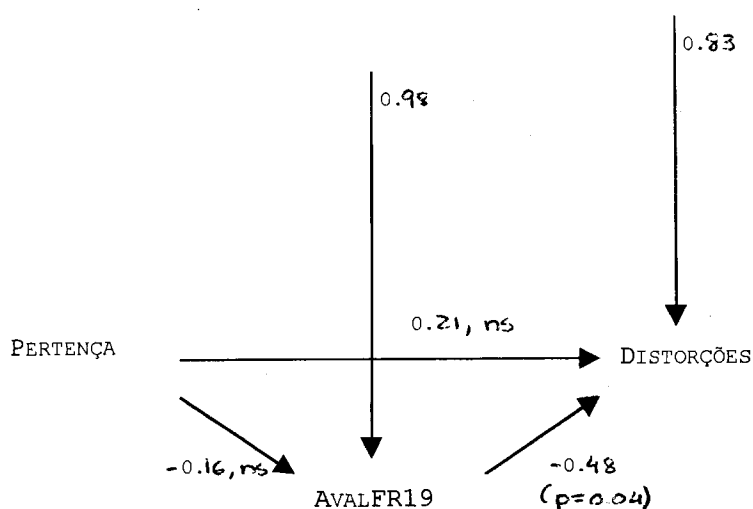


FIGURA 5.3. – *Path diagram* para o efeito da Pertença Ideológica e da avaliação da frase 19 (frase do texto 2) no reconhecimento dessa frase.

No caso da ordem 2, das 20 frases analisadas na tarefa de reconhecimento, 8 dessas frase apresentam efeitos significativos em pelo menos um dos *coeficientes path*: as frases 3 e 7 (texto 1), as frases 4, 6 e 12 (frases de direita) e as frases 16, 18 e 20 (frases de esquerda).

Neste caso as *distorções* que são analisadas podem ser de diferentes tipos: exclusivas e de troca inter-textos no caso das frase 3 e 7 e inclusivas no caso das restantes frases.

Os valores dos coeficientes de erro para todas as frases analisadas são muito elevados, tanto para as *distorções* como para a avaliação (todos  $e > 0.85$ ).

Como podemos ver na figura 5.4, o efeito das *distorções* na *avaliação* (-0.50) é superior ao efeito da *Pertença Ideológica* (o efeito directo é 0.07 e o indirecto 0.00), sendo o primeiro elevado e significativo o segundo muito reduzido.

Ao analisarmos as figuras 5.6 e 5.10 verificamos que o efeito das *distorções* na *avaliação* é superior ao efeito da *Pertença Ideológica*, tendo, no entanto, ambas as variáveis efeitos reduzidos [na frase 6 o valor das *distorções* é 0.34 e o da *Pertença Ideológica* é de 0.15 (efeito directo) e -0.09 (efeito indirecto); na frase 18 o valor das *distorções* é 0.16 e o da *Pertença Ideológica* é de 0.10 (efeito directo) e de -0.07 (efeito indirecto)]. Nas duas situações consideradas os efeitos da *Pertença Ideológica* são inconsistentes entre si: apresentam valores positivos no caso do efeito directo e valores



negativos no caso do efeito indirecto.

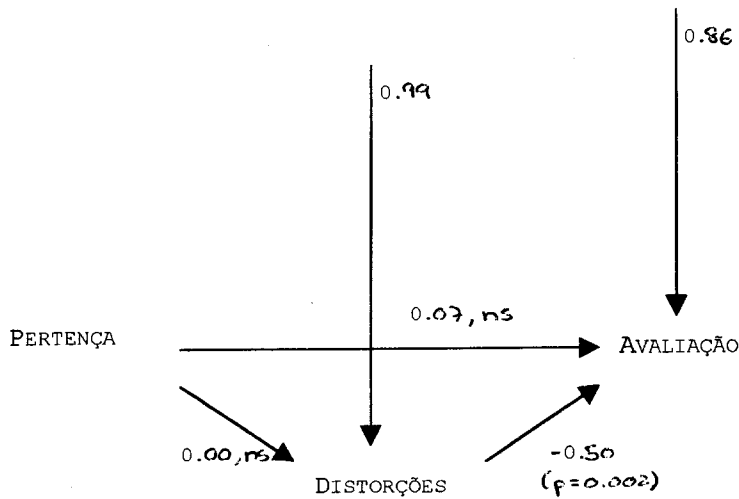


FIGURA 5.4. – *Path diagram* para o efeito da Pertença Ideológica e do erro 3 (frase do texto 1) na avaliação da frase.

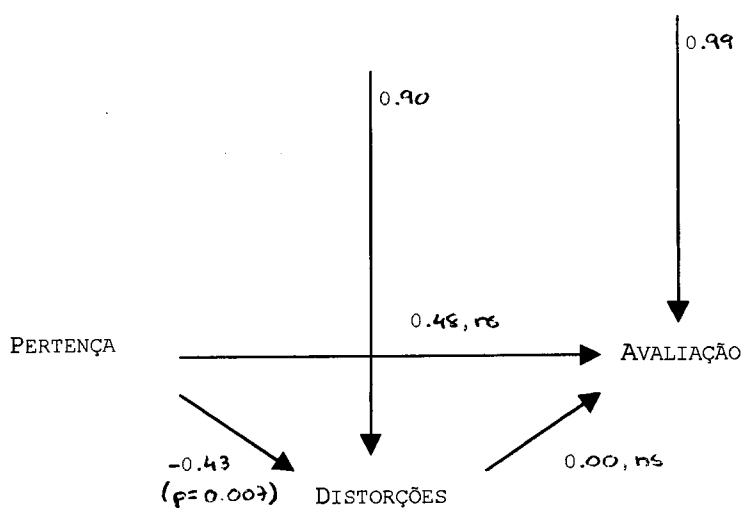


FIGURA 5.5. – *Path diagram* para o efeito da Pertença Ideológica e do erro 4 (frase de direita) na avaliação da frase.

Da análise das figuras 5.5, 5.7, 5.8, 5.9 e 5.11, ressaltam algumas regularidades: os efeitos das variáveis *Pertença Ideológica* e *distorções* são geralmente

reduzidos (todos<0.48), o efeito directo da *Pertença Ideológica* é normalmente inconsistente com o efeito indirecto (efeito directo positivo nas frases 4, 7, 16 e 20 (0.48, 0.37, 0.32 e 0.35, respectivamente) e efeito indirecto negativo nas frases 7 e 16 (-0.04 nos dois casos)] e os valores dos efeitos directos da *Pertença Ideológica* são superiores ao das *distorções*. Por outro lado os efeitos significativos variam em função das relações propostas.

Face aos resultados obtidos, não foi possível confirmar o modelo proposto (que estabelece uma causalidade para as relações entre as variáveis consideradas) dado que os coeficientes de erro são muito elevados, os *coeficientes path* geralmente muito reduzidos e confinados a poucas situações.

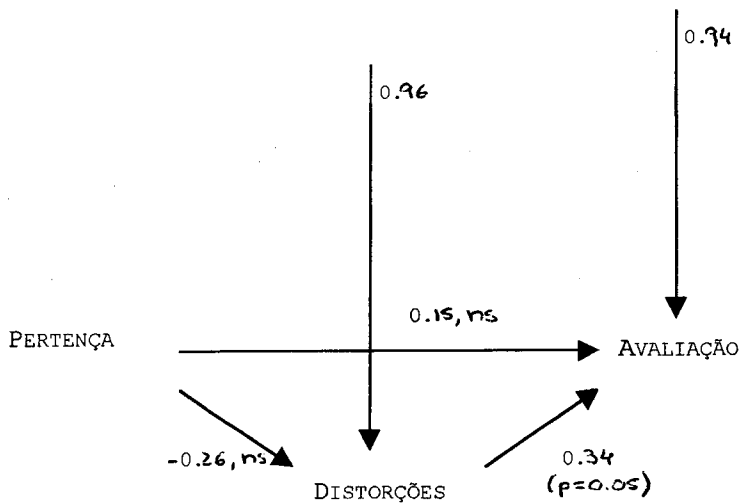


FIGURA 5.6. – *Path diagram* para o efeito da *Pertença Ideológica* e do erro 6 (frase de direita) na avaliação da frase.

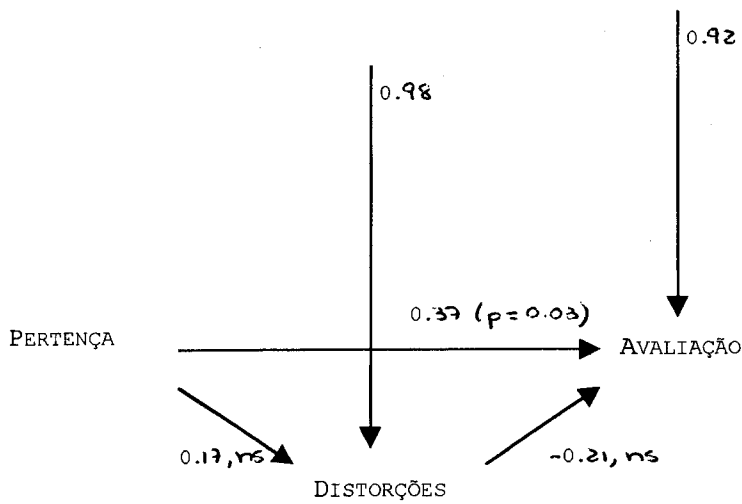


FIGURA 5.7. – *Path diagram* para o efeito da *Pertença Ideológica* e do erro 7 (frase do texto 1) na avaliação da frase.

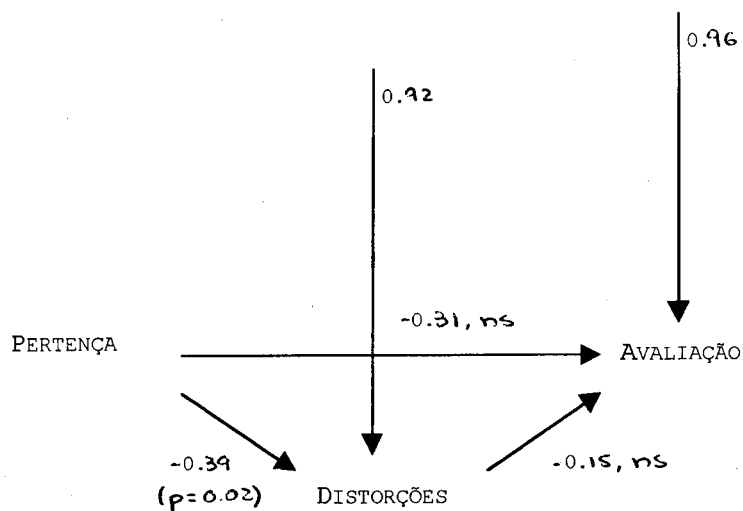


FIGURA 5.8. – *Path diagram* para o efeito da Pertença Ideológica e do erro 12 (frase de direita) na avaliação da frase.

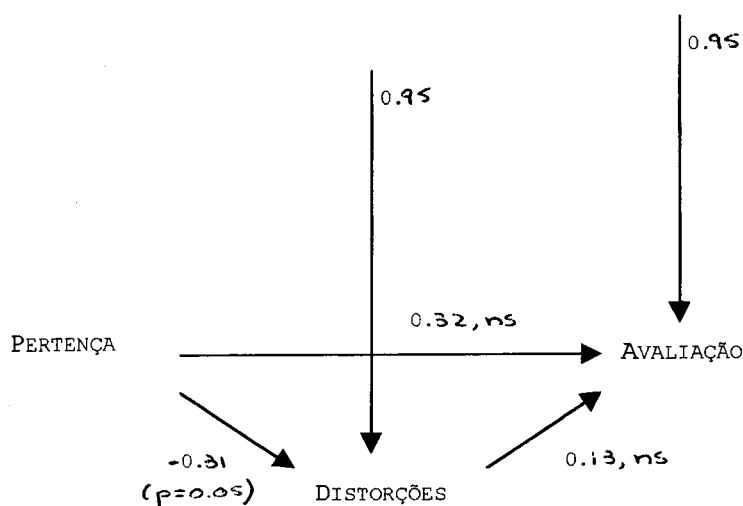


FIGURA 5.9. – *Path diagram* para o efeito da Pertença Ideológica e do erro 16 (frase de esquerda) na avaliação da frase.

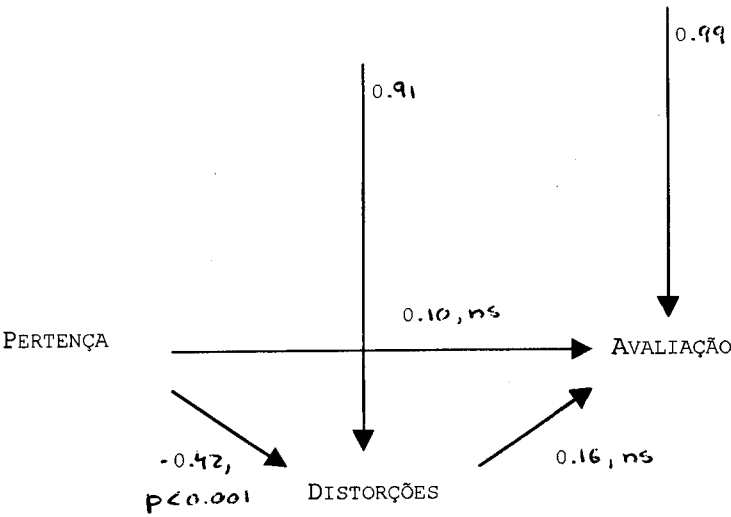


FIGURA 5.10. – *Path diagram* para o efeito da Pertença Ideológica e do erro 18 (frase de esquerda) na avaliação da frase

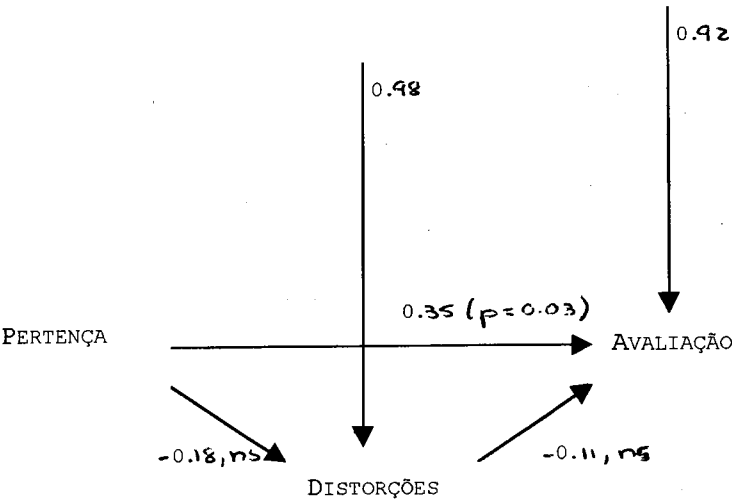


FIGURA 5.11. – *Path diagram* para o efeito da Pertença Ideológica e do erro 20 (frase de esquerda) na avaliação da frase.

## 7. Discussão geral e conclusões do estudo empírico

Pese embora este estudo tenha as limitações dum trabalho exploratório, gostaríamos de salientar alguns aspectos.

No nosso estudo 1, pretendíamos analisar as hipóteses 1 e 2, relacionadas com a existência de esquemas políticos que permitam um processamento de informação política e com as características da dimensão política, expressas nas representações de esquerda e direita.

Os nossos resultados confirmam a hipótese 1 - a existência de esquemas políticos, na medida em que os participantes fazem atribuições da pertença dos autores a diferentes partidos políticos de forma significativamente diferente. Deste modo, face a estímulos sociais, os indivíduos activam os seus esquemas políticos e constroem activamente a realidade. No entanto a forma confusa como os textos 2 e 3 foram categorizados levanta questões relativas quer à capacidade discriminativa do estímulo, quer à força dos esquemas políticos dos participantes.

Verificámos que a dimensão política de esquerda e direita está etiquetada de forma diversa ao nível da memória semântica dos participantes. Quando estes representam as categorias de esquerda e de direita, verifica-se que, para os 3 grupos identificados («esquerda dos ideais», «esquerda da acção e luta política» e «centro ou centro-direita»), a distinção inter-categorial está presente em todos, com diferenças assinaláveis intra-categorias.

Deste modo, a nossa hipótese 2 - a existência de esquemas políticos distintos para a dimensão política direita e esquerda, cujos atributos seriam também distintos, foi verificada.

Desenhou-se, assim, a tendência para a existência de duas categorias políticas distintas –direita/esquerda – que permitem aos sujeitos avaliar a mesma informação política de forma diferente, sendo, no entanto, de sublinhar o facto de a categoria «direita» se apresentar de forma mais difusa ao nível da sua caracterização (atribuição de atributos/traços) do que a categoria «esquerda» (apresentação de subdivisões na sua estrutura semântica).

Analisemos agora os resultados do nosso estudo 2. Pretendíamos testar as hipóteses 3, 4 e 5, que representam relações entre a identidade política (pertença ideológica) e processamento de informação (avaliação e reconhecimento).

Encontrámos efeitos significativos da *Pertença Ideológica* dos participantes quer na forma como estes avaliam a informação política, que no reconhecimento dessa mesma informação, bem como encontrámos um efeito significativo da interacção entre esta variável *Pertença Ideológica* e a *Ordem de apresentação das tarefas*. Por outro lado, os resultados são contraditórios: alguns vão no sentido de confirmar as nossas hipóteses e outros não nos permitem confirmá-las.

De um modo geral, verificámos que os participantes de esquerda executam esta tarefa mais no sentido das hipóteses apresentadas do que os participantes de direita. Este facto por si próprio já é interessante, pois nós não prevíamos diferenças significativas entre os dois grupos de participantes no próprio processamento da informação.

Uma explicação possível prende-se com a força e complexidade dos esquemas políticos. É provável que existam diferenças quanto à pertinência e complexidade dos esquemas políticos em função da pertença ideológica.

Aliás, o estudo de Cabral (1995) assim o sugere, quando refere a maior participação e envolvimento dos jovens de esquerda na política. Deste modo, podemos sugerir que, de acordo com os participantes de esquerda utilizaram uma estratégia cognitiva mais centrada em estereótipos, processando a informação numa base mais ideológica (mantendo a identidade social positiva. cf. Abrams, 1994; Kelly, 1993) e serão mais experientes (no sentido proposto por Fiske e Kinder, 1981) no processamento da informação política do que os participantes de direita. Isto permite uma visão mais integrativa dos resultados, dado que no estudo 1, o campo semântico da esquerda aparece mais dividido (maior diferenciação ideológica?) e no estudo 2 são os participantes de esquerda que se comportam de acordo com as hipóteses apresentadas.

Assim, no estudo 2, apenas a hipótese 5 foi inequivocamente confirmada, dado que no caso da hipótese 3 existem resultados contraditórios (os participantes de direita avaliam mais positivamente o texto de esquerda, contrário à sua pertença ideológica) e no caso da hipótese 4 também (os participantes de direita cometem erros significativos no caso das frases inconsistentes).

Se atentarmos mais uma vez nos resultados relativos à avaliação do 25 de Abril, verificamos que os participantes de direita têm uma visão menos clara do papel desempenhado pelos diferentes partidos no 25 de Abril e tem uma baixa participação nas comemorações do evento. De certo modo estes resultados poderão sugerir uma menor relevância do assunto para os participantes de direita que se revelaria também numa maior dispersão e inconsistência das suas respostas na tarefa de avaliação e

reconhecimento.

Uma das hipóteses explicativas dos resultados poderá ser o facto do próprio evento escolhido ser conotado mais com a esquerda (representações sociais dominantes?), o que pode ser esclarecido através doutros estudos em que se tenha em linha de conta outros critérios para a definição da amostra (militantes partidários, estudos transgeracionais, por exemplo).

Por outro lado, a existência de muitos participantes que se mostraram apartidários levou a uma diminuição do número de participantes no tratamento dos resultados, o que pode ter tido efeito no carácter pouco discriminativo desses mesmos resultados.

Os resultados do estudo 1, permitem afirmar que os textos escolhidos são os melhores mas podem não ser suficientemente discriminativos. Os factores motivacionais, contextuais e a própria natureza da tarefa podem ter influenciado os resultados, pelo que as hipóteses do nosso estudo 2 não foram confirmadas de forma inequívoca, como esperado.

## Conclusão

Este trabalho procurou, em linhas gerais, apresentar os quadros conceptuais de referência ao nível da Cognição Social e das Teorias da Identidade Social e da Auto-Categorização, com o objectivo de analisar o modo como a identidade política e o processamento de informação política se inter cruzam.

A perspectiva socio-cognitiva, na qual inserimos a nossa investigação, enfatiza a relação entre o processo de construção do mundo social pelo indivíduo e o processo de construção da sua própria identidade, colocando a tónica nos aspectos motivacionais que determinam o processamento da informação social.

Deste modo, esta perspectiva, permite que na análise do processamento da informação social e dos mecanismos inerentes se tenha em linha de conta não só os aspectos cognitivos, mas também o contexto histórico e social.

Sendo a dimensão política tão dependente das estruturas sociais e dos mecanismos macrossociais, torna-se impossível analisar o processamento da informação política sem considerar os aspectos contextuais e as representações que se constroem sobre os fenómenos políticos.

Assumimos, assim, que os eventos político-sociais que pelas suas características se constituem em objectos da memória social contribuem de forma decisiva para a definição de uma identidade colectiva e, em consequência, constituem-se em um excelente ponto de interface entre o individual e o social, o singular e o colectivo.

As alterações no quadro das relações sociais entre os grupos políticos, permite a construção dinâmica dos esquemas políticos, que servem de grelha interpretativa para a informação política que vai surgindo, mas também para a reorganização da memória política dos indivíduos.

É neste quadro conceptual de referência que inserimos a problemática do nosso estudo, visando analisar em que medida a identidade social do sujeito (na sua dimensão política) se articula com os mecanismos de processamento de informação, nomeadamente ao nível da organização e armazenamento dessa informação no sistema de memória, bem como tem relevância para a produção de juízos sobre informação política experimentalmente disponibilizada.

O nosso estudo, utilizando a pertença ideológica como forma de identificação



da identidade política, analisa a forma como é feita a avaliação e o reconhecimento de informação sobre o 25 de Abril.

O 25 de Abril, pelo seu carácter transformacional da realidade portuguesa, constitui-se como um excelente exemplo de um evento político maior, desencadeador de transformações sociais e identitárias que pertencendo à memória social portuguesa, lhe configura uma identidade nacional à qual se apõem clivagens ideológicas visíveis não só entre os que com ele se identificam ou não, mas também nas várias modalidades de identificação/desidentificação. assim, o 25 de Abril constitui-se como um evento político inscrito na memória social e por isso sobre o qual se constróem discursos e representações diversas, em função dos grupos políticos e sociais que existem na sociedade portuguesa.

Da análise dos resultados já apresentados, julgamos, em síntese, ter-se confirmado a operacionalidade e centralidade dos conceitos de esquema, estereótipos, processamento da informação e sistema de memória para o estudo da relação do indivíduo com o meio (físico ou social), como enunciáramos no capítulo 1 (Fiske e Taylor, 1991; Markus e Zajonc, 1985; Paez, Ínsua, 1994; Fidler, 1996).

Similarmente, se destaca a adequabilidade de se pensar a inter-relação entre os processos de construção da identidade pessoal e do mundo social, com o enviesamento resultante da simplificação e organização da informação social pelo sujeito deixando de ser considerado «desvio» mas antes se afigurando como necessário por forma a dar uma significação ao mundo que estabeleça uma identidade positiva para o indivíduo e para os grupos sociais dos quais participa, como destacáramos no capítulo 2. (Tajfel, 1981; Turner *et al*, 1987; Abrams e Hogg, 1990, Hogg e Abrams, 1988)

Também o conceito de categorização social - que se reclama herdeiro das duas perspectivas referidas e que foram objecto de reflexão nos capítulos iniciais deste trabalho - permite elaborar a síntese integrativa entre ambas, pela sua definição operatória mais ligada a aspectos estruturais no caso da Cognição Social ou a aspectos mais dinâmicos no caso da Teoria da Identidade Social.

Constatámos ainda que a dimensão política como matriz identitária é afectada (e afecta) pela vida social de uma forma visível, pelo que o processamento de informação política não pode ser só abordado numa perspectiva cognitiva (Abrams, 1994; Forgas, et al, 1995).

Procurámos mostrar que, o conceito de ideologia (tal como é conceptualizado por Hogg e Abrams, 1988) tem marcada relevância na análise da dimensão política na

situação portuguesa (Cabral, 1995; Heimer, Vala e Viegas, 1990) dado que a relação entre a ideologia e o sistema partidário nacional, pese embora as alterações sofridas desde a instauração do regime democrático, (Aguilar, 1994; Lobo, 1996) está bem presente tanto nos discursos políticos institucionais como nas referências identitárias de que se reclamam os cidadãos.

Assim, se revelou a utilidade operatória da pertença ideológica como organizadora da dimensão política dos sujeitos, crucial para a compreensão do modo como os indivíduos - e concretamente os portugueses - organizam e dão sentido à informação política, seja esta de cariz marcadamente partidário ou não como é o caso do 25 de Abril.

A apresentação e discussão dos resultados dos estudos experimentais realizados foram já efectuadas no capítulo 4. No entanto, queremos aqui destacar que, na sua justa medida, as hipóteses que punham em relevo a existência e pertinência de esquemas políticos no tratamento de informação foram confirmadas, enquanto as hipóteses que diziam respeito ao modo como o processamento da informação se realiza ou foram marginalmente confirmadas ou os resultados mostraram-se inconclusivos.

Assim, uma hipótese interpretativa deste resultado reside na provável existência de diferenças entre a força e complexidade do esquema político para os dois grupos considerados: enquanto os participantes de esquerda teriam um maior envolvimento político e consequentemente essa dimensão da identidade social seria mais relevante para a sua definição (Kelly, 1989) os participantes de direita não. Uma outra conclusão evidenciada por estes resultados é a de que os nossos participantes de esquerda se mostram mais experientes - na dupla acepção qualitativa e quantitativa do termo - no processamento da informação política do que os participantes de direita.

Se este facto é devido a diferenças na relevância da dimensão política para a construção da identidade social dos participantes ou se advém da apropriação do 25 de Abril como um fenómeno ideologicamente situado à esquerda (e portanto mais definidor da sua identidade) ou ainda se resulta da pouca pertinência para os participantes de direita deste evento político, são questões que poderão ser respondidas numa investigação mais aprofundada e que se socorra, necessariamente, de uma amostra mais representativa (como, a título de exemplo, militantes das juventudes partidárias ou grupos transgeracionais) e que permita considerar outros dados importantes, tais como o envolvimento na actividade política, a dimensão afectivo-vivencial, uma pertença grupal mais marcada.

Os aspectos associados quer aos estímulos utilizados (textos), quer ao contexto do estudo (situação formal de inquérito) não podem deixar de merecer da nossa parte uma reflexão crítica. Também o carácter ambíguo (e consensual) da informação fornecida sobre o 25 de Abril pode ter constituído mais uma dificuldade na definição de uma posição inequívoca face a essa informação. Ainda, o facto de não se ter optado pela definição de um contexto que remetesse obrigatoriamente para uma situação intergrupar (como pela explícita identificação dos textos em função da sua categoria ideológica de pertença) deixou por esclarecer qual o papel dos mecanismos de comparação social na avaliação e tratamento da informação sobre o 25 de Abril.

Mesmo se não existindo neste trabalho nenhuma outra contribuição para o estudo do tratamento da informação política como função da pertença ideológica, remanesceria a de nos ter colocado muitas questões para as quais se poderão encontrar respostas em posteriores investigações sobre a matéria.

Assim, das interrogações e reflexões que nos suscitou este trabalho, concluiremos com as palavras de Deonchy (1984, p. 425), «it is said that words are rarely innocent; concepts are never innocent. It is the task of the researcher to present in a axiomatic form, with the help of his own procedures and in light of his objectives, the concepts and the models through which a social systems attempts to analyse its own functioning for purposes of its self-legitimation; if the researcher's independent work is not done, we risk constructing a form of knowledge which would itself become an inherent part of the socio-cognitive ideological field that is presumed to be the object of our exploration».

## BIBLIOGRAFIA

- Abelson, R. P. et al. (1982). Affective and semantic components in political person perception. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42, 619-630.
- Abrams, D. (1994). Political distinctiveness: an identity optimising approach. *European Journal of Social Psychology*, 24, 357-365.
- Abrams, D. & Emler, N. (1992). Self-denial as a paradox of political and regional social identity: findings from a study of 16- and 18-year-olds. *European Journal of Social Psychology*, 22, 279-295.
- Abrams, D. & Hogg (1988). Comments on the motivational status of self-esteem in social identity and intergroup discussion. *European Journal of Social Psychology*, 18, 317-334.
- Abrams, D. & Hogg, M. A. (1990a). *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances*. New York: Harvester Wheatsheaf.
- Abrams, D. & Hogg, M. A. (1990b). Social identification, self-categorization and social influence. *European Review of Social Psychology*, 1, 195-228.
- Aguiar, J. (1990a). As funções dos partidos nas sociedades modernas. *Análise Social*, 25, 287-331.
- Aguiar, J. (1990b). Sociedade fragmentada e clivagens políticas. *Análise Social*, 25, 545-587.
- Aguiar, J. (1994). Partidos, eleições, dinâmica política (1975-1991). *Análise Social*, 29, 171-236.
- Allport, G. H. (1924). *Social Psychology*. Boston: Houghton Mifflin.
- Allport, G. H. (1985). The historical background of social psychology. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.). *The Handbook of Social Psychology* (pp. 1-46). New York: Random House.
- Almiro, R.; Sousa, E. & Marques, J.M. (1986). A representação social de "justiça" em Portugal. Uma análise psico-social da percepção do aparelho judiciário. *Análise Psicológica*, 4, 377-460.
- Alwin, D. F.; Cohen, R. L. & Newcomb, T. M. (1991). *Political Attitudes over the Life Span*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- Amâncio, L. (1993). Identidade social e relações intergrupais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.) (1993). *Psicologia Social* (pp. 287-308). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Aronson, E.; Brewer, M. & Carlsmith, J. M. (1985). Experimentation in social psychology. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.). *The Handbook of Social Psychology* (pp. 441-486). New York: Random House.
- Asch, S. E. (1946). Forming impressions of personality. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 41, 258-290.
- Ashmore, R. D. & Del Boca, F. K. (1981). Conceptual approaches to stereotypes and stereotyping. In D. L. Hamilton (Ed.). *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior* (pp. 1-35). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers.
- Baron, R. M & Kenny, D. A. (1986). The moderator-mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic, and statistical considerations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 1173-1182.

- Bar-Tal, D., Raviv, A. & Freund, T. (1994). An anatomy of political beliefs: a study of their centrality, confidence, contents, and epistemic authority. *Journal of Applied Social Psychology*, 24, 849-872.
- Beike, D. R. & Sherman, S. J. (1994). Social inference: Inductions, deductions, and analogies. In R. S. Wyer & T. K. Srull (Eds.). *Handbook of Social Cognition* (pp. 209-285). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers.
- Billig, M. & Tajfel, H. (1973). Social categorization and similarity in intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 3, 27-52.
- Billig, M. (1984). Political ideology: social psychological aspects. In H. Tajfel (Ed.). *The Social Dimension*. Vol. 2 (pp. 446-470). Cambridge: Cambridge University Press; Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Blalock, H. M. (1984). Contextual-effects models: Theoretical and methodological issues. *Annual Review of Psychology*, 10, 353-372.
- Bless, H. & Schwarz, N. (1998). Context effects in political judgement: assimilation and contrast as a function of categorization processes. *European Journal of Social Psychology*, 28, 159-172.
- Bodenhausen, G. V. & Lichenstein, M. (1987). Social stereotypes and information-processing strategies: The impact of task complexity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 871-880.
- Braithwaite, V.; Makkai, T. & Pittelkow, Y. (1996). Inglehart's materialism-postmaterialism concept: Clarifying the dimensionality debate through Rokeach's model of social values. *Journal of Applied Social Psychology*, 26, 1536-1555.
- Braña, T.; Arce, C. & Sabucedo, J. M. (1990). Evaluación de estímulos significativos del sistema político y participación electoral. In Balaguer, I. (Ed.). *Psicología Política y Procesos Jurídicos* (pp. 65-69). Barcelona: P.P.U..
- Brewer, M. B. & Kramer, R. M. (1985). The psychology of intergroup attitudes and behavior. *Annual Review of Psychology*, 36, 2189-243.
- Brewer, W. F. & Nakamura, G. V. (1984). The nature and functions of Schemas. In R. S. Wyer & T. K. Srull (Eds.). *Handbook of Social Cognition* (pp. 119-160) Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers.
- Bruner, J. S. & Goodman, C.C. (1947). Value and need as organizing factors in perception. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 42, 33-44.
- Bruner, J. S. (1957). On perceptual readiness. *Psychological Review*, 64, 123-152.
- Bryman, A. & Cramer, D. (1990). *Análise de Dados em Ciências Sociais*. Oeiras: Celta Editora.
- Bynner, J. & Ashford, S. (1994). Politics and participation: some antecedents of young people's attitudes to the political system and political activity. *European Journal of Social Psychology*, 24, 223-236.
- Cabral, M. V. (1995). Grupos de simpatia partidária em Portugal: perfil sociogeográfico e atitudes sociais. *Análise Social*, 30, 175-205.
- Caetano, A. (1993). Formação de impressões. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.) (1993). *Psicologia Social*. (pp. 89-112). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Cano, I., Hopkins, N. & Islam, M. R. (1991). Memory for stereotype-related material – a replication study with real-life social groups. *European Journal of Social Psychology*, 21, 349-357.
- Chevalier, J. (entretien avec) (1998). In J.-C. Ruano-Borbalan (Ed.). *L'Identité. L'Individu, le Groupe, la Société*. (pp. 307-311). Auxerre: Sciences Humaines Éditions.
- Clark, M. S. et al. (1994). Some cognitive structures and processes relevant to relationship functioning. In R. S. Wyer & T. K. Srull (Eds.). *Handbook of Social Cognition* (pp. 189-238). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers.
- Clark, N. K. & Stephenson, G. M. (1995). Social remembering: individual and collaborative memory for social information. *European Review of Social Psychology*, 6, 127-160.
- Connerton, P. (1993). *Como as Sociedades Recordam*. Oeiras: Celta Editora.
- Cruz, M B. da (1990). A participação política da juventude em Portugal - as *élites* políticas juvenis. *Análise Social*, 25, 223-249.
- Cunha, C. (1996). Quanto mais as coisas mudam ... Os 75 anos do Partido Comunista Português. *Análise Social*, 31, 1021-1032.
- Dawes, R. M. & Smith, T. L. (1985). Attitude and opinion measurement In G. Lindzey & E. Aronson (Eds). *Handbook of Social Psychology* (pp. 509-565). New. York: Random House.
- Deconchy, J.-P. (1984). Rationality and social control in orthodox systems. In H. Tajfel (Ed.). *The Social Dimension*. Vol. 2 (pp. 425-445). Cambridge: Cambridge University Press; Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Deconchy, J.-P. (1987). Controle social et rationalité dans les systèmes «orthodoxes». *Psicologia*, 5, 207-215.
- Deconchy, J.-P. (1993). Croyances et logique de la nécessité. *Connexions*, 61, 27-42.
- Deschamps, J. C. (1984). The Social Psychology of intergroup relations and categorial differentiation. In H. Tajfel (Ed.). *The Social Dimension* (pp. 541-559). Cambridge: Cambridge University Press; Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Devine, P. G.; Hamilton, D. L. & Ostrom, T. M. (1994). *Social Cognition: Impact on Social Psychology*. San Diego: Acamemic Press. *sair fica nos parciais*
- Dijksterhuis, A. & Van Knippenber, A. (1995). Memory for stereotype-consistent and stereotype-inconsistent information as a function of processing pace. *European Journal of Social Psychology*, 25, 689-693.
- Doise, W. (1982). *L' Explication en Psychologie Sociale*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Doise, W. (1988). Individual and social identities in intergroup relations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 99-111.
- Doise, W.; Deschamps & Mugny, G. (1985). *Psicología Social Experimental. Autonomia, Diferenciación e Integración*. (2ª Ed.). Barcelona: Editorial Hispano Europea.
- Dreben, E. K.; Fiske, S. T. & Hastie, R. (1979). The independence of evaluative and item information: Impression and recall order effects in behavior-based impression formation. In E. Aronson & A. R. Pratkanis (Eds.) (1993). *Social Psychology*. Vol. 1 (pp. 140-150). New York: New York University Press.

- Echabe, E. & Castro, J. L. G. (1998). Social memory: macropsychological aspects In Uwe Flick (Ed.) *The Psychology of the Social*. Cambridge: Cambridge University Press
- Edward, E. & Douglas, M. (1981). *Categories and Concepts*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Emler, N.; Renwick, S. & Malone, B. (1983). The relationship between moral reasoning and political orientation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45, 109-119.
- Evans, G. (1993). Class, powerlessness and political polarization. *European Journal of Social Psychology*, 23, 495-511.
- Farr, R. M. (1991). The long past and the short history of social psychology. *European Journal of Social Psychology*, 21, 371-380.
- Fentress, J. & Wickham, C. (1994). *Memória Social*. Lisboa: Teorema.
- Fernandes, A. T. (1988). *Os Fenómenos Políticos. Sociologia do Poder*. Porto: Edições Afrontamento.
- Festinger, L. (1954). A theory of social comparison processes. *Human Relations*, 7, 117-140.
- Fiedler, K. (1996). Processing social information for judgements and decisions. In Hewston, M.; Stroebe, W. & Stephenson, G. (Eds.). *Introduction to Social Psychology. A European Perspective* (2<sup>a</sup> Ed.) (pp. 135-167). Cambridge Massachusetts: Blackwell Publishers Inc..
- Fishkin, J.; Keniston, K. & MacKinnon, C. (1973). Moral reasoning and political ideology. *Journal of Personality and Social Psychology*, 27, 109-119.
- Fiske, S. T. & Kinder, D. R. (1981). Involvement, expertise, and schema use: Evidence from political cognition. In N. Cantor & Kihlstrom (Eds.). *Personality, Cognition and social interaction*. Hillsdale New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers.
- Fiske, S. T. & Neuberg, S. L. (1990). A continuum of impression formation, from category-based to individuating processes: Influences of information and motivation on attention and interpretation. *Advances in Experimental Social Psychology*, 23, 1-74.
- Fiske, S. T. & Pavelchak, M. A. (1986). Category-based versus piecemeal-based affective responses: Developments in schema triggered affect. In N. Cantor & Kihlstrom (Eds.). *Personality, Cognition and social interaction* (pp. 167-203). Hillsdale, New Jersey: Erlbaum.
- Fiske, S. T. & Taylor, S. E. (1991). *Social Cognition*. (2<sup>a</sup> Ed.). New York: McGraw-Hill.
- Forgas, J. P. et al. (1995). Images of politics: a multidimensional analysis of implicit representations of political parties in a newly emerging democracy. *European Journal of Social Psychology*, 25, 481-496.
- Frain, M. (1996). O PSD como partido dominante em Portugal. *Análise Social*, 31, 138, 975-1005.
- Furnham, A. (1982). Why are the poor always with us? Explanations for poverty in Britain. *British Journal of Social Psychology*, 21, 311-322.
- Furnham, A. (1985). The determinants of attitudes towards social security recipients. *British Journal of Social Psychology*, 24, 19-27.
- Furnham, A. & Gunter, B. (1984). Just world beliefs and attitudes towards the poor. *British Journal of Social Psychology*, 23, 265-269.

- Gaertner, S. L. et al. (1994). The contact hypothesis. The role of a common ingroup identity on reducing intergroup bias. *Small Group Research*, 25, 224-249.
- Gaffié, B.; Marchand, P. & Cassagne, J.-M. (1997). Effect of political position on group perception. *European Journal of Social Psychology*, 27, 177-187.
- Gilligan, S. G. & Bower, G. H. (1984). Cognitive consequences of emotional arousal. In C. E. Izard; J. Kagan & R. B. Zajonc (Eds.). *Emotions, Cognition, and behavior* (pp. 547-588). Cambridge: Cambridge University Press.
- Gonçalves, M. M. & Gonçalves, O. F. (1995). Funções políticas do conceito de identidade: A psicologia, o self e o poder. *Análise Psicológica*, 4, 395-403.
- González, V. & Peiró, J. M. (1992). Técnicas de investigación multinivel en las organizaciones. In M. C. Díaz (Ed.). *Psicología Social. Métodos y Técnicas de Investigación* (pp. 349-365). Madrid, Eudema.
- Guimond, S. & Palmer, D. L. (1996). The political socialization of commerce and social science students: epistemic authority and attitude change. *Journal of Applied Social Psychology*, 26, 1985-2013.
- Hamilton, D. L. & Gifford, R. K. (1976). Illusory correlation in interpersonal perception: A cognitive basis of stereotypic judgments. In E. Aronson & A. R. Pratkanis (Eds.) (1993). *Social Psychology*. Vol. 1 (pp. 89-104). New York: New York University Press.
- Hastie, R. & Kumar, P. A. (1979). Person memory: Personality traits as organizing principles in memory for behaviors. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37, 25-38.
- Heider, F. (1958). *The Psychology of Interpersonal Relations*. New York: Wiley.
- Heimer, F-W; Vala, J. & Viegas, J. M. (1990). Padrões de cultura política em Portugal: atitudes em relação à democracia. *Análise Social*, 25, 31-56.
- Herr, P. M. (1986). Consequences of priming: Judgment and behavior. In E. Aronson & A. R. Pratkanis (Eds.) (1993). *Social Psychology*. Vol. 1 (pp. 116-126). New York, New York University Press.
- Hewstone, M. & Jaspars, J. (1982). Intergroup relations and attribution processes. In H. Tajfel (Ed.) *Social Identity and Intergroup Relations* (pp. 379-404). Cambridge: Cambridge University Press, Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Hewstone, M. (1990). The "ultimate attribution of error"? A review of the literature on intergroup causal attribution. *European Journal of Social Psychology*, 20, 311-336.
- Higgins, E. T. & Bargh, J. A. (1987). Social cognition and social perception. *Annual Review of Psychology*, 38, 369-425.
- Higgins, E. T.; King, G. A. & Mavin, G. H. (1982). Individual construct accessibility and subjective impressions and recall. In E. Aronson & A. R. Pratkanis (Eds.) (1993). *Social Psychology*. Vol. 1 (pp. 127-139). New York: New York University Press.
- Hoffman, C. & Hurst, N. (1990). Gender stereotypes: Perception or rationalization?. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 197-208.
- Hogg, M. A. & Abrams, D. (1988). *Social Identifications: A Social Psychology of Intergroup Relations and Group Processes*. London/ New York: Routledge.
- Hogg, M. A. & Abrams, D. (1990). Social motivation, self-esteem and social identity. In D. Abrams & M. A. Hogg (Eds.). *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances* (pp. 28-74). New York : Harvester Wheatsheaf.



- Hogg, M. A. & Turner, J. C. (1987). Social identity and conformity: a theory of referent information influence. In: W. Doise & S. Moscovici (Eds.). *Current Issues in European Social Psychology*. Vol. 2 (pp.139-182). Cambridge: Cambridge University Press; Paris: Maison des Sciences de l'Homme.
- Hogg, M. A. (1993). Group cohesiveness: A critical review and some new directions. *European Review of Social Psychology*, 4, 85-111.
- Ickes, W. & Gonzalez, R. (1994). "Social" cognition and social cognition. From the subjective to the intersubjective. *Small Group Research*, 25, 294-315.
- Iyengar, S. & Ottati, V. (1994). Cognitive perspective in political psychology. In R. S. Wyer & T. K. Srull (Eds.). *Handbook of Social Cognition* (pp. 143-187). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers.
- Jaspars, J. & Hewstone, M. (1985). Social categorization, collective beliefs, and casual attribution. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.). *The Handbook of Social Psychology* (pp. 233-313). New York: Random House.
- Judd, C. M. & Lusk, C. M. (1984). Knowledge structures and evaluative judgments: Effects of structural variables on judgmental extremity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 46, 1193-1207.
- Judd, C. M. & Park, B. (1988). Out-group homogeneity: judgments of variability at the individual and group levels. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, 778-788.
- Jussim, L.; Coleman, L., M. & Lerch, L. (1987). The nature of stereotypes: A comparison and integration of three theories. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 536-546.
- Katz, Y. (1988). A validation of the social-religious-political scale. *Educational and Psychological Measurement*, 48, 1025-1028.
- Kelley, G. (1955). *The Psychological of Personal Constructs*. New York: Norton.
- Kelley, H. H. & Michela, J. L. (1980). Attribution theory and research. *Annual Review of Psychology*, 31, 457-501.
- Kelly, C. (1989). Political identity and perceived intragroup homogeneity. *British Journal of Social Psychology*, 28, 239-250.
- Kenny, D. A. (1991). A general model of consensus and accuracy in interpersonal perception. *Psychological Review*, 98, 155-163.
- Kenny, D. A. (1985). Quantitative methods for social psychology. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.). *The Handbook of Social Psychology*, (pp. 487-508). New York: Random House.
- Knippenberg, A. & Ellemers, N. (1990). Social identity and intergroup differentiation processes. *European Review of Social Psychology*, 1, 137-169.
- Lalljee, M. & Evans, G. (1998). Political talk and the stability and consistency of political orientation. *British Journal of Social Psychology*, 37, 203-212.
- Lambert, A. J. (1995). Stereotypes and social judgment: The consequences of group variability. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 388-403.
- Levine, J. M. & Resnick, L. B. (1993). Social foundations of cognition. *Annual Review of Psychology*, 44, 585-612.

- Levine, J. M.; Bogart, L. M. & Zdaniuk, B. (1996). Impact of anticipated group membership on cognition. In R. M. Sorrentino & E. T. Higgins (Eds.). *Handbook of Motivation and Cognition* (pp. 531-569). New York: Guilford Press.
- Leyens, J.-P. & Schadron, G. (1980). Porque discriminam mais os grupos que os indivíduos? Categorização ou pretexto?. *Psicologia*, 1, 161-168.
- Linville, P. W. & Jones, E. E. (1980). Polarized appraisals of out-group members. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 689-703.
- Linville, P. W.; Salovey, P. & Fischer, W. (1986). Stereotyping and perceived distributions of social characteristics: An application to ingroup-outgroup perception. In J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Eds.). *Prejudice, Discrimination, and Racism* (pp. 165-208). Orlando, FL: Academic Press.
- Lobo, M. C. (1996). A evolução do sistema partidário português à luz de mudanças económicas e políticas (1976-1991). *Análise Social*, 31, 1085-1116.
- Lorenzi-Cioldi, F. & Clémence, A. (1987). Effets du statut du groupe d'appartenance sur l'identité de Soi: Recherche expérimentale. *Revue Suisse de Psychologie*, 46, 17-25.
- Lourenço, V. (1994). *No Regresso Vinham Todos*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Maass, A. & Schaller, M. (1991). Intergroup biases and the cognitive dynamics of stereotype formation. *European Review of Social Psychology*, 2, 189-209.
- Maia, S. (1994). *Capitão de abril. Histórias da Guerra do Ultramar e do 25 de Abril-Depoimentos*. (2ª Ed.). Lisboa: Editorial Notícias.
- Markus, H. & Zajonc, R. B. (1985). The cognitive perspective in social psychology. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.). *The Handbook of Social Psychology* (pp. 137-230) New York: Random House.
- Marques, J. M. & Paez, D. (1994). The 'black sheep effect': Social categorization, rejection of ingroup deviates, and perception of group variability. *European Review of Social Psychology*, 5, 37-68.
- Marques, J. M. (1983). Das estruturas cognitivas às representações sociais. *Psicologia*, 4, 239-250.
- Marques, J. M.; Robalo, E. M. & Rocha, S. A. (1992). Ingroup bias and the 'black sheep' effect: Assessing the impact of social identification and perceived variability on group judgments. *European Journal of Social Psychology*, 22, 331-352.
- Marques, J. M.; Yzerbyt, V. & Rijsman, J. B. (1988). Context effects on intergroup discrimination: In-group bias as a function of experimenter's provenance. *British Journal of Social Psychology*, 27, 301-318.
- Martín, E. G.; Fernández, L. G. & García, A. de la T. (1990). Socialización política diferencial. In Balaguer, I. (Ed.). *Psicología Política y Procesos Jurídicos* (pp. 29-35). Barcelona: P.P.U..
- Martin, L.L. & Tesser, A. (Ed.) (1992). *The Construction of Social Judgments*. Hillsdale New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers.
- Maximiano, R. (1995). PS e PSD: Que diferença? Atitudes políticas face à intervenção do Estado. *Análise Psicológica*, 4, 405-418.
- McArthur, L.A. (1972). The how and what of why: Some determinants and consequences of causal attribution. *Journal of Personality and Social Psychology*, 22, 171-193.

- McGarty, C. & Haslam, S. (Eds.) (1997). *The Message of Social Psychology*. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers Inc.
- McGarty, C. & Turner, J. C. (1992). The effects of categorization on social judgement. *British Journal of Social Psychology*, 31, 253-268.
- McGuire, W.J. (1985). Attitudes and attitude change. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.). *The Handbook of Social Psychology* (pp. 233-346). New York: Random House.
- Menezes, I. & Campos, B. P. (1997). The process of value-meaning construction: A cross-sectional study. *European Journal of Social Psychology*, 27, 55-73.
- Messick, D. M. & Mackie, D. M. (1989). Intergroup Relations. *Annual Review of Psychology*, 40, 45-81.
- Middleton, D. & Edwards, D. (1991). *Collective Remembering*. London: Sage Publications Inc.
- Mook, D. (1982). *Psychological Research, Strategy and Tactics*. New York: Harper & Row Publishers.
- Mook, D. G. (1982). *Psychological Research*. New York: Harper & Row, Publishers.
- Moscovici, S. (1970). Préface. In D. Jodelet; J. Viet & P. Bernard. *La Psychologie Sociale, une Discipline en Mouvement*. (pp. 20-36). Paris: Mouton.
- Moya, M. (1994). Percepción de personas. In J. F. Morales (Ed.) *Psicología Social* (pp. 93-122). Madrid: McGraw-Hill,
- Murcia, J. J. & Almendros, A. D. (1990). La psicobiografía como acercamiento cognitivo a la realidad política de una sociedad. In Balaguer, I. (Ed.). *Psicología Política y Procesos Jurídicos* (pp. 61-64). Barcelona: P.P.U..
- Oakes, P. J. & Turner, J. C. (1990). Is limited information processing capacity the cause of social stereotyping? *European Review of Social Psychology*, 1, 111-135.
- Oakes, P. J. (1987). The salience of social categories. In J. C. Turner et al (1987). *Rediscovering the Social group. A self-categorization theory*. New York/Oxford: Basil Blackwell.
- Oakes, P. J.; Turner, J. C. & Haslam, S. A. (1991). Perceiving people as group members: The role of fit in the salience of social categorizations. *British Journal of Social Psychology*, 30, 125-144.
- Páez, D.; Marques, J. & Insúa, P. (1994). Cognición social: Estructuras y procesos de la cognición social; Procesos de atención, recuerdo y cambio del conocimiento social; Características de la información social. In J. F. Morales (Ed.). *Psicología Social* (seccion 4, pp. 123-238). Madrid: McGraw-Hill.
- Park, B. & Rothbart, M. (1982). Perception of out-group homogeneity and levels of social categorization: Memory for the subordinate attributes of in-group and out-group members. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42, 1051-1068.
- Park, B.; Judd, C. M. & Ryan, C. S. (1991). Social categorization and the representation of variability information. *European Review of Social Psychology*, 2, 211-245.
- Paz, C. M. (1982). *La estructura de las actitudes y sistemas de creencias sociopolíticos* (pp. 4-48). Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.
- Peabody, D. (1968). Group judgments in the Philippines: Evaluative and descriptive aspects. *Journal of Personality and Social Psychology*, 10, 290-300.

- Pennebaker, J. W.; Paez, D. & Rimé, B. (Eds.) (1997). *Collective Memory of Political Events: Social Psychological Perspectives*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers.
- Pleban, R. & Richardson, D.C. (1979). Research and publication trends in social psychology 1873-1977. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 5, 138-141.
- Pratto, F.; Stallworth, L. M. & Sidanius, J. (1997). The gender gap: Differences in political attitudes and social dominance orientation. *British Journal of Social Psychology*, 36, 49-68.
- Quattrone, G. A. & Jones, E. E. (1980). The perception of variability within ingroups and outgroups: Implications for the Law of Small Numbers. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 141-152.
- Quattrone, G. A. (1986). On the perception of a group's variability. In S. Worchel. & W. Austin (Eds.). *The Psychology of intergroup relations*. Vol 2 (pp. 25-48). New York: Nelson-Hall.
- Reid, F. J. & Sumiga, L. (1984). Attitudinal politics in intergroup behavior: interpersonal vs. intergroup determinants of attitude change. *British Journal of Social Psychology*, 23, 335-340.
- Resnick, L. B.; Levine, J. M. & Teasley, S. D. (Eds.) (1991). *Perspectives on Socially Shared Cognition*. Washington: American Psychological Association.
- Rimé et al. (1992). Long-lasting cognitive and social consequences of emotion: Social sharing and rumination. *European Review of Social Psychology*, 3, 225-256.
- Robinson, R. A. H. (1996). Do CDS ao CDS-PP: o Partido do Centro Democrático Social e o seu papel na política portuguesa. *Análise Social*, 31, 951-973.
- Rodrigues, F. M. (Ed.) (1994). *O Futuro Era Agora. O Movimento Popular do 25 de Abril*. Lisboa: Edições Dinossauro.
- Rokeach, M. (1971). La nature et la signification du dogmatisme. *Archives de Sociologie des Religions*, 32, 9-28.
- Rosch, E. (1978). Principles of categorization. In E. Rosch & B. Lloyd (Eds.) *Cognition and Categorization* (pp. 28-49). New York: John Wiley and Sons.
- Rummelhart (1984). Schemata and the cognitive system. In R. S. Wyer & T. K. Srull (Eds.). *Handbook of Social Cognition* (pp. 161-188). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers.
- Sablosky, J. A. (1996). A actividade partidária transnacional e as relações de Portugal com a Comunidade Europeia. *Análise Social*, 31, 1007-1020.
- Sabucedo, J. M.; Arce, C. & Varela, J. (1990). Modalidades de participación política. In Balaguer, I. (Ed.). *Psicología Política y Procesos Jurídicos* (pp. 47-52). Barcelona: P.P.U..
- Schneider, D. J. (1991). Social cognition. *Annual Review of Psychology*, 42, 527-561.
- Schuman, H. & Kalton, G. (1985). Survey methods In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.). *The Handbook of Social Psychology* (pp. 635-697). New York: Random House.
- Schwarz, Shalom (s/d). Questionário sobre os valores pessoais. (Tradução e adaptação de Menezes e Campos-versão para investigação), mimeografado.

- Sears, D. O. (1987). Political Psychology. *Annual Review of Psychology*, 38, 229-255.
- Sears, D. O. (1991). Political Psychology. In D. O. Sears, L. A. Peplau & S. E. Taylor. *Social Psychology*. (7<sup>a</sup> Ed.) (pp. 516-545). New Jersey: Prentice-Hall, Inc..
- Sherman, J. W. & Hamilton, D. (1994). On the formation of interitem associative links in person memory. *Journal of Experimental Social Psychology*, 30, 203-217.
- Simon, B. (1992). The perception of ingroup and outgroup homogeneity: Reintroducing the intergroup context. *European Review of Social Psychology*, 3, 1-30.
- Smith, E. E. & Medin, D. L. (1981). *Categories and Concepts*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Soczka, L. (1983). A estrutura das atitudes socio-políticas em Portugal. *Psicologia*, 4, 223-238.
- Sousa, E. (1988). A dimensão social das atribuições: Uma análise teórica. *Análise Psicológica*, 4, 347-366.
- Sousa, E. (1993) Atribuição: Da inferência à estratégia de comportamento. In J. Vala & Monteiro M. B. (Eds.). *Psicologia Social* (pp. 141-165). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sousa, E.; Potes, A. & Valério, F. (1995). Atitudes socio-políticas e intenção de voto: Restrições à aplicabilidade da Teoria da Acção Racional. *Análise Psicológica*, 4, 431-438.
- Spears, R.; Oakes, P.; Ellemers, N. & Haslam, S. (Eds.) (1997). *The Social Psychology of Stereotyping and Group Life*. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers Inc..
- Srull, T. K. & Wyer, Jr. (1986). The role of chronic and temporary goals in social information processing. In R. M. Sorrentino & E. T. Higgins (Eds.). *Handbook of Motivation and Cognition* (pp. 503-549). New York: Guilford Press.
- Srull, T. K.; Lichtenstein, M. & Rothbart, M. (1985). Associative storage and retrieval processes in person memory. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 11, 316-345.
- Stangor, C. & Ford, T. E. (1992). Accuracy and expectancy-confirming processing orientations and the development of stereotypes and prejudice. *European Review of Social Psychology*, 3, 57-89.
- Stangor, C. & Lange, J. E. (1994). Mental representations of social groups: Advances in understanding stereotypes and stereotyping. *Advances in Experimental Social Psychology*, 26, 357-416.
- Stangor, C. & McMillan, D. (1992). Memory for expectancy-congruent and expectancy-incongruent information: A review of the social and social developmental literatures. *Psychological Bulletin*, 111, 42-61.
- Stephan, W. G. (1984). Intergroup relations. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.). *The Handbook of Social Psychology* (pp. 599-656). New York: Random House.
- Stones, C. R.; Heaven, P.C.L. & Bester, C. (1997). Political change and social attitudes in South Africa. *Social Behavior and Personality*, 25, 105-114.
- Sulin, R. A. & Dooling, D. J. (1974). Intrusion of a thematic idea in retention of prose. *Journal of Experimental Psychology*, 103, 255-262.

- Tajfel, H. & Turner, J. C. (1986). The social identity theory of intergroup behavior. In S. Worchel & W.G. Austin (Eds.). *Psychology of Intergroup Relations* (pp. 7-24). Chicago: Nelson-Hall Publishers.
- Tajfel, H. (1969). Cognitive aspects of prejudice. *Journal of Social Issues*, 25, 79-97.
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. Moscovici. *Introduction à la Psychologie Sociale*. Vol.1 (pp.272-302). Paris: Larousse.
- Tajfel, H. (1981). *Grupos Humanos e Categorias Sociais*. (2 vols.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1982). Social Psychology of intergroup relations psychology of intergroup relations. *Annual Review of Psychology*, 33, 1-30.
- Tallon, M. A. & G. Izquierdo e García (1990). Socialización política en estudiantes de enseñanzas medias, un estudio empírico en Murcia. In Balaguer, I. (Ed.). *Psicología Política y Procesos Jurídicos* (pp. 36-46). Barcelona: P.P.U..
- Taylor, S. E. & Crocker, J. (1981). Schematic bases of social information processing. In E. Aronson & A. R. Pratkanis (Eds.) (1993). *Social Psychology*. Vol. 1 (pp. 153-198). New York: New York University Press.
- Taylor, S. E. & Fiske, S. T. (1978). Salience, attention, and attribution: Top of the head phenomena. *Advances in Experimental Social Psychology*, 11, 249-287.
- Trope, Y. & Bassok, M. (1982). Confirmatory and diagnosing strategies in social information gathering. *Journal of Personality and Social Psychology*, 43, 22-34.
- Turner, J. C. (1975). Social comparison and social identity: Some prospects for intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 5, 5-34.
- Turner, J. C. et al (1987) (Eds.). *Rediscovering the Social group. A self-categorization theory*. New York/Oxford: Basil Blackwell.
- Turner, J.C. (1994). El campo de la Psicología social. In J. F. Morales (Ed.). *Psicología Social* (pp. 3-24). Madrid: McGraw-Hill.
- Vala, J. (1993). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. *Análise Social*, 28, 887-919.
- Vala, J. (1996). Identidade, estruturas cognitivas e transformações culturais. In *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Novos Olhares* –Actas das sessões plenárias do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro (pp. 25-49). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Vala, J., Monteiro, M. e Leyens, J-P. (1988). Perception of violence as function of observer's ideology and actor's group membership. *British Journal of Social Psychology*, 27, 231-237.
- Valencia, J. & Villareal, M. (1990). Racionalidad colectiva e individual en la participación política no institucional. In Balaguer, I. (Ed.). *Psicología Política y Procesos Jurídicos* (pp. 53-60). Barcelona: P.P.U..
- Van Knippenberg, A. (1984). Intergroup differences in group perception. In H. Tajfel (Ed.). *The Social Dimension* (pp. 560-578). Cambridge: Cambridge University Press, Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Wetherell, M. (1987). Social identity and group polarization. In J. C. Turner et al (Eds.). *Rediscovering the Social group. A self-categorization theory*. New York/Oxford: Basil Blackwell.

- Wyer, R. S. & Budesheim, T. L. (1987). Person memory and judgements: The impact of information that one is told to disregard. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 14-29.
- Wyer, R. S. et al. (1991). Image, issues, and ideology: The processing of information about political candidates. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61, 533-545.
- Wyer, R. S., Jr. & Carlston, D. E. (1994). The cognitive representation of persons and events. In R. S. Wyer & T. K. Srull (Eds.). *Handbook of Social Cognition* (pp. 41-98). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers.
- Wyer, R. S., Jr. & Martin, Leonard, L.L. (1986). Person memory: The role of traits, group stereotypes, and specific behaviors in the cognitive representation of persons. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 661-675.
- Wyer, R. S.; Budesheim, T. L. & Lambert, A. J. (1990) Cognitive representation of conversations about persons. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 218-238.
- Ysmal, C. (1998). Clivage Droite/Gauche, mythe ou réalité?. In J.-C. Ruano-Borbalan (Ed.). *L'Identité. L'Individu, le Groupe, la Société* (pp. 103-111). Auxerre: Sciences Humaines Éditions.
- Zajonc, R. B. & Markus, H. (1984). Affect and cognition: The hard interface. In C. E. Izard, J. Kagan & R. B. Zajonc (Eds.). *Emotions, Cognition, and Behavior* (pp. 73-102). Cambridge: Cambridge University Press.
- Zajonc, R. B. (1980). Feeling and thinking. 'Preferences need no inferences. *American Psychologist*, 35, 151-175.

## **ANEXOS**



## Índice

### **Estudo 1**

Texto 1(originalmente escrito pela pessoa de esquerda)	142
Texto 2 (originalmente escrito pela pessoa de direita)	143
Texto 3 (originalmente escrito pela pessoa de esquerda)	144
Texto 4 (originalmente escrito pela pessoa de direita)	145
Questionário (condição 1)	146

### **Estudo Piloto**

Questionário	152
--------------	-----

### **Estudo 2**

Questionário (primeiro caderno)	157
Questionário ( segundo caderno: condição "ordem 1")	166
Questionário (segundo caderno: condição "ordem 2")	172

TEXTO 1 (texto de esquerda escrito pelo simpatizante do Partido Comunista Português)

O 25 de Abril foi o dia em que o povo, juntamente com as forças armadas, pôs fim a um regime que se encontrava já moribundo.

Parece-me agora mais importante do que descrever o que foi o movimento e quais as suas características, abordar algumas questões que me parecem legítimas em relação à postura actual perante este acontecimento.

O 25 de Abril permitiu o finalizar de um regime ultrapassado e abriu as portas para a democracia. Este facto tem sido claramente assumido por alguns e conscientemente esquecido por outros, contribuindo para que nos esqueçamos de atribuir este feito revolucionário à vontade legítima de emancipação democrática dos portugueses.

## TEXTO 2 (texto de esquerda escrito pelo simpatizante do Partido Popular)

Parece-me indispensável ao abordar a temática do 25 de Abril denunciar as contradições patentes no acontecimento que esteve na origem da instauração da democracia no nosso país.

Considero que era de esperar que em 1974 se procedesse a alterações institucionais, dando seguimento a um processo natural, que aliás já estava em curso, de reformas do Estado.

O Estado era nessa altura um modelo de transição, ainda forçado a apoiar-se em condutas menos claras, e é neste contexto que surge o movimento militar de Abril. No entanto temos que considerar a forma impulsiva e apressada como muitas das mudanças surgiram, precipitando-nos para atitudes menos ponderadas, que estamos ainda hoje a pagar.

TEXTO 3 (texto de direita escrito pelo simpatizante do Partido Comunista Português)

O 25 de Abril foi o dia em que o regime político liderado por Marcelo Caetano caiu.

A revolução foi o desmoronar de um regime que já não tinha qualquer base de apoio, tendo existido pouca resistência à mudança.

Face às transformações mundiais, pese embora o Estado Novo ter permitido o estabelecimento de uma força económica interna sustentada, era fundamental para o desenvolvimento do país, proceder a um conjunto de alterações de fundo.

É tendo como pano de fundo esta realidade conjuntural que podemos compreender melhor o movimento que esteve na origem do 25 de Abril.

No entanto, não podemos deixar de tecer algumas críticas à forma um pouco desordenada que tiveram muitas das alterações introduzidas, fazendo sobressair um movimento que estava na sua essência cheio de contradições.

## TEXTO 4 (texto de direita escrito pelo simpatizante do Partido Popular)

Bem sei que vinte e três anos é muito pouco tempo para sedimentar com a objectividade necessária um fenómeno com estas características. É ainda necessário avaliar com mais profundidade a herança revolucionária e geri-la com mais responsabilidade. Parece-me, no entanto, ter decorrido tempo suficiente para que, de uma forma inequívoca e sem ambiguidades, se defina claramente qual a posição que Portugal e o seu povo assume perante este acontecimento, qual o estatuto que tem hoje o 25 de Abril e qual o lugar que ocupa na prateleira das efemérides nacionais.

Não é unânime para os portugueses que o 25 de Abril de 1974 representa para Portugal a conquista de valores básicos como a democracia. Na origem deste fenómeno, parece-me a mim, tem estado uma certa ambiguidade na forma como o evento tem sido encarado pelos sucessivos governantes do país. Este nunca se definiu como independente de correntes partidárias e até ideológicas.

Pensar o 25 de Abril hoje é então reclamar pela sua promoção na história deste país.

**UNIVERSIDADE DO PORTO**  
**FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

Este estudo insere-se numa investigação a decorrer na Universidade do Porto sobre variadas questões sociais, nomeadamente a dimensão política.

Nas folhas seguintes irá encontrar informação e questões sobre essa temática.

Leia cuidadosamente cada questão e responda de acordo com a sua opinião.

Por favor, tente ser o mais sincero/a possível.

O que interessa é a sua opinião pessoal sobre o assunto. Ao contrário de um teste, aqui não há respostas certas ou erradas.

As suas respostas são totalmente anónimas e confidenciais.

**Porto, 1998**

Leia o texto seguinte:

O 25 de Abril foi o dia em que o povo, juntamente com as forças armadas, pôs fim a um regime moribundo.

Parece-me agora mais importante do que descrever o que foi esse processo e quais as suas características, abordar algumas questões legítimas em relação à postura actual perante este acontecimento.

O 25 de Abril permitiu o finalizar de um regime ultrapassado e abriu as portas para a democracia. Este facto tem sido claramente assumido por alguns e conscientemente esquecido por outros, contribuindo para que nos esqueçamos de atribuir este feito revolucionário à vontade legítima de emancipação democrática dos portugueses.

O autor deste texto pertence:

ao CDS/PP \_\_\_\_\_

ao PSD \_\_\_\_\_

ao PS \_\_\_\_\_

ao PCP \_\_\_\_\_

Outro partido: qual? \_\_\_\_\_

Leia o texto seguinte:

Parece-me indispensável ao abordar a temática do 25 de Abril denunciar as contradições patentes no acontecimento que esteve na origem da instauração da democracia no nosso país.

Considero que era de esperar que em 1974 se procedesse a alterações institucionais, dando seguimento a um processo, que aliás já estava em curso, de reformas do Estado.

O Estado era nessa altura um modelo de transição, ainda forçado a apoiar-se em condutas menos claras, e é neste contexto que surge o movimento militar de Abril. No entanto temos que considerar a forma impulsiva e apressada como muitas das mudanças surgiram, precipitando-nos para atitudes menos ponderadas, que estamos ainda hoje a pagar.

O autor deste texto pertence:

ao CDS/PP \_\_\_\_\_

ao PSD \_\_\_\_\_

ao PS \_\_\_\_\_

ao PCP \_\_\_\_\_

Outro partido: qual? \_\_\_\_\_



Leia o texto seguinte:

O 25 de Abril foi o dia em que o regime político liderado por Marcelo Caetano caiu.

A revolução foi o desmoronar de um regime que já não tinha qualquer base de apoio, tendo existido pouca resistência à mudança.

Face às transformações mundiais, pese embora o Estado Novo ter permitido o estabelecimento de uma força económica interna sustentada, era fundamental para o desenvolvimento do país, proceder a um conjunto de alterações de fundo.

É tendo como pano de fundo esta realidade conjuntural que podemos compreender melhor o movimento que esteve na origem do 25 de Abril.

No entanto, não podemos deixar de tecer algumas críticas à forma um pouco desordenada que tiveram muitas das alterações introduzidas, fazendo sobressair um movimento que estava na sua essência cheio de contradições.

O autor deste texto pertence:

ao CDS/PP \_\_\_\_\_

ao PSD \_\_\_\_\_

ao PS \_\_\_\_\_

ao PCP \_\_\_\_\_

Outro partido: qual? \_\_\_\_\_

Leia o texto seguinte:

Bem sei que vinte e três anos é muito pouco tempo para sedimentar com a objectividade necessária um fenómeno com estas características. É ainda necessário avaliar com mais profundidade a herança revolucionária e geri-la com mais responsabilidade. Parece-me, no entanto, ter decorrido tempo suficiente para que, de uma forma inequívoca e sem ambiguidades, se defina claramente qual a posição que Portugal e o seu povo assume perante este acontecimento, qual o estatuto que tem hoje o 25 de Abril e qual o lugar que ocupa na prateleira das efemérides nacionais.

Não é unânime para os portugueses que o 25 de Abril de 1974 representa para Portugal a conquista de valores básicos como a democracia. Na origem deste fenómeno, parece-me a mim, tem estado uma certa ambiguidade na forma como o evento tem sido encarado pelos sucessivos governantes do país. Este nunca se definiu como independente de correntes partidárias e até ideológicas.

Pensar o 25 de Abril hoje é então reclamar pela sua promoção na história deste país.

O autor deste texto pertence:

ao CDS/PP \_\_\_\_\_

ao PSD \_\_\_\_\_

ao PS \_\_\_\_\_

ao PCP \_\_\_\_\_

Outro partido: qual? \_\_\_\_\_

Quais são, para si, as palavras, conceitos, atitudes, etc, que melhor caracterizam a esquerda?

Quais são, para si, as palavras, conceitos, atitudes, etc, que melhor caracterizam a direita?

Sexo: M \_\_\_\_ F \_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

**Obrigada pela sua colaboração**

**UNIVERSIDADE DO PORTO**  
**FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

Este estudo insere-se numa investigação a decorrer na Universidade do Porto sobre variadas questões sociais, nomeadamente a dimensão política.

Nas folhas seguintes irá encontrar informação e questões sobre essa temática.

Leia cuidadosamente cada questão e responda de acordo com a sua opinião.

Por favor, tente ser o mais sincero/a possível.

O que interessa é a sua opinião pessoal sobre o assunto. Ao contrário de um teste, aqui não há respostas certas ou erradas.

As suas respostas são totalmente anónimas e confidenciais.

**Porto, 1998**

### Instruções

Neste questionário deve perguntar-se a si próprio: "Que valores são importantes como princípios que orientam a MINHA vida, e que valores são menos importantes para mim?".

Há duas lista de valores nas páginas seguintes. Estes valores surgem de diferentes culturas. Após cada valor, dentro dos parêntesis, há uma explicação que poderá ajudá-lo(a) a compreender o seu significado.

A sua tarefa é avaliar quão importante é para si cada valor **como um princípio que orienta a sua vida**.

Use a seguinte escala de avaliação:

[0] – significa que o valor não é nada importante, não é relevante como um princípio que orienta a sua vida.

[3] – significa que o valor é importante.

[6] – significa que o valor é muito importante.

Quanto mais alto é o número (0, 1, 2, 3, 4, 5, 6), mais importante é o valor como princípio que orienta a SUA vida.

[-1] – é para avaliar quaisquer valores opostos aos princípios

[7] – é para classificar o valor de suprema importância como princípio orientador da sua vida; normalmente não há mais do que dois destes valores.

No espaço antes de cada valor, escreva o número (-1, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7) que indica a importância desse valor para si, pessoalmente. Tente diferenciar quanto possível os valores, usando, para isso, todos os números. Claro que terá de usar o mesmo número mais que uma vez.

COMO PRINCÍPIO ORIENTADOR DA MINHA VIDA, este valor é:

Oposto aos meus valores	não importante		importante			muito importante	de suprema importância
0	1	2	3	4	5	6	7

### LISTA DE VALORES I

- 1 \_\_ IGUALDADE (oportunidades iguais para todos)
- 2 \_\_ HARMONIA INTERIOR (em paz consigo próprio)
- 3 \_\_ PODER SOCIAL (controlo sobre os outros, domínio)
- 4 \_\_ PRAZER (satisfação de desejos)
- 5 \_\_ LIBERDADE (liberdade de acção e pensamento)

- 6\_\_ UMA VIDA ESPIRITUAL (ênfase nas coisas espirituais e não materiais)
- 7\_\_ SENTIDO DE PERTENÇA (sentimento de que os outros se importam comigo)
- 8\_\_ ORDEM SOCIAL (estabilidade social)
- 9\_\_ UMA VIDA EXCITANTE (experiências estimulantes)
- 10\_\_ SENTIDO DE VIDA (um objectivo na vida)
- 11\_\_ POLIDEZ (cortesia, boas maneiras)
- 12\_\_ FORTUNA (posses materiais, dinheiro)
- 13\_\_ SEGURANÇA NACIONAL (protecção da minha nação contra os inimigos)
- 14\_\_ RESPEITO PRÓPRIO (crença no meu valor pessoal)
- 15\_\_ RECIPROCIDADE DE FAVORES (evitar ser devedor a alguém)
- 16\_\_ CRIATIVIDADE (ser único, com imaginação)
- 17\_\_ UM MUNDO EM PAZ (livre de guerra e conflito)
- 18\_\_ RESPEITO PELA TRADIÇÃO (preservação dos costumes estabelecidos há longo tempo)
- 19\_\_ AMOR MADURO (profunda intimidade emocional e espiritual)
- 20\_\_ AUTO-DISCIPLINA (auto-controle, resistência à tentação)
- 21\_\_ PRIVACIDADE (ter direito a uma esfera privada)
- 22\_\_ SEGURANÇA FAMILIAR (segurança para as pessoas que amo)
- 23\_\_ RECONHECIMENTO SOCIAL (respeito, aprovação dos outros)
- 24\_\_ UNIÃO COM A NATUREZA (integração com a natureza)
- 25\_\_ VIDA VARIADA (cheia de desafio, novidade e segurança)
- 26\_\_ SABEDORIA (uma compreensão madura da vida)
- 27\_\_ AUTORIDADE (o direito de liderar ou mandar)
- 28\_\_ AMIZADE VERDADEIRA (amigos próximos e que me apoiem)
- 29\_\_ UM MUNDO EM BELEZA (beleza da natureza e das artes)
- 30\_\_ JUSTIÇA SOCIAL (correccção da injustiça, ajuda ao mais fraco)

## LISTA DE VALORES II

Estes valores estão expressos como formas de agir que poder ser mais ou menos importantes para si. Uma vez mais tente diferenciar o melhor possível os diversos valores, usando todos os números.

- 31\_\_ INDEPENDENTE (auto-suficiente, auto-confiante)
- 32\_\_ MODERADO (evita os extremos nos sentimentos e nas acções)
- 33\_\_ LEAL (fiel aos meus amigos, grupos)

- 34\_\_ AMBICIOSO (trabalhador árduo, com aspirações)
- 35\_\_ ABERTO (tolerante com diferentes ideias e crenças)
- 36\_\_ HUMILDE (modesto, que passa despercebido)
- 37\_\_ AUDACIOSO (procura a aventura, o risco)
- 38\_\_ PROTECTOR DO AMBIENTE (preservador da natureza)
- 39\_\_ INFLUENTE (com impacto nas pessoas e nos acontecimentos)
- 40\_\_ RESPEITADOR DE PAIS E IDOSOS (mostrando respeito, honroso)
- 41\_\_ ESCOLHENDO AS MINHAS METAS (seleccionar os meus propósitos)
- 42\_\_ SAUDÁVEL (não estar doente física ou mentalmente)
- 43\_\_ CAPAZ (competente, eficaz, eficiente)
- 44\_\_ ACEITADOR DA MINHA VIDA (submissão às circunstâncias da vida)
- 45\_\_ HONESTO (sincero, autêntico)
- 46\_\_ PRESERVADOR DA MINHA IMAGEM PÚBLICA (proteger a minha reputação)
- 47\_\_ OBEDIENTE (seguidor dos meus deveres, cumprindo as minhas obrigações)
- 48\_\_ INTELIGENTE (lógico, racional)
- 49\_\_ PRESTÁVEL (trabalhando para o bem estar dos outros)
- 50\_\_ QUE GOZA A VIDA (gostar de comer, sexo, lazer, etc)
- 51\_\_ DEVOTO (dedicado à fé religiosa e à crença)
- 52\_\_ RESPONSÁVEL (fidedigno, de confiança)
- 53\_\_ CURIOSO (interessado em tudo, explorador)
- 54\_\_ QUE PERDOA (desculpa os outros)
- 55\_\_ BEM SUCEDIDO (atingir os objectivos)
- 56\_\_ LIMPO (asseado, arrumado)
- 57\_\_ SER CONDESCENDENTE COMIGO PRÓPRIO (fazer coisas que me dão prazer)

AGORA, gostaríamos que respondesse a algumas questões. Leia atentamente as seguintes questões e assinale (com um **círculo**) a opção que corresponde à sua opinião.

1. Em geral, quão satisfeito está com a sua vida hoje em dia?

completamente  
insatisfeito

completamente  
satisfeito

0      1      2      3      4      5      6      7      8      9

2. Em sua opinião, a situação política do país tornou-se melhor ou pior nos últimos 5 anos?

muito pior											muito melhor
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9		

3. Qual das seguintes afirmações é a mais correcta para descrever o seu interesse pela política?

- a. Tenho um interesse activo pela política.
- b. Estou interessado (a) em questões políticas, mas não sou muito activo (a).
- c. O meu interesse pela política é médio, não maior que os outros meus interesses.
- d. Não me interessa nada por questões políticas.

**FINALMENTE**, gostaríamos que nos desse algumas **informações pessoais**.

Sexo: Masculino \_\_\_\_\_ Feminino \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ anos

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Qual dos seguintes partidos políticos está mais próximo do que representa o seu ponto de vista?

\_\_\_ CDS/PP

\_\_\_ PSD

\_\_\_ PS

\_\_\_ PCP

\_\_\_ Outro      Qual? \_\_\_\_\_



**UNIVERSIDADE DO PORTO**  
**FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

Este estudo insere-se numa investigação a decorrer na Universidade do Porto sobre variadas questões sociais, nomeadamente a dimensão política.

Nas folhas seguintes irá encontrar informação e questões sobre essa temática.

Leia cuidadosamente cada questão e responda de acordo com a sua opinião.

Por favor, tente ser o mais sincero/a possível.

O que interessa é a sua opinião pessoal sobre o assunto. Ao contrário de um teste, aqui não há respostas certas ou erradas.

As suas respostas são totalmente anónimas e confidenciais.

**Porto, 1998**

### Instruções

A sua tarefa é avaliar quão importante é para si cada um dos valores presentes na lista que se segue. Após cada valor, dentro dos parêntesis, há uma explicação que poderá ajudá-lo(a) a compreender o seu significado.

No espaço antes de cada valor, escreva o número (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7) que indica a importância desse valor para si, pessoalmente. Tente diferenciar quanto possível os valores, usando, para isso, todos os números. Claro que terá de usar o mesmo número mais que uma vez.

COMO PRINCÍPIO ORIENTADOR DA MINHA VIDA, este valor é:

Oposto aos meus valores	não importante		importante				de suprema importância
0	1	2	3	4	5	6	7

### LISTA DE VALORES

- 1 \_\_\_ POLIDEZ (cortesia, boas maneiras)
- 2 \_\_\_ RESPEITO PELA TRADIÇÃO (preservação dos costumes estabelecidos há longo tempo)
- 3 \_\_\_ ESCOLHER AS MINHAS METAS (seleccionar os meus propósitos)
- 4 \_\_\_ SAUDÁVEL (não estar doente física ou mentalmente)
- 5 \_\_\_ CAPAZ (competente, eficaz, eficiente)
- 6 \_\_\_ ACEITADOR DA MINHA VIDA (submissão às circunstâncias da vida)
- 7 \_\_\_ OBEDIENTE (seguidor dos meus deveres, cumprindo as minhas obrigações)
- 8 \_\_\_ DEVOTO (dedicado à fé religiosa e à crença)
- 9 \_\_\_ RESPONSÁVEL (fidedigno, de confiança)
- 10 \_\_\_ LIMPO (asseado, arrumado)

FINALMENTE, gostaríamos que nos desse algumas **informações pessoais**.

Sexo: Masculino \_\_\_\_\_ Feminino \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ anos

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Qual dos seguintes partidos políticos está mais próximo do que representa o seu ponto de vista?

\_\_\_ CDS/PP

\_\_\_ PSD

\_\_\_ PS

\_\_\_ PCP

\_\_\_ Outro      Qual? \_\_\_\_\_

Leia com atenção os textos seguintes.

### **TEXTO 1**

O 25 de Abril foi o dia em que o povo, juntamente com as forças armadas, pôs fim a um regime que se encontrava já moribundo.

Parece-me agora mais importante do que descrever o que foi o movimento e quais as suas características, abordar algumas questões que me parecem legítimas em relação à postura actual perante este acontecimento.

O 25 de Abril permitiu o finalizar de um regime ultrapassado e abriu as portas para a democracia. Este facto tem sido claramente assumido por alguns e conscientemente esquecido por outros, contribuindo para que nos esqueçamos de atribuir este feito revolucionário à vontade legítima de emancipação democrática dos portugueses.

## TEXTO 2

Bem sei que vinte e três anos é muito pouco tempo para sedimentar com a objectividade necessária um fenómeno com estas características. É ainda necessário avaliar com mais profundidade a herança deixada e geri-la com mais responsabilidade. Parece-me, no entanto, ter decorrido tempo suficiente para que, de uma forma inequívoca e sem ambiguidades, se defina claramente qual a posição que Portugal e o seu povo assume perante este acontecimento, qual o estatuto que tem hoje o 25 de Abril e qual o lugar que ocupa na prateleira das efemérides nacionais.

Não é unânime para os portugueses que o 25 de Abril de 1974 represente para Portugal a conquista de valores básicos como a democracia. Na origem deste fenómeno, parece-me a mim, tem estado uma certa ambiguidade na forma como o evento tem sido encarado pelos sucessivos governantes do país. Este nunca se definiu como independente de correntes partidárias e até ideológicas.

Gostaríamos agora que respondesse a algumas questões relacionadas com os textos que acabou de ler.

A sua tarefa consiste em avaliar cada um dos textos nas várias dimensões consideradas.

Exemplo:

Texto 1	banal	X							atraente
Texto 2	banal						X		atraente

No caso considerado o texto 1 foi considerado muitíssimo banal numa escala que varia de muitíssimo banal a muitíssimo atraente; Por outro lado, o texto 2 foi considerado muito atraente.

Por favor, passe agora a responder:

Texto 1	de esquerda								de direita
Texto 2	de esquerda								de direita

Texto 1	progressista								conservador
Texto 2	progressista								conservador

Texto 1	agradável								desagradável
Texto 2	agradável								desagradável

Texto 1	claro								confuso
Texto 2	claro								confuso

[illegible][illegible][illegible][illegible]

Texto 1	rigoroso							falacioso
Texto 2	rigoroso							falacioso

[illegible]





## ESCALA DE ATITUDES E CONHECIMENTO DE FENÓMENOS SOCIAIS

1. Avalia o 25 de Abril como um facto...

desagradável

--	--	--	--	--	--	--

agradável

negativo

--	--	--	--	--	--	--

positivo

insignificante

--	--	--	--	--	--	--

importante

distante

--	--	--	--	--	--	--

próximo

compreensível

--	--	--	--	--	--	--

incompreensível

2. Tem uma visão clara do papel desempenhado pelos diferentes partidos no 25 de Abril?

pouco clara

--	--	--	--	--	--	--

muito clara

3. Quanto conhecimento e informação tem sobre o 25 de Abril?

pouco

--	--	--	--	--	--	--

muito

4. Participa nas comemorações do 25 de Abril?

nunca

--	--	--	--	--	--	--

sempre





13. O 25 de Abril foi o dia em que o povo, juntamente com as forças armadas, pôs fim a um regime moribundo.

[illegible]

14. A revolução de 25 de Abril foi o despertar do país, alterando-o profundamente.

[illegible]

15. Parece-me ter decorrido tempo suficiente para que se defina claramente o estatuto que tem hoje o 25 de Abril.

[illegible]

16. A liberdade de expressão foi garantida pelas forças moderadas, durante o processo conturbado do 25 de Abril.

[illegible]

17. Não é unânime para os portugueses que o 25 de Abril de 1974 represente para Portugal a conquista de valores básicos como a democracia.

[illegible]

18. O povo saiu para a rua a festejar a revolução de Abril.

[illegible]



Pedimo-lhe agora que das frases seguintes identifique aquelas que pertencem aos textos que leu e as que não pertencem.

Para tal, assinale com um **1** as frases que pertencem ao primeiro texto e com um **2** as que pertencem ao segundo texto, na coluna que diz '**pertence**', e as outras frases na coluna que diz '**não pertence**'.

	pertence	não pertence
1. É necessário avaliar com mais profundidade a herança deixada pelo 25 de Abril.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. As privatizações vieram repor muitas das injustiças causadas no período pós-25 de Abril.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. O 25 de Abril foi o dia em que o povo, juntamente com as forças armadas, pôs fim a um regime moribundo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Os empresários dinamizam a economia portuguesa, que se rege pelas leis da livre concorrência.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. É importante abordar algumas questões legítimas em relação à postura actual perante este acontecimento.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. A democracia, resultante do 25 de Abril, permitiu o actual desenvolvimento sustentado e participado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. O 25 de Abril permitiu o finalizar de um regime ultrapassado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. O povo saiu para a rua a festejar a revolução de Abril.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Este feito revolucionário é de atribuir à vontade legítima de emancipação democrática dos portugueses.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. A revolução de 25 de Abril foi o despertar do país, alterando-o profundamente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Parece-me ter decorrido tempo suficiente para que se defina claramente o estatuto que tem hoje o 25 de Abril.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. O período imediatamente após o 25 de Abril pôs em causa o funcionamento da economia de mercado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

pertence      não  
                     pertence

13. Existe uma certa ambiguidade na forma como o evento tem sido encarado pelos sucessivos governantes do país.

--	--

14. A liberdade de expressão foi garantida pelas forças moderadas, durante o processo conturbado do 25 de Abril.

--	--

15. Não é unânime para os portugueses que o 25 de Abril de 1974 represente para Portugal a conquista de valores básicos como a democracia.

--	--

16. A revolução de Abril foi o desmoronar de um regime que não tinha qualquer base de apoio.

--	--

17. O 25 de Abril abriu as portas para a democracia.

--	--

18. A igualdade de todos perante a lei é um dos fundamentos do regime democrático saído do 25 de Abril.

--	--

19. O 25 de Abril nunca se definiu como independente de correntes partidárias e até ideológicas.

--	--

20. A conquista da liberdade foi um dos aspectos mais marcantes do 25 de Abril.

--	--

Pedimo-lhe agora que das frases seguintes identifique aquelas que pertencem aos textos que leu e as que não pertencem.

Para tal, assinale com um **1** as frases que pertencem ao primeiro texto e com um **2** as que pertencem ao segundo texto, na coluna que diz '**pertence**', e as outras frases na coluna que diz '**não pertence**'.

	pertence	não pertence
1. É necessário avaliar com mais profundidade a herança deixada pelo 25 de Abril.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. As privatizações vieram repor muitas das injustiças causadas no período pós – 25 de Abril.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. O 25 de Abril foi o dia em que o povo, juntamente com as forças armadas, pôs fim a um regime moribundo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Os empresários dinamizam a economia portuguesa, que se rege pelas leis da livre concorrência.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. É importante abordar algumas questões legítimas em relação à postura actual perante este acontecimento.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. A democracia, resultante do 25 de Abril, permitiu o actual desenvolvimento sustentado e participado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. O 25 de Abril permitiu o finalizar de um regime ultrapassado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. O povo saiu para a rua a festejar a revolução de Abril.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Este feito revolucionário é de atribuir à vontade legítima de emancipação democrática dos portugueses.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. A revolução de 25 de Abril foi o despertar do país, alterando-o profundamente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Parece-me ter decorrido tempo suficiente para que se defina claramente o estatuto que tem hoje o 25 de Abril.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. O período imediatamente após o 25 de Abril pôs em causa o funcionamento da economia de mercado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



pertence      não  
                     pertence

13. Existe uma certa ambiguidade na forma como o evento tem sido encarado pelos sucessivos governantes do país.

--	--

14. A liberdade de expressão foi garantida pelas forças moderadas, durante o processo conturbado do 25 de Abril.

--	--

15. Não é unânime para os portugueses que o 25 de Abril de 1974 represente para Portugal a conquista de valores básicos como a democracia.

--	--

16. A revolução de Abril foi o desmoronar de um regime que não tinha qualquer base de apoio.

--	--

17. O 25 de Abril abriu as portas para a democracia.

--	--

18. A igualdade de todos perante a lei é um dos fundamentos do regime democrático saído do 25 de Abril.

--	--

19. O 25 de Abril nunca se definiu como independente de correntes partidárias e até ideológicas.

--	--

20. A conquista da liberdade foi um dos aspectos mais marcantes do 25 de Abril.

--	--



7. Este feito revolucionário é de atribuir à vontade legítima de emancipação democrática dos portugueses.

[illegible]

8. As privatizações vieram repor muitas das injustiças causadas no período pós-25 de Abril.

concordo totalmente										discordo totalmente
---------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------------

9. O 25 de Abril abriu as portas para a democracia.

[illegible]

10. A igualdade de todos perante a lei é um dos fundamentos do regime democrático saído do 25 de Abril.

[illegible]

11. Existe uma certa ambiguidade na forma como o evento tem sido encarado pelos sucessivos governantes do país.

[illegible]

12. Os empresários dinamizam a economia portuguesa, que se rege pelas leis da livre concorrência.

[illegible]



19. É necessário avaliar com mais profundidade a herança deixada pelo 25 de Abril.

[illegible]

20. A democracia, resultante do 25 de Abril, permitiu o actual desenvolvimento sustentado e participado.

[illegible]